



GUINÉ-BISSAU

Julho de 2021

PEDIDO DE UM PROGRAMA DE NOVE MESES MONITORIZADO PELO CORPO TÉCNICO – COMUNICADO DE IMPRENSA E RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO

No contexto do pedido de um Programa de Nove Meses Monitorizado pelo Corpo Técnico, os seguintes documentos foram publicados e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de Imprensa.**
- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI após as discussões concluídas em 12 de maio de 2021 com as autoridades da Guiné-Bissau sobre a evolução da economia e as políticas económicas que alicerçam o acordo com o FMI no âmbito do Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico. O relatório do corpo técnico foi concluído em 19 de julho de 2021 com base na informação disponível à altura das discussões.
- **Análise de Sustentabilidade da Dívida** elaborada pelos corpos técnicos do FMI e da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID).

A política de transparência do FMI permite a supressão de informações suscetíveis de influenciar os mercados ou que constituam uma divulgação prematura das intenções de política das autoridades nos relatórios do corpo técnico e outros documentos publicados.

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contato com:

International Monetary Fund • Publication Services
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090
Telefone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201
E-mail: publications@imf.org Web: <http://www.imf.org>
Preço unitário: USD 18,00

**Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.**



Diretora-Geral do FMI aprova programa monitorizado pelo corpo técnico para a Guiné-Bissau

PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA

- *O Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico (SMP, na sigla em inglês) ajudará a construir um historial sólido na aplicação de políticas e reformas, que poderá abrir caminho para um programa apoiado pelo FMI no início de 2022.*
- *O SMP de nove meses apoiará o programa de reformas formulado pelo governo com o objetivo de estabilizar a economia, melhorar a competitividade e reforçar a governação.*

Washington, DC – 27 de julho de 2021. A Diretora-Geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou, no dia 19 de julho de 2021, um [Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico \(SMP\)](#) para a Guiné-Bissau, para o período de julho de 2021 a abril de 2022¹.

Com a renovação das relações com o FMI, a Guiné-Bissau tem agora uma janela de oportunidade para aplicar reformas fundamentais que visam a redução dos grandes desequilíbrios macroeconómicos e lançar as bases rumo a um crescimento inclusivo. As autoridades formularam um programa de reformas destinadas a estabilizar a economia, eliminar distorções, melhorar a competitividade e reforçar a governação. As autoridades solicitaram um SMP para construir um historial sólido visando à obtenção de uma [Facilidade de Crédito Alargado](#) no início de 2022.

A Guiné-Bissau foi profundamente afetada pela pandemia da Covid-19, que perturbou a atividade económica e gerou uma deterioração da sua posição externa e orçamental. Os efeitos destes choques têm persistido em 2021.

A prioridade imediata das autoridades é limitar o impacto da pandemia e preservar a estabilidade macroeconómica e financeira. As despesas de saúde foram aumentadas e estão a ser aplicadas medidas para proteger os mais vulneráveis e apoiar o setor agrícola, o que exige apoio financeiro da comunidade internacional, incluindo uma [Linha de Crédito Rápido \(RCF, na sigla em inglês\)](#) aprovada pelo Conselho de Administração do FMI em 25 de janeiro de 2021 ([ver Comunicado de Imprensa nº 21/21](#)).

Devido ao espaço orçamental limitado da Guiné-Bissau e às vulnerabilidades da dívida, a assistência de emergência necessária para enfrentar a pandemia tem-se dado sobretudo na forma de donativos e empréstimos em condições altamente concessionais. A partir de 2021, as autoridades puseram em prática um ambicioso programa de consolidação orçamental destinado a garantir a sustentabilidade da dívida e, ao mesmo tempo, dar resposta às vastas necessidades de desenvolvimento do país. A participação da Guiné-Bissau no alívio do serviço da dívida aprovado no âmbito do [Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes](#) e da [Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida do G-20](#) proporcionaria recursos adicionais para combater a pandemia e melhorar as perspetivas de sustentabilidade da dívida.

¹ O SMP é um acordo informal entre as autoridades de um país e o corpo técnico do FMI para fins de monitorização da execução do programa económico das autoridades. Ele não implica uma ajuda financeira nem a aprovação pelo Conselho de Administração do FMI.

As autoridades também estão empenhadas em prosseguir com a sua agenda de reformas e o seu envolvimento com o FMI através do SMP. Continuam igualmente empenhadas em reforçar a governação orçamental e a transparência para assegurar que as dotações orçamentais de emergência fornecidas pelo RCF sejam gastas de forma adequada. É neste contexto que todas as despesas relacionadas com a Covid-19 estão a ser geridas através duma conta específica no BCEAO, e as autoridades publicarão relatórios bimestrais sobre estas despesas, bem como informações sobre contratos públicos, e realizarão uma auditoria independente *ex post* das despesas de atenuação da crise.

Tabela 1. Guiné-Bissau: Principais indicadores económicos e financeiros, 2019–25

| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
|---|-------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|
| | | Prel. | Proj. | | | | |
| (Variação percentual anual, salvo indicação em contrário) | | | | | | | |
| Contas nacionais e preços | | | | | | | |
| PIB real a preços de mercado | 4.5 | -1.4 | 3.3 | 4.0 | 5.0 | 5.0 | 5.0 |
| PIB real per capita | 2.3 | -3.5 | 1.1 | 1.7 | 2.8 | 2.8 | 2.9 |
| Deflador do PIB | -3.5 | -0.9 | 2.7 | 2.8 | 2.8 | 2.8 | 2.8 |
| Índice de preços no consumidor (média anual) | 0.3 | 1.5 | 1.9 | 2.0 | 2.0 | 2.0 | 2.0 |
| Setor externo | | | | | | | |
| Exportações, FOB (FCFA) | -22.7 | -21.1 | 9.4 | 6.9 | 6.7 | 6.2 | 5.5 |
| Importações, FOB (FCFA) | 20.5 | -8.3 | 5.5 | -3.5 | 4.3 | 4.9 | 4.9 |
| Termos de troca (deterioração = -) | -31.4 | -3.7 | -8.2 | 4.2 | 5.5 | 3.8 | 2.5 |
| Taxa de câmbio efetiva real (depreciação = -) | -2.8 | 2.3 | ... | ... | ... | ... | ... |
| Taxa de câmbio (FCFA por USD, média) | 585.9 | 574.8 | ... | ... | ... | ... | ... |
| Finanças públicas | | | | | | | |
| Receitas excluindo donativos | 9.2 | -5.5 | 15.2 | 11.6 | 10.2 | 9.1 | 9.1 |
| Despesas | -3.0 | 30.5 | -3.2 | 5.3 | 7.4 | 3.7 | 5.5 |
| Despesas correntes | 18.2 | 10.1 | -2.1 | 5.3 | 5.4 | 5.6 | 7.7 |
| Despesas de investimento | -38.5 | 96.7 | -5.2 | 5.3 | 11.1 | 0.4 | 1.6 |
| Moeda e crédito | | | | | | | |
| Crédito interno | 13.8 | -1.7 | 9.1 | 13.5 | 14.2 | 12.5 | 10.3 |
| Crédito ao governo (líquido) | 13.8 | -19.7 | -2.8 | -3.5 | -6.4 | -7.5 | -6.7 |
| Crédito à economia | 13.8 | 5.9 | 12.9 | 18.2 | 18.9 | 16.0 | 12.7 |
| Ativos internos líquidos | 11.9 | -13.8 | 7.6 | 20.9 | 20.6 | 17.1 | 13.6 |
| Massa monetária (M2) | 0.3 | 9.1 | 0.9 | 6.4 | 7.4 | 6.5 | 5.6 |
| (em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário) | | | | | | | |
| Investimento e poupança | | | | | | | |
| Investimento bruto | 14.2 | 22.4 | 21.1 | 21.1 | 21.8 | 21.1 | 20.6 |
| D/q: investimento público | 8.4 | 16.9 | 15.1 | 14.9 | 15.3 | 14.3 | 13.4 |
| Poupança interna bruta | 0.9 | 5.9 | 5.9 | 8.7 | 10.2 | 10.1 | 10.0 |
| D/q: poupança pública | 1.8 | 3.4 | 5.2 | 5.9 | 6.6 | 6.2 | 6.0 |
| Poupança nacional bruta | 5.4 | 14.1 | 12.5 | 15.6 | 17.0 | 16.3 | 16.1 |
| Finanças públicas | | | | | | | |
| Receitas excluindo donativos | 12.5 | 12.1 | 13.1 | 13.7 | 14.0 | 14.2 | 14.3 |
| Despesas primárias internas | 13.9 | 16.2 | 14.9 | 14.9 | 14.7 | 14.0 | 13.7 |
| Saldo primário interno | -1.4 | -4.1 | -1.8 | -1.2 | -0.7 | 0.1 | 0.6 |
| Saldo global (base de compromissos) | | | | | | | |
| Incluindo donativos | -3.9 | -9.5 | -5.0 | -4.6 | -4.2 | -3.6 | -3.0 |
| Excluindo donativos | -6.8 | -13.7 | -10.4 | -9.5 | -9.1 | -8.1 | -7.4 |
| Conta corrente externa | -8.8 | -8.3 | -8.5 | -5.5 | -4.8 | -4.8 | -4.5 |
| Excluindo transferências correntes oficiais | -10.0 | -9.7 | -11.4 | -8.6 | -7.9 | -7.5 | -7.1 |
| Stock de dívida pública e com garantia pública ¹ | 65.9 | 79.3 | 78.4 | 77.5 | 75.7 | 73.6 | 71.1 |
| D/q: dívida externa | 24.2 | 25.4 | 26.7 | 24.9 | 23.1 | 21.7 | 20.4 |
| Por memória: | | | | | | | |
| PIB nominal a preços de mercado (MM de FCFA) | 843.5 | 824.1 | 874.2 | 934.7 | 1008.9 | 1089.0 | 1175.4 |
| Reservas oficiais brutas da UEMOA (MM de USD) | 17.6 | 21.8 | ... | ... | ... | ... | ... |
| (percentagem de massa monetária) | 34.2 | 32.9 | ... | ... | ... | ... | ... |

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Cobertura alargada para incluir atrasados antigos.

GUINÉ-BISSAU

19 de julho de 2021

PEDIDO DE UM PROGRAMA DE NOVE MESES MONITORIZADO PELO CORPO TÉCNICO

SUMÁRIO EXECUTIVO

Contexto. A Guiné-Bissau é um Estado frágil com necessidades consideráveis para combater a pandemia da Covid-19 e superar os desafios em matéria de desenvolvimento. Após uma contração estimada de 1,4% do PIB em 2020, prevê-se uma recuperação modesta de cerca de 3,3% para 2021 impulsionada pelo aumento das exportações de caju, a supressão gradual das medidas de contenção da Covid-19 e uma situação política mais estável. As perspectivas estão sujeitas a uma incerteza considerável. Um desembolso da RCF no valor de 14,2 milhões de DSE (50% da quota) foi aprovado em janeiro para proporcionar financiamento urgente (35% da lacuna de financiamento externo em 2021) a fim de apoiar as despesas críticas em matéria de saúde e catalisar recursos adicionais junto dos doadores. A RCF seguiu-se a dois anos de agitação política e atrasos nas reformas, agora levadas a cabo pelo novo governo. A dívida pública foi considerada sustentável num quadro prospetivo com base no compromisso das autoridades para com a implementação de políticas robustas apoiadas por uma forte mobilização dos doadores e um programa do FMI. O alívio do serviço da dívida ao abrigo do CCRT proporcionou algum espaço orçamental e a participação do país na DSSI deverá ajudar a mobilizar recursos adicionais. Após a aprovação do orçamento de 2021 dentro dos prazos estatutários, são necessárias reformas significativas e sustentadas para cumprir os critérios de convergência da UEMOA: défice orçamental de 3% do PIB até 2025 e rácio dívida pública/PIB abaixo de 70% até ao final de 2026.

Políticas ao abrigo do programa:

- **O programa baseia-se em assegurar a sustentabilidade da dívida.** Para garantir que a dívida é sustentável num quadro prospetivo, as autoridades aceitaram levar a cabo um ambicioso ajustamento orçamental; recorrer a donativos e empréstimos em condições concessionais; dar prioridade aos empréstimos para projetos contraídos mas ainda não desembolsados, procedendo aos desembolsos a um ritmo compatível com os retornos do investimento público e a capacidade de absorção; e prosseguir as negociações com vista ao reescalonamento/reformulação do perfil da dívida junto de credores bilaterais e multilaterais. Além disso, para mitigar os passivos contingentes, as autoridades irão formular um plano de saída até 2024 de um banco subcapitalizado e reforçar a viabilidade financeira da empresa pública de eletricidade.
- **A sustentabilidade da dívida tem de ser complementada pela criação de espaço orçamental para a realização de despesas sociais e investimentos públicos.** Tal implica que a redução no saldo orçamental global (em grande parte através da dissipação das consequências excecionais da pandemia) baseada no

orçamento de 2021 seja executada evitando a acumulação de atrasados e dispendiosos empréstimos não concessionais. O reforço da mobilização de receitas e a contenção de despesas, inclusive na massa salarial, deverão criar o espaço orçamental para aumentar a despesa social na educação, saúde e relacionada com a pandemia, assim como para levar a cabo investimentos em infraestruturas essenciais. As autoridades estão empenhadas em trazer o défice orçamental e o rácio da dívida para 3% e 70% do PIB, respetivamente, até 2025 e 2026, em linha com os critérios de convergência da UEMOA.

- **O SMP apoiará a implementação gradual das reformas para o fortalecimento dos quadros de governação e combate à corrupção.** As reformas de 2021 centrar-se-ão nas seguintes áreas: reforço da gestão de caixa e controlo da despesa; avanços na implementação da Conta Única do Tesouro; melhoria dos regimes tributário e aduaneiro e alteração do regime jurídico de contratação pública para permitir a recolha e a publicação de informações sobre os beneficiários efetivos. Além disso, as autoridades procederão à revisão do regime de declaração de ativos com assistência técnica do FMI, durante o SMP. As autoridades comprometem-se ainda a finalizar a implementação das salvaguardas de governação para as despesas relativas à Covid-19 até ao final do terceiro trimestre de 2021.

Modalidades. O corpo técnico chegou a acordo com as autoridades para um SMP de nove meses com avaliações trimestrais, de junho de 2021 a março de 2022. A primeira avaliação, baseada nas metas e indicadores de referência para o final de junho, seria concluída até ao final de setembro de 2021; a segunda avaliação, baseada nas metas e indicadores de referência para o final de setembro, seria concluída até ao final de dezembro de 2021; e a terceira avaliação, baseada nas metas e indicadores para o final de dezembro de 2021, seria concluída até ao final de março de 2022. As metas quantitativas incluem: i) um piso relativo ao total de receitas tributárias; ii) a não contração de nova dívida externa não concessional; iii) a não acumulação de novos atrasados internos e iv) a não acumulação de novos atrasados de pagamentos externos do governo central; v) um piso relativo às despesas prioritárias; vi) um piso relativo ao saldo primário interno; e vii) a não realização de despesas não tituladas. Há 11 indicadores de referência estruturais que se centram nas seguintes áreas: gestão das finanças públicas (GFP); reformas dos regimes tributário e aduaneiro; esforços em matéria de governação e combate à corrupção; e estabilidade financeira.

Riscos. As perspetivas estão sujeitas a riscos substanciais em sentido descendente. As projeções do cenário de base pressupõem o abrandamento da pandemia a nível mundial e a moderação dos seus efeitos a nível local após meados de 2021. Um impacto mais profundo ou uma duração mais prolongada da pandemia a nível mundial ou nacional afetariam negativamente as perspetivas económicas. Se fosse esse o caso, registar-se-ia um aumento das tensões sociais, o que poderia desencadear um novo período de instabilidade política.

Aprovado por
Annalisa Fedelino
(AFR) e Craig
Beaumont (SPR)

Uma equipa do FMI composta por Jose Gijon (chefe), Elena Arjona Perez, Leonardo Pio Perez, Harold Zavarce (todos do AFR), Paul Elger (FAD), Patrick Gitton (Representante Residente) e Gaston Fonseca (economista local) reuniu por videoconferência com as autoridades da Guiné-Bissau. A equipa da missão reuniu com Sua Excelência o Presidente Sissoko Embaló, o Primeiro-Ministro, Nuno Nabiam, o Vice-Primeiro-Ministro, Soares Sambú, o Ministro das Finanças, João Fadiá, a Diretora Nacional do BCEAO, Helena Embaló, o Ministro da Economia, Víctor Mandinga, o Ministro da Administração Pública, Tumane Baldé, a Alta Comissária para a Covid-19, Magda Robalo e Sr. Selo Djaló, Presidente da Comissão para os Assuntos Económicos da Assembleia Nacional. A equipa reuniu ainda com técnicos dos Ministérios das Finanças, Economia, Administração Pública, Direção Nacional do BCEAO, Instituto Nacional de Estatística, Unidade de Inteligência Financeira, outros técnicos e representantes dos parceiros de desenvolvimento. A missão realizou-se entre os dias 28 de abril e 12 de maio de 2021. O Sr. Romão Lopes Varela (Assessor do Administrador, OED) participou nas conversas sobre políticas. Fairoza Jaghori e Tomas Picca (ambos do AFR) contribuíram para a elaboração do presente relatório.

ÍNDICE

| | |
|--|-----------|
| CONTEXTO | 5 |
| EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE, PERSPETIVAS E RISCOS | 7 |
| OBJETIVOS DO PROGRAMA | 12 |
| TEMAS DE POLÍTICA | 12 |
| A. Políticas macroeconómicas | 12 |
| B. Reformas estruturais para melhorar a governação e transparência e preservar a estabilidade financeira | 17 |
| MODALIDADES DO PROGRAMA, RISCOS E AVALIAÇÃO DE SALVAGUARDAS | 19 |
| DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES | 21 |
| AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO | 21 |
| CAIXA | |
| 1. Medidas de Resposta à Covid-19 | 6 |

FIGURAS

| | |
|---|----|
| 1. Crescimento e padrões de vida | 23 |
| 2. Pandemia da Covid-19, atividade e preços | 24 |
| 3. Evolução orçamental, externa e monetária | 25 |

TABELAS

| | |
|--|----|
| 1. Indicadores económicos e financeiros selecionados, 2019–26 | 26 |
| 2. Balança de pagamentos, 2018–26 | 27 |
| 3a. Operações consolidadas do governo central, 2019–26 (em milhões de FCFA) | 28 |
| 3b. Operações consolidadas do governo central, 2019–26 (em percentagem do PIB) | 29 |
| 4. Síntese monetária, 2018–22 | 30 |
| 5. Indicadores de solidez financeira selecionados, 2014–20 | 31 |
| 6. Metas quantitativas ao abrigo do programa monitorizado pelo corpo técnico | 32 |
| 7. Indicadores de referência estruturais | 33 |

ANEXOS

| | |
|--|----|
| I. Matriz de avaliação de riscos | 34 |
| II. Desafios relativos à transparência, governação e corrupção | 36 |
| III. Principais medidas adotadas recentemente em matéria de governação e corrupção | 38 |
| IV. Estratégia de desenvolvimento de capacidades | 39 |

APÊNDICES

| | |
|--|----|
| I. Carta de Intenções | 40 |
| Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras | 42 |
| Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento | 53 |

CONTEXTO

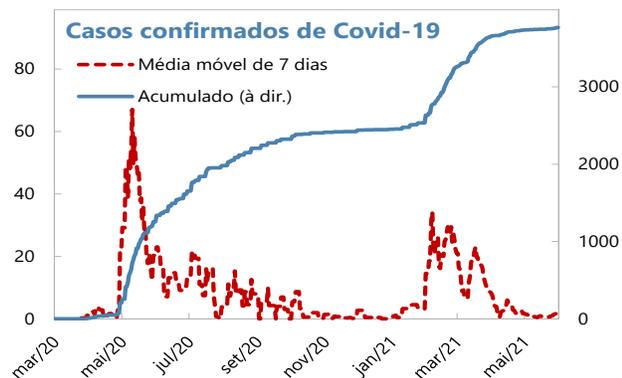
1. A Guiné-Bissau é um Estado frágil com desafios de longa data. A pobreza atinge níveis elevados, com cerca de 67% da população a viver abaixo do limiar de pobreza de 1,90 USD por dia, e o país encontra-se no 175.º lugar entre 189 países no Índice de Desenvolvimento Humano (2020) das Nações Unidas. A economia depende bastante da produção e exportação de castanha de caju não transformada, pelo que a maioria das famílias está altamente vulnerável a choques no preço da castanha de caju e às alterações climáticas. Os elevados níveis de corrupção, um sistema judicial débil e a criminalidade organizada transnacional relacionada com a droga agudizam os desafios do país e a longa história de instabilidade e fragilidade política. Um fraco ambiente de negócios tem limitado o investimento no setor privado e a diversificação da economia.

2. O surto da pandemia coincidiu com um período de incerteza política que diminuiu no segundo semestre de 2020 após as eleições presidenciais de dezembro de 2019.

- *Covid-19.* Os primeiros casos de Covid-19 no país registaram-se a 24 de março de 2020 e os números aumentaram rapidamente nas semanas subsequentes. À data de 5 de julho de 2021, o país tinha registado 3880 casos e 69 mortes para uma população de quase 2 milhões de pessoas. O Estado de Calamidade declarado a 23 de janeiro prevê o uso obrigatório de máscaras e o distanciamento físico. Em articulação com os doadores, a Guiné-Bissau está a preparar um plano para a campanha de vacinação. Estava previsto que cerca de 144.000 doses (AstraZeneca/SII) fossem administradas até ao final de setembro, mas ainda estão em curso os preparativos para garantir as condições adequadas de receção, armazenamento e distribuição das vacinas. O primeiro lote de vacinas será financiado sobretudo pela COVAX, mas serão necessárias outras fontes de financiamento para alargar a cobertura das vacinas para além de 20% da população, o número previsto na primeira fase (Caixa 1). As autoridades tencionam vacinar 1,4 milhões de pessoas até ao final do primeiro trimestre de 2022.
- *Situação política.* O ex-Primeiro-Ministro e líder do antigo partido da oposição (MADEM-G15) Umaro Sissoco Embaló venceu as eleições presidenciais de dezembro de 2019, que foram altamente contestadas. O Presidente Embaló nomeou um novo Primeiro-Ministro e Governo no final de fevereiro de 2020 para responder ao impacto da pandemia e voltar a mobilizar a comunidade internacional de doadores. Em abril, a Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO) reconheceu oficialmente a vitória do Presidente Embaló, que também foi confirmada em setembro pelo Supremo Tribunal de Justiça. Foi a primeira transição pacífica de poder na história do país e, até ao momento, as condições de segurança mantêm-se calmas.

3. As autoridades solicitaram um programa monitorizado pelo corpo técnico (SMP, na sigla em inglês) para apoiar a sua ambiciosa agenda de reformas. A agenda inclui o compromisso para: manter a estabilidade macroeconómica assente numa ambiciosa consolidação orçamental, preservar a sustentabilidade da dívida, garantir a recuperação da pandemia, combater a corrupção e melhorar a governação e a transparência. O anterior acordo ao abrigo da Linha de Crédito Ampliada (ECF, na sigla em inglês) expirou a 9 de julho de 2019, com as últimas duas avaliações travadas pela deterioração orçamental e a subcapitalização contínua de um banco sistémico, num contexto de elevada e persistente incerteza política.

Caixa 1. Guiné-Bissau: Medidas de resposta à Covid-19



Despesas com a Covid-19 e apoios aos setores produtivos

| | 2020 | | 2021 | |
|---|--------------------|----------|--------------------|----------|
| | Mil. milh. de FCFA | % do PIB | Mil. milh. de FCFA | % do PIB |
| Correntes | 6,8 | 0,8 | 4,0 | 0,5 |
| Setor da saúde | 4,7 | 0,6 | 3,0 | 0,3 |
| Transferências para as famílias vulneráveis | 0,7 | 0,1 | 0,5 | 0,1 |
| Outras despesas correntes ¹ | 1,4 | 0,2 | 0,5 | 0,1 |
| Capital² | 21,3 | 2,6 | 22,9 | 2,6 |
| Equip., infraestr. e custos relacionados com as vacinas com financ. externo | 21,3 | 2,6 | 19,4 | 2,2 |
| Proj. de Seg. Alim. de Emergência BM/FAO | 0,0 | 0,0 | 3,5 | 0,4 |
| Total das despesas | 28,1 | 3,4 | 26,9 | 3,1 |
| Reempréstimo a bancos³ | 15,0 | 1,8 | 0,0 | 0,0 |
| Total das despesas e apoio aos setores | 43,1 | 5,2 | 26,9 | 3,1 |

Fontes: Autoridades, Banco Mundial e cálculos do corpo técnico do FMI.

¹ Subsídios, formação e despesas de subsistência do pessoal de saúde e segurança dos cidadãos para fazer cumprir as medidas contra a Covid-19.

² Investimentos para reforçar o setor da saúde (incl. equipamento e melhoria das infraestruturas) e o setor agrícola. Também inclui custos relacionados com as vacinas com

³ Programa para apoiar o setor da castanha de caju.

Políticas sanitárias e restrições para conter a pandemia

- i. Encerramento das escolas (em março-outubro de 2020 e novamente em janeiro-fevereiro de 2021).
- ii. As fronteiras mantiveram-se abertas mas foram introduzidas inspeções sanitárias; todos os viajantes têm de apresentar um teste PCR negativo realizado até 72 horas antes da viagem.
- iii. Os ajuntamentos sociais, reuniões públicas, discotecas e bares, ginásios e eventos culturais estão proibidos; os restaurantes apenas podem funcionar em regime de take-away; o Carnaval foi cancelado.

Orçamentais

- i. Aumento das compensações para os funcionários hospitalares e melhoria da capacidade e equipamento hospitalar existente.
- ii. Assistência às famílias vulneráveis, incluindo medidas para aumentar o número de famílias abrangidas pelo fornecimento de produtos alimentares e outro tipo de apoio às famílias.
- iii. Programa para apoiar o financiamento da importante campanha da castanha de caju por via de reempréstimos através do setor bancário.
- iv. Um programa para vacinar a população contra a Covid-19, incluindo através de donativos com financiamento externo.

Monetárias e financeiras

- i. Uma estratégia de colocação total por parte do BCEAO para permitir que os bancos satisfaçam na íntegra as suas necessidades de liquidez a uma taxa fixa e menor.
- ii. Janelas de refinanciamento especiais a 3 meses com uma taxa fixa para montantes limitados de "Bilhetes do Tesouro Covid-19" a emitir por cada Estado da UEMOA.
- iii. Extensão do regime de garantias para aceder ao refinanciamento do banco central.
- iv. Implementação de um regime para os bancos e instituições de microcrédito atenderem aos pedidos de clientes solventes com dificuldades de pagamento relacionadas com a pandemia, a fim de adiar o serviço da dívida a vencer.
- v. Medidas para promover o uso de pagamentos eletrónicos.
- vi. Extensão de um ano do período de cinco anos iniciado em 2018 para a transição para os requisitos prudenciais de Basileia II/III.

EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE, PERSPETIVAS E RISCOS

4. A pandemia interrompeu a esperada recuperação do severo choque ao nível dos termos de troca. No seguimento de uma queda de 44% nos preços internacionais do caju em 2018–19, o crescimento do produto deveria acelerar em 2020 para 4,9% impulsionado por uma forte campanha do caju e pelo aumento dos preços. Porém, a crise provocada pela Covid-19 e as graves inundações em setembro de 2020 resultaram numa deterioração significativa dos saldos orçamental e externo. Por conseguinte, calcula-se que o PIB real tenha contraído 1,4% em 2020 (Tabela 1 do texto).

Tabela 1 do texto. Guiné-Bissau: Quadro macroeconómico revisto

| | 2019 | 2020 | | 2021 | | 2022 | |
|--|------|----------------------------------|---------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | Est. | Pré-choque ¹ Proj. | Pós-choque Estimativas | Pré-choque Proj. | Pós-choque Proj. | Pré-choque Proj. | Pós-choque Proj. |
| PIB real (variação percentual) | 4,5 | 4,9 | -1,4 | 5,0 | 3,3 | 5,0 | 4,0 |
| Deflador do PIB (variação percentual) | -3,5 | 2,1 | -0,9 | 3,6 | 2,7 | 3,2 | 2,8 |
| Inflação medida pelo IPC, média (%) | 0,3 | 1,5 | 1,5 | 1,8 | 1,9 | 2,0 | 2,0 |
| Conta corrente (% do PIB) ² | -8,8 | -4,5 | -8,3 | -4,6 | -8,5 | -4,6 | -5,5 |
| Saldo orçamental global, base de caixa, incl. don. (% do PIB) | -4,9 | -5,4 | -9,4 | -5,3 | -6,6 | -5,2 | -4,6 |
| Dívida pública total (% do PIB) | 65,9 | 71,5 | 79,3 | 71,1 | 78,4 | 71,1 | 77,5 |
| <i>Por memória:</i> | | | | | | | |
| PIB nominal (mil milhões de FCFA) | 843 | 893 | 824 | 972 | 874 | 1053 | 935 |
| Preço de exportação da castanha de caju (USD por tonelada) | 1098 | 1140 | 1000 | 1180 | 1100 | 1221 | 1144 |
| Volume das exportações da castanha de caju (milhares de toneladas) | 196 | 208 | 155 | 214 | 180 | 221 | 194 |

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.
 1/ Projeções em janeiro de 2020.
 2/ Em 2019, o défice da conta corrente inclui a importação pontual (3,5% do PIB) de um navio de produção de eletricidade ancorado ao largo da costa de Bissau e que fornece eletricidade à cidade. Para 2020 e 2021, a conta corrente no quadro macroeconómico não exclui o financiamento adicional em resposta à pandemia, como na Tabela 2 do texto.

- **Atividade económica.** As medidas de contenção e confinamento pesaram de forma considerável sobre o emprego, o consumo e o investimento. O atraso da campanha de caju afetou gravemente o setor agrícola, que representa 70% da mão-de-obra. As graves inundações em setembro também perturbaram a atividade económica. A inflação média acelerou para 1,5% face a 0,3% em 2019, refletindo as pressões sobre os preços dos bens afetados pelas perturbações comerciais.
- **Setor externo.** A pandemia deu azo a urgentes necessidades em termos da balança de pagamentos (BdP). Em 2020, excluindo o financiamento adicional relacionado com a Covid-19, a posição global da BdP sofreu uma deterioração de 8,6 pontos percentuais do PIB face às projeções anteriores ao choque (Tabela 2 do texto)¹. Calcula-se que o défice comercial tenha subido para 16,3% do PIB, motivado por uma quebra de 15,5% nas exportações da castanha de caju. Como resultado, o défice de conta corrente, excluindo donativos relacionados com a

¹ Compara uma lacuna de financiamento estimada em 7,8% com um excedente de financiamento de 0,8% do PIB antes do choque.

Covid-19, assinalou uma deterioração para 8,8% do PIB (Tabela 2 do texto)². Além disso, os atrasos nos projetos de investimento deram origem a uma redução do IDE e de outras entradas de capitais. A lacuna de financiamento estimada de 64,1 mil milhões de FCFA (7,8% do PIB) foi suprida por ativos externos líquidos, donativos e empréstimos de instituições financeiras internacionais (IFI) e financiamento adicional dos bancos comerciais regionais.

Tabela 2 do texto. Guiné-Bissau: Necessidades projetadas de financiamento externo

| | 2020 | | | | 2021 | |
|--|---------------------------------------|-------------|------------------------|-------------|------------------------|--------------|
| | Pré-choque (proj. janeiro de 2020) | | Estimativas | | Projeções | |
| | Mil milhões de FCFA | % do PIB | Mil milhões de FCFA | % do PIB | Mil milhões de FCFA | % do PIB |
| Saldo da conta corrente¹ | -40,4 | -4,5 | -72,1 | -8,8 | -88,4 | -10,1 |
| Balança comercial | -104,1 | -11,7 | -134,5 | -16,3 | -140,2 | -16,0 |
| Exportações de bens e serviços | 171,4 | 19,2 | 125,3 | 15,2 | 144,8 | 16,6 |
| D/q: castanha de caju | 138,8 | 15,5 | 110,4 | 13,4 | 120,6 | 13,8 |
| Importações de bens e serviços | 275,5 | 30,9 | 259,8 | 31,5 | 284,9 | 32,6 |
| D/q: produtos alimentares | 60,9 | 6,8 | 59,3 | 7,2 | 59,6 | 6,8 |
| produtos petrolíferos | 31,8 | 3,6 | 29,9 | 3,6 | 32,1 | 3,7 |
| Rendimentos | 17,5 | 2,0 | 8,6 | 1,0 | 7,7 | 0,9 |
| Transferências correntes | 46,2 | 5,2 | 53,8 | 6,5 | 44,1 | 5,0 |
| D/q: remessas | 32,8 | 3,7 | 44,5 | 5,4 | 31,2 | 3,6 |
| Conta de capital e financeira¹ | 47,4 | 5,3 | 8,0 | 1,0 | 57,0 | 6,5 |
| D/q: | | | | | | |
| Investimento direto estrangeiro líquido | 13,4 | 1,5 | 7,0 | 0,8 | 20,1 | 2,3 |
| Empréstimos oficiais líquidos | 62,9 | 7,0 | 58,6 | 7,1 | 59,2 | 6,8 |
| Desembolsos a médio/longo prazo | 28,3 | 3,2 | 22,7 | 2,8 | 19,2 | 2,2 |
| Amortizações a médio/longo prazo | -13,9 | -1,6 | -12,6 | -1,5 | -14,7 | -1,7 |
| Financiamento regional líquido ² | 48,5 | 5,4 | 48,5 | 5,9 | 54,6 | 6,2 |
| Lacuna de financiamento (excesso de fin. -) | -7,0 | -0,8 | 64,1 | 7,8 | 31,4 | 3,6 |
| Fontes de financiamento adicionais | | | | | | |
| FMI (líquido) | -1,8 | -0,2 | 0,0 | 0,0 | 10,7 | 1,2 |
| Desembolsos (RCF) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 11,0 | 1,3 |
| Reembolsos | -1,8 | -0,2 | -2,0 | -0,2 | -1,2 | -0,1 |
| Donat. p/alívio da dívida ao abrigo do CCRT ³ | ... | ... | 2,0 | 0,2 | 0,9 | 0,1 |
| Banco Mundial | ... | ... | 7,9 | 1,0 | 6,2 | 0,7 |
| Donativos | ... | ... | 0,3 | 0,0 | 6,2 | 0,7 |
| Empréstimos | ... | ... | 7,6 | 0,9 | 0,0 | 0,0 |
| Outras IFI | ... | ... | 35,6 | 4,3 | 18,2 | 2,1 |
| BOAD | ... | ... | 22,0 | 2,7 | ... | ... |
| BAfD | ... | ... | ... | ... | 8,2 | 0,9 |
| BID | ... | ... | 6,1 | 0,7 | ... | ... |
| Outros donativos | ... | ... | 7,5 | 0,9 | 10,0 | 1,1 |
| Financiamento regional adicional | ... | ... | 0,2 | 0,0 | ... | ... |
| Ativos externos líquidos, excl. FMI (aumento -) | -5,3 | -0,6 | 20,3 | 2,5 | -14,8 | -1,7 |
| Lacuna residual de financiamento | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 11,0 | 1,3 |

Fontes: BCEAO e projeções do corpo técnico do FMI.

1/ Exclui fontes de financiamento adicional elencadas na parte inferior da tabela, pelo que os números diferem daqueles reportados na Tabela 1 do texto e Tabela 2.

2/ Bilhetes e obrigações do Tesouro colocados em bancos comerciais regionais.

3/ Inclui montantes aprovados pelo Conselho de Administração a 13/04/2020, 02/10/2020 e 01/04/2021.

² Os números da balança de pagamentos aqui referidos e na Tabela 2 do texto excluem o financiamento adicional obtido no contexto da resposta à pandemia da Covid-19 a título de transferências correntes (na conta corrente) e nas contas de capital e financeira, pelo que são diferentes dos números indicados na Tabela 1 do texto e na Tabela 2.

- Setor orçamental.* O défice orçamental aumentou em 2020 refletindo a revisão das perspetivas macroeconómicas, a redução do cumprimento tributário e as medidas das autoridades de resposta à pandemia (Caixa 1). Em 2020, o saldo global numa base de compromisso avançou para 9,5% do PIB, o que compara com 3,9% do PIB em 2019 (Tabela 3b). Excluindo o financiamento adicional (Tabela 3 do texto) o défice orçamental global, em termos de caixa³, subiu para 10,6% do PIB o que compara com uma previsão de 5,4% do PIB antes da pandemia, refletindo, em parte, fatores temporários que deverão dissipar-se em 2021. As receitas tributárias recuaram para 8,2% do PIB, face a uma projeção de 9,7% em janeiro de 2020, devido à queda das receitas fiscais resultantes das exportações de castanha de caju (que representaram 15% das receitas fiscais em 2019), dos direitos de importação e do imposto sobre as vendas de produtos importados (32%) e a um menor nível de cumprimento das obrigações tributárias. Despesas correntes adicionais relacionadas com a Covid-19 na saúde e no apoio às famílias vulneráveis e outras despesas correntes ascenderam a 0,8% do PIB. Calcula-se que as despesas de investimento relacionadas com a Covid-19 se cifrem em 2,6% do PIB. Um programa para apoiar o financiamento da importante campanha da castanha de caju mediante reempréstimos através do setor bancário gerou um aumento adicional das necessidades de financiamento na ordem de 1,8% do PIB. O financiamento adicional para atender às necessidades de despesa relacionadas com a Covid-19 foi providenciado por doadores internacionais, incluindo o Banco Mundial, o CCRT do FMI, o Banco Islâmico de Desenvolvimento, o Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD) e por emissões de títulos do Tesouro colocadas nos bancos comerciais da UEMOA. Como resultado, calcula-se que em 2020 a dívida tenha registado um crescimento de 13,4 pontos percentuais do PIB. O peso do serviço da dívida também aumentou de forma significativa⁴. Dada a difícil situação orçamental, a Guiné-Bissau incorreu em atrasados de serviço da dívida externa no valor de 1,8 milhões de USD (a maioria resolvidos no primeiro trimestre de 2021) e da dívida interna no valor de 5,8 mil milhões de FCFA. Considera-se que a Guiné-Bissau se encontra em elevado risco de sobre-endividamento (parágrafo 17).
- Setor financeiro.* A recessão económica e a elevada incerteza deverão continuar a pesar sobre um sistema bancário já por si frágil. A orientação acomodatória do BCEAO tem apoiado a liquidez do sistema bancário. Um banco sistemicamente importante continua subcapitalizado, apesar de uma recapitalização por parte do Estado em dezembro de 2019. Em 2020, este banco recuperou parte do crédito considerado malparado e retomou o respetivo plano de reestruturação procurando investidores potenciais, com o apoio de um consultor externo especialista em fusões e aquisições. O nível de capital negativo do sistema bancário é provocado pelo banco sistémico subcapitalizado, dado que os outros bancos locais têm níveis adequados de capital (Tabela 5). Em dezembro de 2020, o governo também conseguiu colocar um ponto final num litígio com outro banco local, liquidando passivos cruzados com devedores do banco e, assim, reduzindo o crédito malparado do banco. O crédito à economia registou um

³ Este número e a Tabela 3 do texto excluem o financiamento adicional obtido como resposta à pandemia da Covid-19, pelo que difere dos números apresentados na Tabela 1 do texto e nas Tabelas 3a e 3b.

⁴ O rácio serviço da dívida/receitas excluindo donativos passou de 67,4% em 2019 para 75,9% em 2020.

crescimento modesto em 2020 após o forte crescimento observado em anos recentes, assim demonstrando que a liquidez fornecida pelo BCEAO evitou uma crise do crédito e permitiu que os bancos locais acumulassem ativos externos líquidos mediante a aquisição de obrigações soberanas no mercado regional. A crise política e a pandemia da Covid-19 conduziram também a um declínio acentuado no pré-financiamento concedido habitualmente a produtores e exportadores antes do início da campanha da castanha de caju.

Tabela 3 do texto. Guiné-Bissau: Necessidades de financiamento projetadas do governo central

| | 2019 | | 2020, pré-choque (proj. janeiro de 2020)* | | 2020, pós-choque Est. | | 2021 Proj. | |
|--|------------------------|-------------|--|-------------|--------------------------|--------------|------------------------|-------------|
| | Mil milhões de FCFA | % do PIB | Mil milhões de FCFA | % do PIB | Mil milhões de FCFA | % do PIB | Mil milhões de FCFA | % do PIB |
| Receitas e donativos¹ | 130,1 | 15,4 | 155,8 | 17,4 | 125,0 | 15,2 | 136,6 | 15,6 |
| Receitas tributárias | 79,1 | 9,4 | 86,5 | 9,7 | 67,8 | 8,2 | 87,9 | 10,1 |
| Receitas não tributárias | 26,5 | 3,1 | 22,8 | 2,5 | 32,0 | 3,9 | 27,0 | 3,1 |
| Donativos | 24,5 | 2,9 | 46,6 | 5,2 | 25,2 | 3,1 | 21,7 | 2,5 |
| Despesas | 163,2 | 19,3 | 201,7 | 22,6 | 212,9 | 25,8 | 206,1 | 23,6 |
| Despesa corrente | 124,7 | 14,8 | 123,8 | 13,9 | 137,2 | 16,7 | 134,4 | 15,4 |
| da qual: Despesas relacionadas com a Covid-19 | ... | ... | ... | ... | 6,8 | 0,8 | 4,0 | 0,5 |
| Saúde | ... | ... | ... | ... | 4,7 | 0,6 | 3,0 | 0,3 |
| Transferências para as famílias | ... | ... | ... | ... | 0,7 | 0,1 | 0,5 | 0,1 |
| Outras despesas correntes | ... | ... | ... | ... | 1,4 | 0,2 | 0,5 | 0,1 |
| Aquisição líquida de ativos não financeiros | 38,5 | 4,6 | 77,9 | 8,7 | 75,7 | 9,2 | 71,7 | 8,2 |
| D/q: Desp. relacionadas com a Covid-19, incl. custos ligados às vacinas com financ. externo | ... | ... | ... | ... | 21,3 | 2,6 | 19,4 | 2,2 |
| D/q: Proj. de Seg. Alim. de Emergência BM/FAO | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 3,5 | 0,4 |
| Regularização de atrasados ² | -7,9 | -0,9 | -2,5 | -0,3 | 0,4 | 0,0 | -13,7 | -1,6 |
| Saldo global (caixa)¹ | -41,0 | -4,9 | -48,5 | -5,4 | -87,6 | -10,6 | -83,1 | -9,5 |
| Financiamento^{1,3} | 41,0 | 4,9 | 48,5 | 5,4 | 41,9 | 5,1 | 35,7 | 4,1 |
| Aquisição líquida de ativos financeiros | -2,4 | -0,3 | -1,0 | -0,1 | -28,7 | -3,5 | 11,1 | 1,3 |
| Reempréstimo a bancos ligado à Covid-19 ⁴ | ... | ... | ... | ... | -15,0 | -1,8 | ... | ... |
| Financiamento interno (líquido) | 39,6 | 4,7 | 36,2 | 4,1 | 62,4 | 7,6 | 18,8 | 2,2 |
| D/q: Bancos comerciais regionais, líquido | 18,3 | 2,2 | 48,5 | 5,4 | 48,5 | 5,9 | 54,6 | 6,2 |
| Financiamento externo (líquido) | 3,8 | 0,5 | 13,2 | 1,5 | 8,2 | 1,0 | 5,8 | 0,7 |
| Lacuna de financiamento (+ = déficit)¹ | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 45,7 | 5,6 | 47,4 | 5,4 |
| Financiamento adicional | ... | ... | ... | ... | 45,7 | 5,6 | 36,4 | 4,2 |
| Donativos | ... | ... | ... | ... | 9,8 | 1,2 | 25,3 | 2,9 |
| Proj. de Seg. Alimentar de Emergência BM/FAO | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 3,5 | 0,4 |
| Linha de Crédito de Acesso Rápido do BM | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 2,7 | 0,3 |
| BM CEDEAO | ... | ... | ... | ... | 0,3 | 0,0 | ... | ... |
| FMI (CCRT) ⁵ | ... | ... | ... | ... | 2,0 | 0,2 | 0,9 | 0,1 |
| BAfD | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 8,2 | 0,9 |
| Outros donativos | ... | ... | ... | ... | 7,5 | 0,9 | 10,0 | 1,1 |
| Empréstimos externos | ... | ... | ... | ... | 13,7 | 1,7 | 0,0 | 0,0 |
| BID | ... | ... | ... | ... | 6,1 | 0,7 | ... | ... |
| Banco Mundial | ... | ... | ... | ... | 7,6 | 0,9 | 0,0 | 0,0 |
| Projeto de Vigilância Regional de Doenças | ... | ... | ... | ... | 4,5 | 0,5 | ... | ... |
| BM CEDEAO | ... | ... | ... | ... | 3,1 | 0,4 | ... | ... |
| Financiamento interno | ... | ... | ... | ... | 22,2 | 2,7 | 11,0 | 1,3 |
| FMI (RCF) ⁶ | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 11,0 | 1,3 |
| BOAD | ... | ... | ... | ... | 22,0 | 2,7 | ... | ... |
| Outros bancos comerciais regionais | ... | ... | ... | ... | 0,2 | 0,0 | ... | ... |
| Lacuna residual de financiamento | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 11,0 | 1,3 |

Fontes: Ministério das Finanças e cálculos do corpo técnico do FMI.

(*) Projeções de janeiro de 2020 usadas como projeções pré-Covid em todos os documentos publicados para a Guiné-Bissau.

1/ Exclui fontes de financiamento adicional elencadas na parte inferior da tabela, pelo que os números diferem daqueles nas Tabelas 3a e 3b.

2/ Inclui *float* e discrepâncias estatísticas.

3/ O financiamento é numa base monetária.

4 / Programa para apoiar o setor da castanha de caju.

5/ Inclui montantes aprovados pelo Conselho de Administração a 13 de abril de 2020, 5 de outubro de 2020 e 1 de abril de 2021.

6/ Financiamento do FMI classificado como interno porque é um reempréstimo pelo BCEAO.

5. O crescimento deverá registar uma recuperação modesta em 2021. Com a supressão gradual das medidas de contenção da Covid-19 e o aumento dos preços e volumes de exportação do caju motivado pela recuperação do comércio mundial, as projeções apontam para um crescimento de 3,3% do PIB. Para o crescimento também contribuirá uma situação política mais estável, onde as reformas estruturais e as melhorias no ambiente de negócios deverão ajudar a promover o investimento privado. A inflação deverá subir para 1,9% em 2021 – o que compara com 1,5% em 2020 – refletindo um aumento da demanda associado à recuperação.

6. Os efeitos adversos da pandemia sobre o setor externo deverão persistir em 2021.

O efeito combinado de uma recuperação parcial nas exportações da castanha de caju e a dependência extremamente elevada das importações limitam a margem para um rápido ajustamento da balança de pagamentos. A Guiné-Bissau precisa de manter a importação de produtos alimentares⁵ e medicamentos essenciais, bem como de bens de capital e intermédios para o setor da saúde e principais infraestruturas, sobretudo as estradas que foram severamente afetadas pelas inundações de setembro de 2020. O valor das exportações deverá registar um crescimento de 9,4% contribuindo com cerca de um ponto percentual do PIB para a conta corrente. Os ativos externos líquidos dos bancos comerciais deverão manter-se estáveis em 2021, preservando a acumulação substancial de 2020 resultante da injeção de liquidez por parte do BCEAO. Esta injeção de liquidez deverá abrandar em 2021, o que está refletido na estabilidade prevista para a massa monetária. O recente desembolso da RCF deverá financiar aproximadamente 35% da lacuna de financiamento da BdP projetado em 31,4 mil milhões de FCFA (3,6% do PIB). Outras organizações multilaterais e doadores bilaterais deverão contribuir com financiamento concessional, assim reduzindo o recurso ao dispendioso financiamento regional⁶.

7. As perspetivas apresentam um elevado grau de incerteza e os riscos tendem a ser descendentes (MAR, Anexo I). As perspetivas dependem do abrandamento da pandemia a nível global e da moderação dos efeitos da pandemia a nível local após meados de 2021 devido à eficácia das medidas de contenção e a um maior acesso às vacinas. O fracasso na contenção da pandemia perturbaria o comércio do caju e a atividade empresarial em geral. Poderão eclodir tensões sociais que darão origem a uma nova instabilidade política. A Guiné-Bissau também se encontra sujeita a severas catástrofes naturais relacionadas com as alterações climáticas. As pressões financeiras nas empresas públicas e as fragilidades bancárias, decorrentes do elevado nível de crédito malparado e da subcapitalização de um banco sistemicamente importante, poderão gerar passivos contingentes que acentuarão as pressões orçamentais. Do lado externo, uma recuperação aquém do esperado dos preços internacionais da castanha de caju prejudicaria o crescimento económico e diminuiria as receitas públicas. Pelo lado positivo, uma contenção mais rápida da pandemia, tanto a nível global como local, aceleraria a normalização do comércio e a arrecadação de receitas, assim como contribuiria para menores despesas de saúde.

⁵ O crescimento da produção de caju ao longo do tempo substituiu, em vez de ter complementado, a produção de outros produtos agrícolas como o arroz e o amendoim, assim aumentando as vulnerabilidades em termos de segurança alimentar.

⁶ Para mais detalhes, ver a Tabela 2 do texto.

OBJETIVOS DO PROGRAMA

8. O SMP terá como objetivo preservar a sustentabilidade da dívida, apoiar uma consolidação orçamental credível e reforçar a governação e transparência, sem as quais não será possível um desenvolvimento sustentável. As reformas planeadas constituem os primeiros passos para promover um maior envolvimento a fim de ajudar a retirar o país da situação de fragilidade em que se encontra, mediante o reforço da estabilidade macroeconómica e a melhoria da governação.

- **Apoiar a disciplina orçamental e assegurar a sustentabilidade da dívida.** O programa terá como objetivo assegurar que o ajustamento das contas públicas baseado no orçamento de 2021 seja executado sem acumulação de atrasados e evitando recorrer ao custoso crédito não concessional. Tal será realizado: i) por meio de uma maior mobilização de receitas e contenção de despesas, incluindo da massa salarial, gerando espaço orçamental para proteger as despesas sociais e realizar investimentos em infraestruturas essenciais para sustentar a recuperação; e ii) ajudando as autoridades a obterem mais donativos e financiamento altamente concessional. O corpo técnico está ciente de que as autoridades também tencionam explorar opções para a reformulação do perfil/reestruturação da dívida junto dos parceiros de desenvolvimento no contexto dos riscos descendentes decorrentes da pandemia da Covid-19 (MPEF §18).
- **Implementar reformas em matéria de governação e transparência que são essenciais para reforçar o controlo da despesa, mobilizar receita e combater a corrupção.** O SMP apoiará a implementação da condicionalidade para reforçar a governação baseada nas recomendações do recente relatório de avaliação da governação do FMI e da assistência técnica em curso. O FMI ajudará as autoridades na elaboração de uma estratégia de GFP realista que vise melhorar a disciplina orçamental, assim como a transparência e a prestação de contas do governo, com base nas recomendações da AT. A implementação gradual do desenvolvimento de capacidades irá contribuir para a melhora do controle da despesa, moderação dos riscos das empresas públicas, reforço dos regimes tributário e aduaneiro e redução dos riscos de corrupção. O programa ajudará as autoridades a conceberem uma estratégia para prevenir a acumulação de atrasados e liquidar gradualmente o stock de atrasados de despesas internas auditadas e aprovadas.

TEMAS DE POLÍTICA

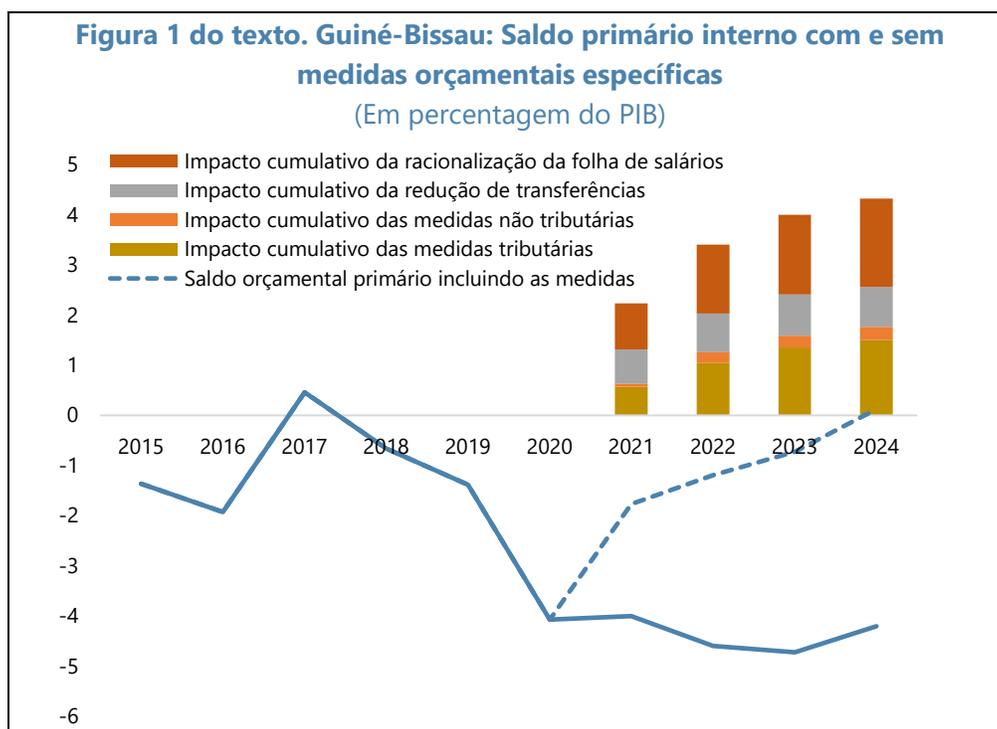
As prioridades de políticas são apoiar a recuperação económica pós-Covid, iniciar um programa de consolidação orçamental ambicioso, mas realista, para assegurar a sustentabilidade da dívida, ao mesmo tempo que se atende às extensas necessidades de desenvolvimento da Guiné-Bissau através de uma governação e transparência orçamentais mais robustas.

A. Políticas macroeconómicas

Abordar a consolidação orçamental

9. O corpo técnico apoiará o programa de consolidação orçamental das autoridades que

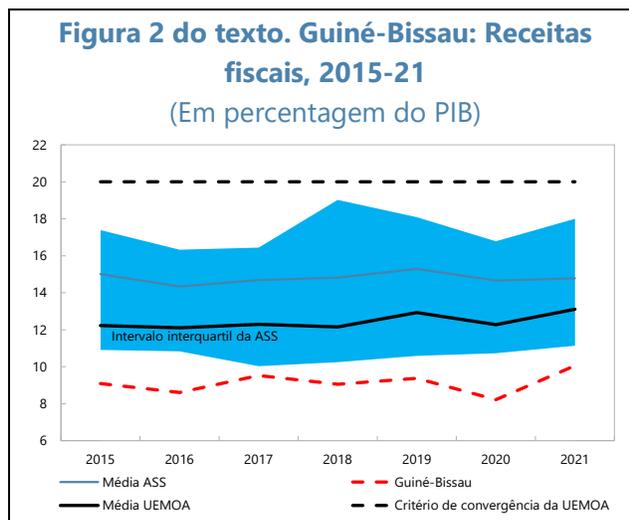
tem como objetivo assegurar a sustentabilidade a médio prazo apoiando a recuperação económica. Com base no orçamento de 2021 e nas interações com as autoridades, estima-se que o défice orçamental global incluindo os donativos numa base de compromissos deverá cair para 5% do PIB (face a 9,6% do PIB), reduzindo o stock da dívida pública e com garantia pública para 79,3% do PIB (Tabela 1 e Tabela 3b). Tal ajustamento tão significativo é, porém, viável, dado que reflete a dissipação dos efeitos relacionados com a pandemia que se materializaram em 2020 (como a queda nas receitas devido à descida dos preços do caju) e traria o saldo primário para perto do nível registado em 2019 (Figura 1 do texto). O corpo técnico apoia o compromisso das autoridades para trazer o défice orçamental e o rácio de endividamento para 3% e 70% do PIB, em linha com os critérios de convergência da UEMOA, até 2025 e 2026 respetivamente. O esforço de consolidação orçamental será apoiado pela racionalização da massa salarial, medidas tributárias e não tributárias, assim como medidas para reduzir as transferências para as empresas públicas e outras transferências não essenciais. Caso as receitas tributárias apresentem um desempenho dececionante, as autoridades deverão adotar outras medidas de racionalização das despesas que não são financiadas por donativos.



10. As seguintes medidas contribuirão para a mobilização de receitas internas, a racionalização da despesa e a não contração de financiamento não concessional dispendioso:

Receitas

11. Medidas tributárias e não tributárias. As principais medidas já adotadas incluem um novo imposto sobre as telecomunicações, juntamente com outras medidas de aumento das receitas (MPEF § 11). Globalmente, o impacto das medidas fiscais e não fiscais em 2021 deverá gerar um valor equivalente a 0,6% do PIB. A missão recomendou mais medidas para promover uma mobilização das receitas mais eficaz, inclusive através do contínuo aproveitamento da digitalização para a cobrança de impostos, apoiada pela AT do FAD. As autoridades esperam mobilizar receitas e reduzir os pontos de contacto entre os contribuintes e a administração tributária através do lançamento de um sítio Web para a entrega e o pagamento de declarações fiscais por via eletrónica em 2021. O corpo técnico aconselhou as autoridades a implementarem na íntegra este e outros projetos com vista a aumentar a mobilização de receitas para níveis semelhantes aos dos países homólogos da Guiné-Bissau a médio prazo (Figura 2 do texto).



Despesas

12. Massa salarial e controlo da despesa. Na Guiné-Bissau, a massa salarial representava 80% das receitas fiscais em 2020, um valor que ultrapassa de longe o dos países homólogos e o critério de convergência da UEMOA – 35% do rácio salários/receitas fiscais. Neste contexto, a racionalização salarial será essencial para criar espaço orçamental para a realização de despesas prioritárias (Figura 3 do texto). Assim, as autoridades já iniciaram o congelamento dos salários do setor público e racionalizaram os incentivos em 2020 (de 26% dos salários e vencimentos em 2019 para 13% em 2020).



O corpo técnico realçou a necessidade de reforço do controlo dos salários e incentivos dos funcionários públicos, bem como de medidas para reconciliar os registos do pessoal e da folha de pagamentos, incluindo a aplicação de um projeto baseado na tecnologia de *blockchain* apoiado pelo FMI, cuja implementação está atualmente em curso. Estas medidas deverão contribuir para a convergência a médio prazo para os critérios de convergência da UEMOA. As autoridades também reinstituíram recentemente o Comité de Tesouraria para melhorar o controlo da despesa, conforme

solicitado pelos principais parceiros. As melhorias ao nível do controlo da despesa serão apoiadas por indicadores de referência estruturais (ver abaixo).

13. Empresas públicas. As autoridades deram passos com vista ao reforço da gestão da maior empresa pública, a empresa de eletricidade EAGB, incluindo por meio da mudança da alta administração e da revisão da sua estratégia operacional. Serão necessários outros passos para consolidar as operações da EAGB a fim de garantir a sua viabilidade financeira e limitar os riscos orçamentais⁷. A EAGB possui dívidas sem garantia pública estimadas em 2,5% do PIB.

14. Despesas prioritárias. As autoridades tencionam vacinar 1,4 milhões de pessoas de uma população total de 2 milhões de pessoas até ao final do primeiro trimestre de 2022. A campanha de vacinação deverá ser financiada por donativos externos e estima-se atualmente que tenha um custo de cerca de 9 mil milhões de FCFA (1% do PIB). As autoridades estão preparadas para prestar mais apoio ao setor da saúde e às famílias vulneráveis mediante a priorização das despesas, se a crise sanitária se agravar e/ou o setor do caju não se recuperar. O corpo técnico sublinhou a necessidade de salvaguardar as despesas prioritárias nos setores da saúde, educação e social.

15. Planos de investimento. Além dos custos relacionados com as vacinas com financiamento externo, as autoridades estão a realizar investimentos relacionados com a Covid-19 nos cuidados de saúde, bem como outros investimentos que visam apoiar a segurança alimentar (1,6% do PIB) a fim de sustentar a retoma em 2021. O Governo está a levar a cabo planos de investimento para reforçar as infraestruturas no domínio da saúde, educação e transportes, que foram gravemente afetadas pelas inundações de 2020. O corpo técnico também discutiu medidas para reforçar o processo de contratação pública a fim de aumentar a eficiência dos investimentos, bem como para mobilizar donativos externos com vista ao financiamento de projetos de investimento específicos.

Financiamento e dívida

16. A estratégia de mobilização das autoridades deve contribuir para colmatar a lacuna residual de financiamento de 2021 (Tabela 3 do texto). Cerca de 90% do saldo orçamental global em base de caixa, excluindo os donativos relacionados com a Covid-19, deverá ser financiado por emissões do Tesouro colocadas junto dos bancos comerciais da UEMOA, pela linha de crédito de emergência do FMI e pela terceira tranche do CCRT para o alívio do serviço da dívida, bem como por empréstimos concessionais de instituições multilaterais, incluindo o Banco Mundial. A recente RCF e o SMP devem ajudar a catalisar mais apoio dos doadores para suprir o défice residual de financiamento de 1,3% do PIB, assim como aliviar as pressões financeiras resultantes da dependência dos empréstimos não concessionais do BOAD e das emissões de títulos do Tesouro. Além da participação na Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI, em inglês), as autoridades deram igualmente passos para resolver todos os atrasados externos antigos⁸. O corpo

⁷ Para mais informações sobre a governação das empresas públicas, ver o [Relatório Técnico do FMI para a Guiné-Bissau "Reforço da Governação e do Quadro de Combate à Corrupção: Próximos Passos"](#).

⁸ Foram assinados acordos com Taiwan (Província da China) em 2017 e com a Líbia em 2018. Relativamente ao Brasil e à Rússia, as dívidas foram negociadas, mas os acordos ainda carecem de assinatura. Estão em curso negociações com Angola e o Paquistão.

técnico discutiu os planos para a obtenção de donativos e financiamento altamente concessional, sendo que o Governo procurará mobilizar donativos externos com vista ao financiamento de projetos de investimento específicos. Os donativos previstos relacionados com a Covid-19 incluem financiamento para projetos do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento, bem como apoio orçamental da França e do Banco Africano de Desenvolvimento. As autoridades também tencionam explorar opções para a possível reformulação do perfil/reestruturação da dívida junto de parceiros de desenvolvimento no contexto dos riscos descendentes decorrentes da pandemia da Covid-19.

17. A Guiné-Bissau encontra-se em elevado risco de sobre-endividamento externo e global. Os indicadores da dívida deterioraram-se consideravelmente nos últimos anos, devido a défices orçamentais superiores ao previsto, ao aumento dos empréstimos para projetos de investimento e ao financiamento adicional necessário para fazer face ao impacto da pandemia da Covid-19. A percentagem da dívida externa permanece relativamente reduzida (32% da dívida total ou 25,4% do PIB no final de 2020). Contudo, a notação do risco externo diminuiu para “elevada” a fim de ter em conta as vulnerabilidades da dívida global e os riscos descendentes ao cenário de base. O risco global de sobre-endividamento é elevado dado que o valor presente (VP) da dívida pública face ao PIB continua bem acima do seu limiar indicativo ao longo do período de projeção (ver a Análise de Sustentabilidade da Dívida).

18. A dívida da Guiné-Bissau é considerada sustentável num quadro prospetivo com base no compromisso das autoridades para com a implementação de políticas robustas apoiadas por uma forte mobilização dos doadores e um SMP. O contexto regional favorável da Guiné-Bissau⁹ reduz os riscos de refinanciamento a médio prazo associados à dívida interna e o corpo técnico projeta um declínio gradual do VP da dívida pública face ao PIB a médio prazo, com o défice orçamental dentro de 3% do PIB e a dívida em cerca de 70% do PIB em consonância com os critérios de convergência da UEMOA¹⁰. A avaliação depende do compromisso das autoridades para com: i) uma ambiciosa estratégia de ajustamento orçamental; ii) políticas prudentes de endividamento, inclusive evitando financiamentos para projetos em condições não concessionais; iii) reforço da gestão da dívida (ver abaixo); e iv) uma gestão prudente da carteira existente de empréstimos e a aplicação de procedimentos de avaliação baseados nas melhores práticas internacionais, a fim de garantir a criticidade dos projetos de investimento. As dinâmicas da dívida no cenário de base podem melhorar mais com a plena mobilização dos doadores conduzindo a um aumento significativo dos donativos de instituições multilaterais e a um reescalamento das

⁹ A Guiné-Bissau beneficia de apoio financeiro das instituições regionais e dos maiores membros da união monetária regional com uma maior capacidade de endividamento; na UEMOA, o mercado regional de títulos do Tesouro é gerido pela UMOA-Titres.

¹⁰ A 27 de abril de 2020, os Chefes-de-Estado da União Económica e Monetária Oeste-Africana (UEMOA) declararam uma suspensão temporária do Pacto de Estabilidade e Crescimento da UEMOA que estabelece seis critérios de convergência, incluindo a regra de 3% de défice orçamental, para ajudar os Estados-Membros a lidarem com as consequências da pandemia da Covid-19. Esta suspensão temporária permitirá que os Estados-Membros aumentem o seu défice orçamental global, de forma temporária, e usem o apoio externo adicional providenciado pelos doadores no contexto da resposta à crise da Covid-19. A Declaração dos Chefes-de-Estado estabelece claramente que deverá retomar-se a consolidação orçamental logo que a crise termine.

obrigações da dívida selecionadas, a fim de prolongar as maturidades e reduzir as taxas de juro¹¹. As autoridades solicitaram a participação na DSSI em dezembro de 2020 e a extensão da mesma até ao final de 2021, o que deverá melhorar as perspetivas relativas à sustentabilidade da dívida¹². As perspetivas da dívida continuam vulneráveis a uma recuperação económica menos pujante e à falta de adesão das autoridades à estabilidade macroeconómica e a políticas orçamentais prudentes.

19. O reforço da gestão da dívida e dos investimentos irá assegurar a sustentabilidade da dívida e promover investimentos mais eficazes e geradores de crescimento. O governo procurará obter assistência técnica a longo prazo junto dos parceiros internacionais para melhorar as suas capacidades em termos de registo, monitorização e gestão geral da dívida. Além disso, iniciará a publicação de relatórios anuais sobre o serviço da dívida, desembolsos e acordos¹³, bem como continuará a comunicar as informações às bases de dados internacionais de estatísticas da dívida.

20. Além disso, o Governo planejará cuidadosamente os novos investimentos e contrairá nova dívida apenas em condições altamente concessionais. Para assegurar que o risco de sobreendividamento continua sob controlo, o Governo classificará criteriosamente os investimentos com base numa análise da relação custo/benefício, tendo em conta as considerações sociais e o impacto na estabilidade macroeconómica. De igual modo, as autoridades trabalharão em consulta com o FMI a respeito da avaliação das condições financeiras dos novos empréstimos propostos. O Governo dará início a reuniões trimestrais com todas as Unidades de Implementação de Projetos (UIP) para fazer o ponto da situação da taxa de execução de projetos e debater os desafios futuros. Com o objetivo de reforçar a coordenação, o Governo elaborará relatórios trimestrais sobre a execução do Plano de Investimentos Públicos (PIP). No médio prazo, o Governo formulará um PIP a três anos, perfeitamente alinhado com o quadro de despesa a médio prazo.

B. Reformas estruturais para melhorar a governação e transparência e preservar a estabilidade financeira

21. As autoridades deram os primeiros passos com vista ao reforço da governação e transparência em matéria de contratação pública no contexto da resposta à Covid-19.¹⁴ Os

¹¹ Foram alcançados acordos de reescalonamento com o Exim Bank da Índia em novembro de 2020 e com o BOAD em março de 2021.

¹² As perspetivas relativas à sustentabilidade da dívida deverão melhorar em virtude dos compromissos associados à DSSI. Neste contexto, as autoridades comprometem-se a: i) afetar os recursos libertados às despesas de saúde relacionadas com a Covid ou ao alívio económico e ao respetivo acompanhamento; ii) divulgar ao FMI/GBM dados da dívida do setor público de acordo com o *GFSM 2014*; e iii) respeitar plenamente os limites da dívida não concessional acordados ao abrigo da Política sobre Limites da Dívida do FMI ou da Política de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável do GBM, mas não mais.

¹³ O primeiro relatório relativo a 2019-2020 foi publicado em junho de 2021 no sítio Web do Ministério das Finanças (<https://mef.gw/publicacoes/outras/39-boletim-da-divida-publica/file>).

¹⁴ Ver [“Guiné-Bissau: Pedido de Desembolso ao abrigo da Linha de Crédito Rápido”, Relatório do FMI n.º 21/29, Anexo I.](#)

fundos relacionados são geridos através de uma conta separada no BCEAO e serão objeto de uma auditoria independente *ex post* a realizar por um conceituado auditor externo, que trabalhará em articulação com o Tribunal de Contas (inicialmente prevista para ter início no primeiro semestre de 2021). Porém, o processo de auditoria ainda não arrancou e os Termos de Referência ainda não foram elaborados. Toda a despesa relacionada com a crise faz parte integrante do Orçamento de Estado, sendo que os relatórios sobre essa despesa são publicados no relatório de execução orçamental apresentado à Assembleia Nacional. As autoridades publicaram, através do Alto Comissariado para a Covid-19, as principais informações sobre todos os contratos relacionados com a crise em 2020, mas o texto integral dos contratos e os relatórios de validação *ex post* da execução dos contratos ainda não foram publicados¹⁵. As autoridades ainda não cumpriram o compromisso previsto na RCF de divulgar as informações sobre os beneficiários efetivos das empresas às quais foram adjudicados contratos relacionados com a Covid-19 (MPEF § 16). As autoridades comprometem-se a cumprir os requisitos pendentes da RCF até ao final do terceiro trimestre de 2021.

22. O SMP dará prioridade a políticas para reforçar a consolidação orçamental, melhorar a governação orçamental e ajudar a criar um historial visando um potencial acordo ao abrigo da ECF. Tendo em conta a fragilidade e as limitações de capacidade da Guiné-Bissau, as reformas estruturais ajudarão a dar resposta aos desafios em matéria de transparência, governação e corrupção (Anexo II) e apoiarão as medidas adotadas recentemente pelas autoridades (Anexo III). O Grupo Intergovernamental de Ação contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA) reuniu com as autoridades do país em janeiro de 2021 e as recomendações do relatório de avaliação mútua servirão de base para o reforço do plano de ação em matéria de CBC/CFT. De igual modo, as autoridades comprometeram-se a implementar 11 indicadores de referência estruturais (ver abaixo e a Tabela 7) e a rever o regime de declaração de ativos (MPEF § 17). A missão conversou sobre o apoio de AT pertinente.

23. É necessário reforçar a gestão das finanças públicas para melhorar o controlo da despesa. Para reforçar a gestão de caixa e melhorar o controlo da despesa, o programa centra-se nos seguintes indicadores de referência estruturais (MPEF § 12)¹⁶:

- O recentemente restabelecido Comité de Tesouraria deve prosseguir com as suas reuniões semanais e devem ser definidos critérios claros sobre prioridades dos pagamentos por categoria de despesa.
- Estão a ser dados passos com vista à criação da Conta Única do Tesouro (CUT). Ao abrigo do SMP, o Governo irá nomear uma equipa responsável pela implementação da CUT, sendo que será necessária a autorização prévia do Ministro das Finanças para a abertura de uma conta bancária do Estado e todas as contas bancárias do Estado serão identificadas.
- O Governo irá alterar o regime de contratação pública com vista a permitir a recolha e a publicação de informações dos beneficiários efetivos para os contratos acima de um

¹⁵ Disponível em <https://accovid.com/index.php/category/noticias-nacionais-da-covid-19/outros-relatorios-de-atividades/>

¹⁶ Para as medidas adicionais que o Governo se compromete a adotar, ver MPEF § 13.

determinado valor (a ser definido com base na assistência técnica do FMI).

- É emitido um despacho executivo para terminar a contratação irregular de funcionários, assegurar o controlo de todos os salários da função pública pelo controlador financeiro, incluindo os incentivos e os salários da Assembleia Nacional, e reconciliar os registos do pessoal e a folha de pagamentos.

Além disso, a gestão da dívida foi reforçada por meio da aprovação por parte do Conselho de Ministros dos decretos relativos à i) criação de um Comité Nacional de Política de Endividamento, ii) organização e funcionamento da Direção-Geral da Dívida Pública e iii) emissão e gestão da dívida. Esta medida foi recomendada pelo corpo técnico durante a missão de negociação do SMP.

24. O reforço dos quadros e regimes tributário e aduaneiro irá promover uma mobilização de receitas mais eficaz. Os indicadores de referência estruturais (MPEF § 14) incluem¹⁷:

- Enviar para a Assembleia Nacional: i) um novo Código Geral Tributário e um novo Regime de Sanções Fiscais que irão constituir a base comum para a administração de todos os impostos – independentemente dos tipos de impostos – e promover a justiça e o entendimento; e ii) um estatuto modernizado do IVA para melhorar o regime fiscal através de um alargamento da base fiscal do imposto sobre as vendas.
- Finalizar e enviar para a Assembleia Nacional a revisão do Código Aduaneiro, que inclui a aplicação de sanções dissuasivas para alterar o comportamento dos operadores e aumentar o cumprimento das obrigações.
- Implementar o sistema Kontaktu para o preenchimento de declarações eletrónicas e a realização de pagamentos através de *e-banking* e moeda eletrónica.¹⁸

25. O Governo irá continuar a envidar esforços a fim de preservar a estabilidade do setor financeiro. Irá abster-se de afetar mais recursos públicos a um grande banco do qual se tornou um dos principais acionistas após um acordo de recapitalização em 2019. As autoridades irão preparar uma estratégia viável de saída do banco até 2024, conforme acordado com a Comissão Bancária regional (MPEF § 20). A plena operacionalização de um quadro de resolução bancária para todos os bancos na UEMOA prevista para 2021–2022 proporcionaria os instrumentos essenciais para melhorar a estabilidade do setor financeiro na Guiné-Bissau.

MODALIDADES DO PROGRAMA, RISCOS E AVALIAÇÃO DE SALVAGUARDAS

26. O corpo técnico apoia o pedido das autoridades para um SMP de nove meses abrangendo o período de junho de 2021 a março de 2022. O desempenho do programa ao abrigo do SMP será monitorizado através de avaliações trimestrais das metas quantitativas e dos

¹⁷ Para as medidas adicionais que o Governo se compromete a implementar, ver MPEF § 15 e § 20.

¹⁸ Como passo inicial, foi lançado o sítio Web do Kontaktu.

indicadores de referência estruturais (Tabelas 1 e 2 do MPEF). O programa tem sete metas quantitativas e 11 indicadores de referência estruturais. O Memorando Técnico de Entendimento (MTE) inclui as definições das metas quantitativas e de uma rubrica por memória. Além disso, especifica os requisitos de dados para efeitos de monitorização do programa que o governo terá de providenciar ao corpo técnico do FMI em tempo oportuno. A primeira data de teste será 30 de junho de 2021 e a avaliação deverá estar concluída até ao final de setembro de 2021. A segunda data de teste será 30 de setembro de 2021 e a avaliação deverá estar concluída até ao final de 2021. A terceira data de teste será 31 de dezembro de 2021 e a terceira avaliação deverá estar concluída até ao final de março de 2022, sendo que poderá ser combinada com um pedido para um acordo ao abrigo da ECF sob reserva de um bom desempenho, conforme previsto pelas autoridades. As substanciais fragilidades e lacunas do país em termos de desenvolvimento dão origem a persistentes necessidades ao nível da balança de pagamentos que exigem o apoio de um programa económico a médio prazo para promover uma situação macroeconómica sustentável e o crescimento inclusivo, ajudando a catalisar mais apoio dos doadores. Além disso, os riscos para o cenário de base apontam no sentido descendente devido às incertezas relacionadas com a pandemia e a elevada vulnerabilidade a choques nos termos de troca, incluindo preços mais baixos do caju e preços mais altos da energia.

27. Os riscos à implementação do programa apontam no sentido descendente.

- Os **riscos descendentes** decorrem de riscos políticos e da fraca capacidade, mas também da volatilidade dos preços a nível mundial para o arroz importado e para a castanha de caju exportada. Os riscos políticos são elevados em virtude de potenciais conflitos na função pública relacionados com os salários, tensões associadas aos novos impostos, vulnerabilidades em termos de governação e corrupção, altos níveis de pobreza e a precariedade dos serviços públicos. Além disso, as reduzidas capacidades do setor público, incluindo eventuais falhas de coordenação entre ministérios e instituições, poderão prejudicar a implementação das reformas. Em caso de materialização dos riscos descendentes causando o agravamento das condições financeiras, as autoridades comprometem-se a racionalizar mais as despesas, nomeadamente os investimentos com recursos internos e as despesas não prioritárias.
- Os **riscos ascendentes** estão relacionados com uma recuperação mais rápida do que previsto no cenário de base, impulsionada por um desempenho mais pujante do setor do caju, a contenção da pandemia, a aceleração da normalização do comércio e dividendos mais rápidos do que o previsto gerados pela estabilidade política que ajudem a atrair a atividade do setor privado e os recursos dos doadores.

28. Avaliação de salvaguardas. O BCEAO tem apenas uma recomendação pendente da avaliação de salvaguardas de 2018. Esta diz respeito ao reforço da função de gestão de risco e encontra-se em fase de implementação. A avaliação concluiu que, de uma forma geral, o banco central manteve uma forte cultura de controlo.

DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES

29. As autoridades estão empenhadas em potenciar a implementação das políticas e reformas com assistência técnica. Desde 2020, a maior estabilidade política abriu uma janela de oportunidade para aumentar a tração neste domínio. Foram notórios os progressos na adoção das recomendações da AT na administração das receitas e alfandegária, na política tributária e na GFP (Anexo III). O desenvolvimento de capacidades apoiará a formulação de políticas, a implementação do programa e a melhoria da governação durante o SMP (Anexo IV). O reforço da coordenação dentro do FMI e com outros prestadores de AT deverá melhorar a eficácia das iniciativas de capacitação.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

30. A Covid-19 continua a afetar seriamente a Guiné-Bissau, um Estado frágil com desafios económicos de longa data. Além das consequências das medidas de contenção e de confinamento na atividade interna, o encerramento das fronteiras e as restrições de circulação atrasaram o arranque da campanha de 2020 do caju, o que afetou seriamente o setor agrícola. Após a economia ter contraído 1,4% em 2020, espera-se uma recuperação modesta de 3,3% em 2021, ainda aquém das previsões pré-Covid que apontavam para um crescimento de 5%. Esta recuperação parcial deverá ser impulsionada pela retoma das exportações de caju, pelo aumento do consumo devido à supressão gradual das medidas de confinamento e por uma situação política mais estável.

31. A estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade da dívida dependem fundamentalmente da consolidação orçamental e da gestão prudente da dívida. As autoridades preveem um considerável ajustamento orçamental em 2021 – refletindo em parte a dissipação dos acontecimentos desfavoráveis em 2020 – que será realizado evitando a acumulação de atrasados e empréstimos não concessionais dispendiosos, mobilizando donativos e financiamento concessional, assim como prosseguindo as negociações para um possível reescalonamento das obrigações de dívida com os credores, a fim de prolongar as maturidades e reduzir as taxas de juro. O reforço da mobilização de receitas e a contenção de despesas, inclusive na massa salarial, deverão criar espaço orçamental para proteger a despesa social na educação, saúde e relacionada com a pandemia, assim como para levar a cabo investimentos em infraestruturas essenciais. No médio prazo, o corpo técnico apoia o compromisso das autoridades para trazerem o défice orçamental e o rácio da dívida para 3% e 70% do PIB até 2025 e 2026, respetivamente, em linha com os critérios de convergência da UEMOA. No que toca à estabilidade financeira, o corpo técnico recomenda veementemente a preparação de uma estratégia viável para o Estado sair do banco até 2024, conforme acordado com a Comissão Bancária regional.

32. A implementação oportuna das reformas para o reforço da governação e transparência serão essenciais para o êxito do SMP. O corpo técnico insta as autoridades a implementarem oportunamente a estratégia de GFP prevista a fim de reforçar a governação orçamental, a transparência e a prestação de contas, incluindo medidas para aumentar o controlo da despesa, melhorar os regimes tributário e aduaneiro, combater a corrupção e mitigar os riscos das empresas

públicas. O corpo técnico saúda o compromisso das autoridades com vista, por um lado, à alteração do regime de contratação pública a fim de permitir a recolha e a publicação de informações sobre os beneficiários efetivos e, por outro, à revisão do regime de declaração de ativos com assistência técnica do FMI durante o SMP.

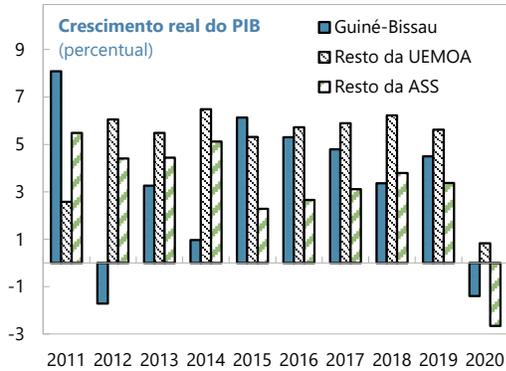
33. A implementação das reformas apresenta riscos consideráveis. A Guiné-Bissau é um país frágil e a implementação do programa irá deparar-se com riscos políticos e a fraca capacidade do Estado. Além disso, a economia está exposta à volatilidade dos preços internacionais para o arroz importado e para a castanha de caju exportada. Existem tensões associadas aos novos impostos, vulnerabilidades em termos de governação e corrupção, níveis consideráveis de pobreza, fraca prestação de serviços públicos e contenção salarial. Além disso, as limitações em termos de capacidade do setor público poderão prejudicar a implementação das reformas. Ao mesmo tempo, o potencial retorno das reformas e de uma gestão cuidadosa das políticas é substancial.

34. O corpo técnico apoia o pedido das autoridades para um SMP de nove meses.

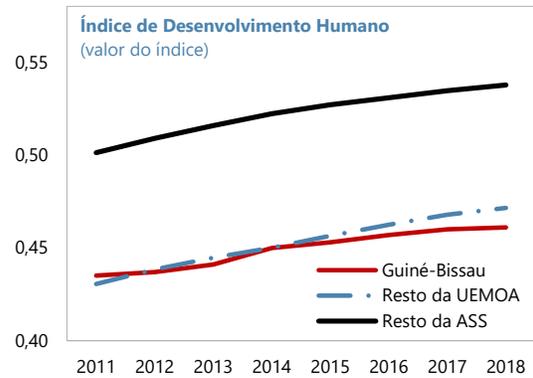
A implementação célere e bem-sucedida do SMP é essencial para estabelecer um historial de desempenho sólido. Para mitigar os eventuais riscos decorrentes das limitações de capacidade, o FMI irá apoiar os esforços das autoridades em todas as áreas de política abrangidas pelo SMP por meio de assistência técnica personalizada.

Figura 1. Guiné-Bissau: Crescimento e padrões de vida

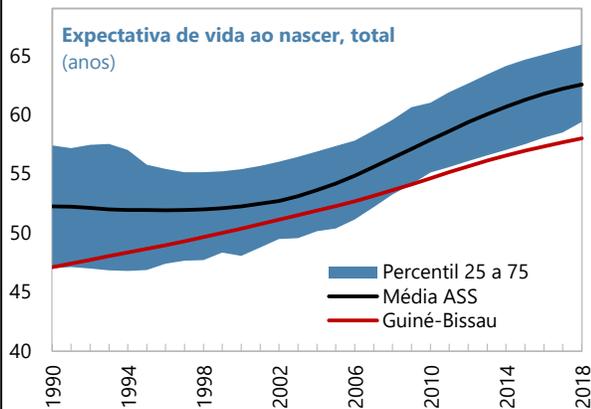
Um crescimento económico volátil em comparação com os seus pares regionais reflete um longo historial de instabilidade política...



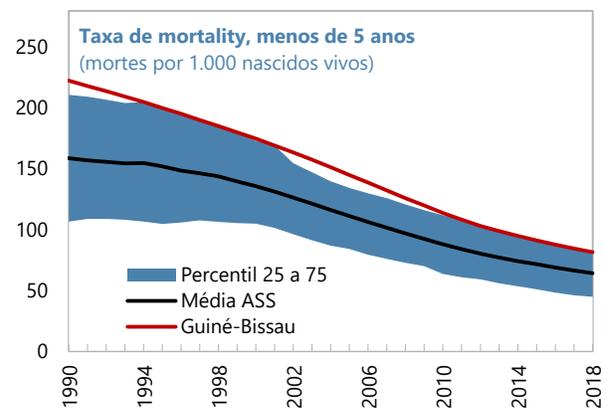
...e de fragilidade económica, que afeta os padrões de vida da população.



As fracas condições sanitárias são evidenciadas por uma expectativa de vida ao nascer significativamente inferior...

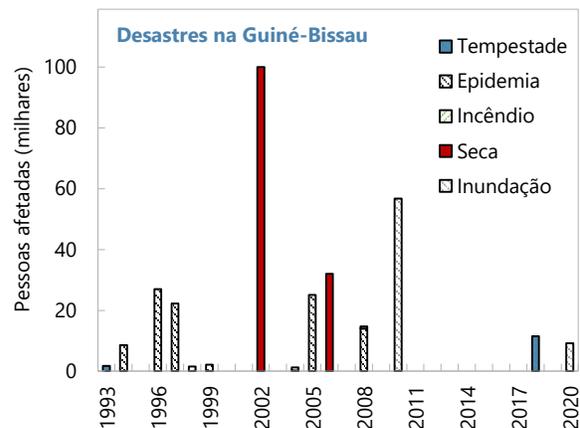
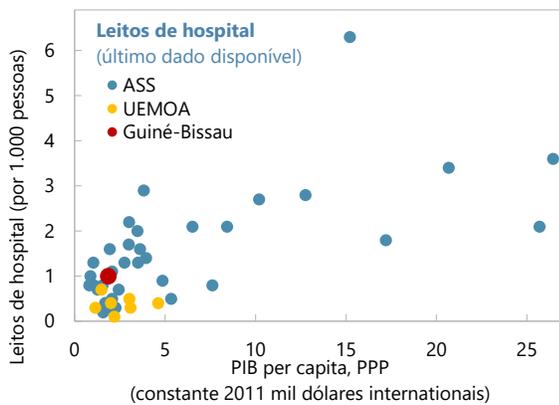


...bem como por uma taxa de mortalidade infantil mais elevada, ambas por comparação com os pares da África Subariana.



O sistema de saúde dispõe de recursos limitados, incluindo equipamento médico, que é fundamental...

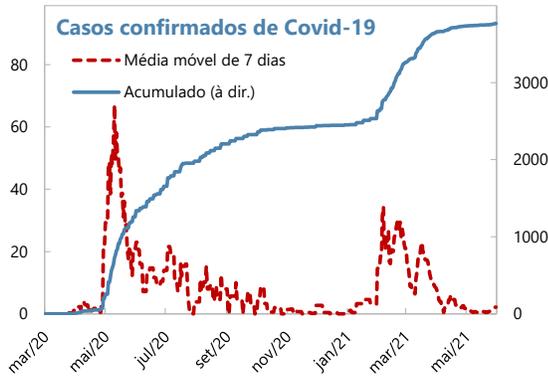
...tendo em conta a exposição do país a catástrofes naturais, como as inundações do último ano e a pandemia.



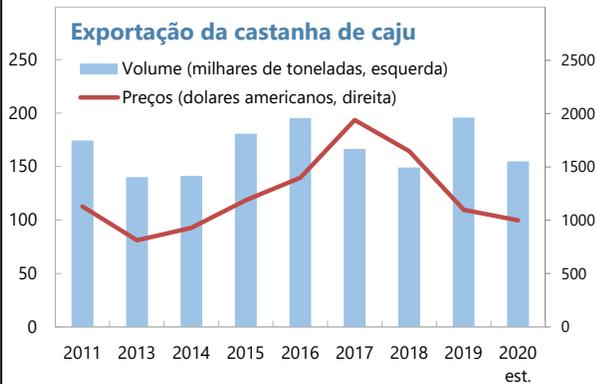
Fontes: Banco Mundial, Indicadores de Desenvolvimento Mundial, EM-DAT, base de dados CRED, autoridades da Guiné-Bissau, e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 2. Guiné-Bissau: Pandemia da Covid-19, Atividade e Preços

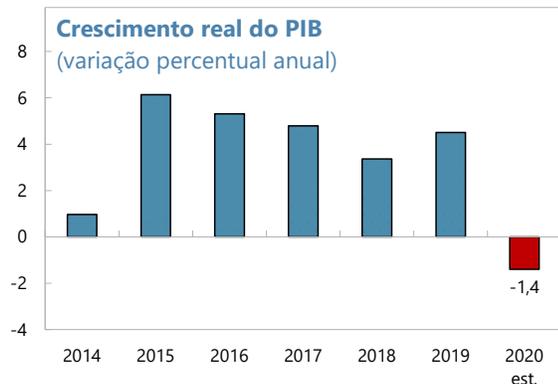
Os primeiros casos de Covid-19 foram registados no final de março e aumentaram rapidamente nas semanas seguintes...



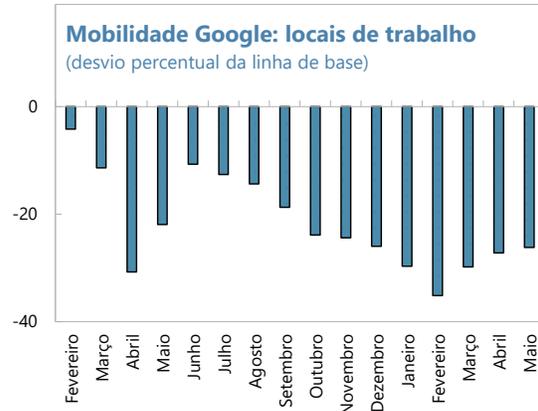
As exportações de caju foram afetadas pelo atraso da campanha de caju (volume) e pela menor procura por parte dos parceiros comerciais (preços)...



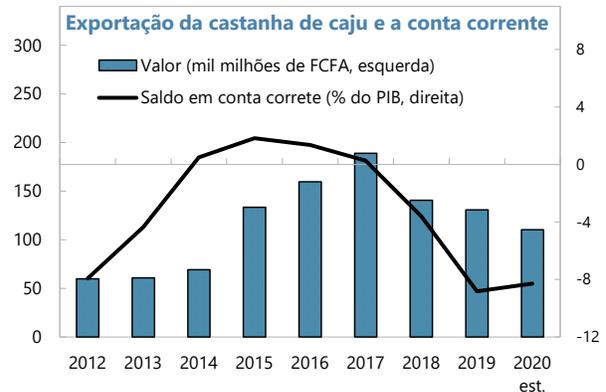
O efeito das recentes inundações graves somou-se à pandemia, resultando numa contração do PIB estimada em 1,4%...



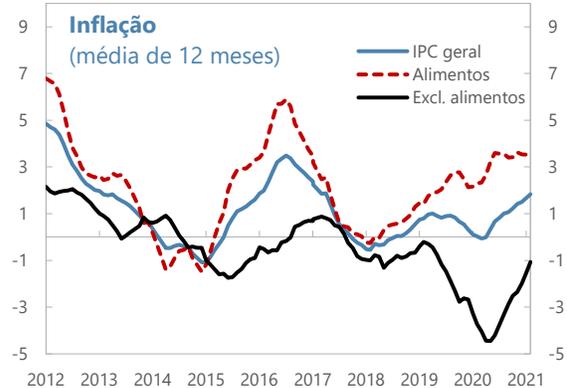
...altura em que as medidas de confinamento foram impostas pelo Estado de Emergência (março) e pelo Estado de Calamidade (setembro).



...o que agravou o choque dos termos de troca dos últimos anos e aumentou ainda mais o défice da conta corrente.



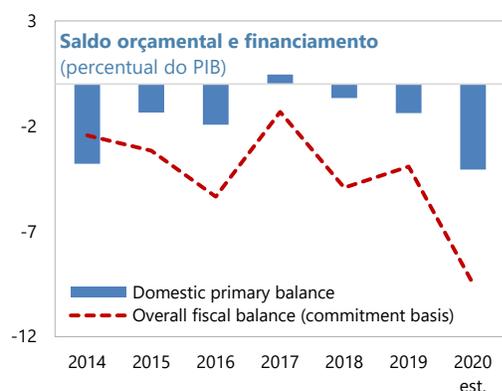
...e no aumento da inflação, uma vez que os preços dos produtos alimentares também refletiram perturbações no comércio internacional.



Fontes: Base de dados Google Mobility, Our World in Data, autoridades da Guiné-Bissau e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 3. Guiné-Bissau: Evolução Orçamental, Externa e Monetária

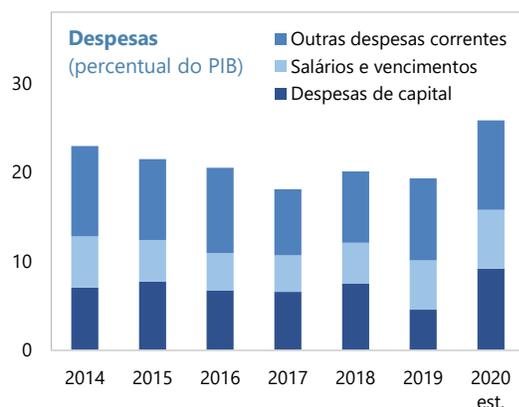
Os saldos orçamentais deterioraram-se mais em 2020...



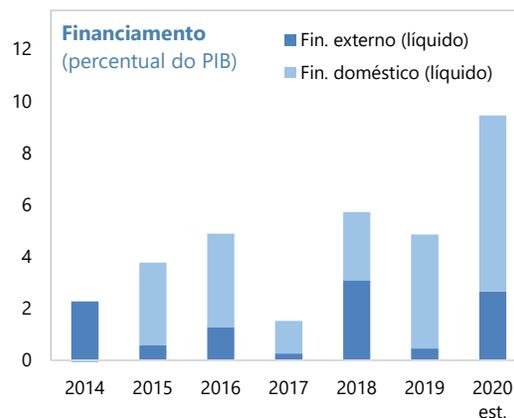
... uma vez que as receitas fracas, compensadas por mais donativos...



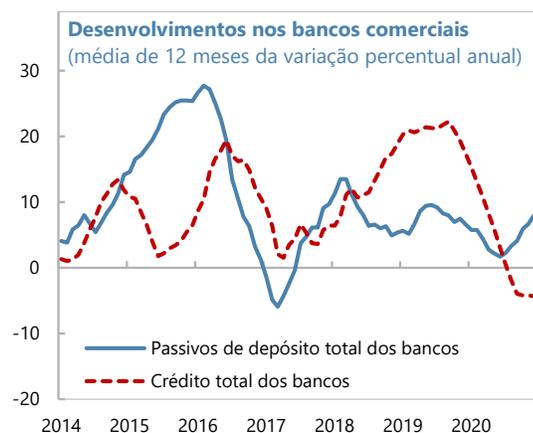
... não foram suficientes para cobrir o aumento das despesas...



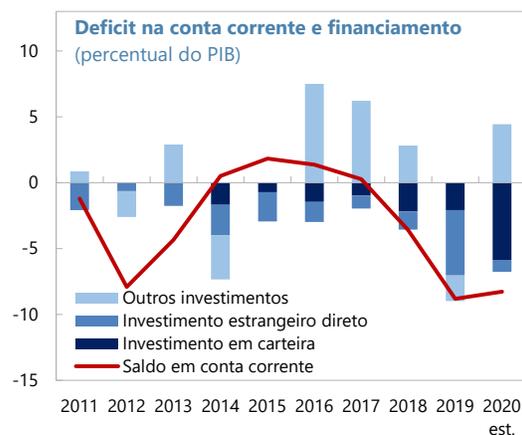
...resultando numa necessidade de financiamento adicional, tanto externo como regional.



O aumento do financiamento regional deslocou, em parte, o crédito dos bancos comerciais.



O financiamento do défice da conta corrente migrou dos fluxos de entrada de investimento para o investimento em carteira (títulos do Tesouro).



Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau, BCEAO e cálculos do corpo técnico do FMI.

Tabela 1. Guiné-Bissau: Indicadores Económicos e Financeiros Seleccionados, 2019–26

| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
|---|-------|-------|-------|-------|--------|--------|--------|--------|
| | | Prel. | | | Proj. | | | |
| (Variação percentual anual, salvo indicação em contrário) | | | | | | | | |
| Contas nacionais e preços | | | | | | | | |
| PIB real a preços de mercado | 4,5 | -1,4 | 3,3 | 4,0 | 5,0 | 5,0 | 5,0 | 5,0 |
| PIB real per capita | 2,3 | -3,5 | 1,1 | 1,7 | 2,8 | 2,8 | 2,9 | 2,9 |
| Deflator do PIB | -3,5 | -0,9 | 2,7 | 2,8 | 2,8 | 2,8 | 2,8 | 2,8 |
| Índice de preços no consumidor (média anual) | 0,3 | 1,5 | 1,9 | 2,0 | 2,0 | 2,0 | 2,0 | 2,0 |
| Setor externo | | | | | | | | |
| Exportações, FOB (FCFA) | -22,7 | -21,1 | 9,4 | 6,9 | 6,7 | 6,2 | 5,5 | 4,7 |
| Importações, FOB (FCFA) | 20,5 | -8,3 | 5,5 | -3,5 | 4,3 | 4,9 | 4,9 | 5,6 |
| Termos de troca (deterioração = -) | -31,4 | -3,7 | -8,2 | 4,2 | 5,5 | 3,8 | 2,5 | 2,4 |
| Taxa de câmbio efetiva real (depreciação = -) | -2,8 | 2,3 | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Taxa de câmbio (FCFA por USD, média) | 585,9 | 574,8 | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| Finanças públicas | | | | | | | | |
| Receitas excluindo donativos | 9,2 | -5,5 | 15,2 | 11,6 | 10,2 | 9,1 | 9,1 | 7,5 |
| Despesas | -3,0 | 30,5 | -3,2 | 5,3 | 7,4 | 3,7 | 5,5 | 7,7 |
| Despesas correntes | 18,2 | 10,1 | -2,1 | 5,3 | 5,4 | 5,6 | 7,7 | 6,6 |
| Despesas de investimento | -38,5 | 96,7 | -5,2 | 5,3 | 11,1 | 0,4 | 1,6 | 10,0 |
| Moeda e crédito | | | | | | | | |
| Crédito interno | 13,8 | -1,7 | 9,1 | 13,5 | 14,2 | 12,5 | 10,3 | 8,1 |
| Crédito ao governo (líquido) | 13,8 | -19,7 | -2,8 | -3,5 | -6,4 | -7,5 | -6,7 | -6,0 |
| Crédito à economia | 13,8 | 5,9 | 12,9 | 18,2 | 18,9 | 16,0 | 12,7 | 9,7 |
| Ativos internos líquidos | 11,9 | -13,8 | 7,6 | 20,9 | 20,6 | 17,1 | 13,6 | 10,3 |
| Massa monetária (M2) | 0,3 | 9,1 | 0,9 | 6,4 | 7,4 | 6,5 | 5,6 | 5,2 |
| (em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário) | | | | | | | | |
| Investimento e poupança | | | | | | | | |
| Investimento bruto | 14,2 | 22,4 | 21,1 | 21,1 | 21,8 | 21,1 | 20,6 | 21,2 |
| D/q: investimento público | 8,4 | 16,9 | 15,1 | 14,9 | 15,3 | 14,3 | 13,4 | 13,7 |
| Poupança interna bruta | 0,9 | 5,9 | 5,9 | 8,7 | 10,2 | 10,1 | 10,0 | 10,9 |
| D/q: poupança pública | 1,8 | 3,4 | 5,2 | 5,9 | 6,6 | 6,2 | 6,0 | 6,2 |
| Poupança nacional bruta | 5,4 | 14,1 | 12,5 | 15,6 | 17,0 | 16,3 | 16,1 | 16,8 |
| Finanças públicas | | | | | | | | |
| Receitas excluindo donativos | 12,5 | 12,1 | 13,1 | 13,7 | 14,0 | 14,2 | 14,3 | 14,2 |
| Despesas primárias internas | 13,9 | 16,2 | 14,9 | 14,9 | 14,7 | 14,0 | 13,7 | 13,7 |
| Saldo primário interno | -1,4 | -4,1 | -1,8 | -1,2 | -0,7 | 0,1 | 0,6 | 0,5 |
| Saldo global (base de compromissos) | | | | | | | | |
| Incluindo donativos | -3,9 | -9,5 | -5,0 | -4,6 | -4,2 | -3,6 | -3,0 | -3,0 |
| Excluindo donativos | -6,8 | -13,7 | -10,4 | -9,5 | -9,1 | -8,1 | -7,4 | -7,4 |
| Conta corrente externa | | | | | | | | |
| Conta corrente externa | -8,8 | -8,3 | -8,5 | -5,5 | -4,8 | -4,8 | -4,5 | -4,4 |
| Excluindo transferências correntes oficiais | -10,0 | -9,7 | -11,4 | -8,6 | -7,9 | -7,5 | -7,1 | -7,0 |
| Stock de dívida pública e com garantia pública¹ | | | | | | | | |
| Stock de dívida pública e com garantia pública ¹ | 65,9 | 79,3 | 78,4 | 77,5 | 75,7 | 73,6 | 71,1 | 68,8 |
| D/q: dívida externa | 24,2 | 25,4 | 26,7 | 24,9 | 23,1 | 21,7 | 20,4 | 19,4 |
| Por memória: | | | | | | | | |
| PIB nominal a preços de mercado (MM de FCFA) | 843,5 | 824,1 | 874,2 | 934,7 | 1008,9 | 1089,0 | 1175,4 | 1268,8 |
| Reservas oficiais brutas da UEMOA (MM de USD) | 17,6 | 21,8 | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| (percentagem de massa monetária) | 34,2 | 32,9 | ... | ... | ... | ... | ... | ... |

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Cobertura alargada para incluir atrasados antigos.

Tabela 2. Guiné-Bissau: Balança de Pagamentos, 2018–26
(Mil milhões de FCFA)

| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
|---|--------|--------|--------|--------|--------|-----------|--------|--------|--------|
| | | | Prel. | | | Projeções | | | |
| Saldo da conta corrente | -30,1 | -74,4 | -68,2 | -74,6 | -51,5 | -48,7 | -52,3 | -52,8 | -55,4 |
| Bens e serviços | -43,7 | -123,3 | -134,5 | -140,2 | -127,2 | -129,4 | -133,3 | -138,3 | -146,1 |
| Bens | 25,7 | -50,6 | -65,0 | -64,1 | -48,7 | -47,5 | -48,0 | -49,4 | -53,6 |
| Exportações, FOB | 188,6 | 145,7 | 115,0 | 125,8 | 134,5 | 143,6 | 152,6 | 161,0 | 168,6 |
| D/q: castanha de caju | 140,6 | 130,7 | 110,4 | 120,6 | 129,0 | 137,6 | 146,1 | 154,0 | 161,1 |
| Importações, FOB | -162,9 | -196,4 | -180,0 | -189,9 | -183,3 | -191,1 | -200,6 | -210,4 | -222,2 |
| D/q: produtos alimentares | -54,7 | -59,7 | -59,3 | -59,6 | -61,7 | -64,6 | -68,7 | -72,5 | -76,6 |
| produtos petrolíferos | -33,5 | -33,1 | -29,9 | -32,1 | -31,8 | -31,3 | -31,4 | -32,0 | -33,1 |
| Serviços | -69,4 | -72,6 | -69,5 | -76,0 | -78,5 | -81,8 | -85,3 | -88,9 | -92,5 |
| Crédito | 26,7 | 25,2 | 10,3 | 19,0 | 20,3 | 21,9 | 23,6 | 25,5 | 27,5 |
| Débito | -96,1 | -97,8 | -79,8 | -95,0 | -98,8 | -103,7 | -108,9 | -114,4 | -120,1 |
| Rendimentos | -28,4 | 15,8 | 8,6 | 7,7 | 10,7 | 12,2 | 13,7 | 15,1 | 16,7 |
| Crédito | 30,8 | 24,5 | 21,6 | 22,8 | 27,4 | 30,0 | 31,8 | 33,9 | 35,7 |
| D/q: compensação de pescas da UE | 0,0 | 7,6 | 7,6 | 7,6 | 7,6 | 7,6 | 7,6 | 7,6 | 7,6 |
| Outras taxas de licenças | 4,2 | 6,8 | 10,1 | 8,1 | 10,3 | 11,4 | 12,6 | 14,1 | 15,3 |
| Débito | -59,2 | -8,8 | -13,0 | -15,1 | -16,7 | -17,8 | -18,0 | -18,7 | -19,0 |
| D/q: juros do governo | -2,1 | -3,7 | -8,8 | -9,9 | -11,5 | -12,5 | -12,6 | -13,2 | -14,5 |
| Transferências correntes (líquidas) | 42,1 | 33,1 | 57,7 | 57,8 | 65,0 | 68,4 | 67,2 | 70,3 | 74,0 |
| Oficiais | 10,2 | 10,0 | 11,6 | 24,9 | 29,1 | 31,4 | 29,1 | 31,1 | 33,5 |
| Privadas | 31,9 | 23,1 | 46,1 | 32,9 | 35,9 | 37,0 | 38,2 | 39,3 | 40,5 |
| D/q: remessas | 30,2 | 21,7 | 44,5 | 31,2 | 34,1 | 35,2 | 36,3 | 37,4 | 38,5 |
| Conta de capital | 23,4 | 16,1 | 22,6 | 23,4 | 19,5 | 21,4 | 22,7 | 24,1 | 25,9 |
| D/q: transferências oficiais | 22,1 | 14,5 | 21,4 | 21,2 | 16,3 | 18,1 | 19,4 | 20,7 | 22,3 |
| Conta financeira | -6,3 | -75,8 | -19,2 | -44,3 | -36,8 | -32,5 | -32,7 | -31,5 | -28,6 |
| IDE | -11,6 | -41,8 | -7,0 | -20,1 | -15,6 | -16,8 | -18,2 | -19,6 | -21,2 |
| Outros investimentos | 5,3 | -34,0 | -12,2 | -24,2 | -21,2 | -15,7 | -14,5 | -11,9 | -7,4 |
| Desembolsos oficiais a médio e longo prazo | -45,8 | -14,1 | -58,5 | -19,2 | -18,5 | -18,5 | -18,5 | -18,5 | -18,4 |
| Programas | 0,0 | 0,0 | -22,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Projetos | -45,8 | -14,1 | -36,5 | -19,2 | -18,5 | -18,5 | -18,5 | -18,5 | -18,4 |
| Amortização | 2,5 | 2,3 | 12,6 | 14,7 | 15,2 | 18,2 | 18,8 | 18,4 | 15,5 |
| Bilhetes do Tesouro (financiamento regional) | -17,9 | -18,3 | -48,7 | -54,6 | -41,7 | -44,8 | -42,6 | -40,1 | -39,7 |
| Ativos externos líquidos dos bancos comerciais | 13,3 | -28,1 | 72,2 | 0,0 | -7,5 | -7,5 | -7,5 | -7,5 | 0,0 |
| Outros ativos externos líquidos | 53,3 | 24,1 | 10,2 | 35,0 | 31,4 | 36,9 | 35,4 | 35,8 | 35,2 |
| Erros e omissões | -4,0 | -4,2 | 6,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Saldo global | -4,4 | 13,3 | -20,3 | -6,9 | 4,7 | 5,1 | 3,0 | 2,9 | -0,9 |
| Financiamento | 4,4 | -13,3 | 20,3 | -4,1 | -4,7 | -5,1 | -3,0 | -2,9 | 0,9 |
| Ativos externos líquidos, excluindo FMI (aumento -) | 3,1 | -12,1 | 20,3 | -14,8 | -3,1 | -2,3 | 0,1 | -0,3 | 3,0 |
| Compras do FMI | 2,4 | 0,0 | 0,0 | 11,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Recompras do FMI | -1,1 | -1,2 | -2,0 | -1,2 | -1,6 | -2,8 | -3,1 | -2,6 | -2,2 |
| Donativo para alívio da dívida ao abrigo do CCRT do FMI | 0,0 | 0,0 | 2,0 | 0,9 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Variação dos atrasados | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Défice residual de financiamento | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 11,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| <i>Por memória:</i> | | | | | | | | | |
| Quantidade de exportações do caju (milhares de toneladas) | 149 | 196 | 155 | 180 | 194 | 202 | 208 | 214 | 219 |
| Preços de exportação do caju (USD por tonelada) | 1.648 | 1.098 | 1.000 | 1.100 | 1.144 | 1.190 | 1.237 | 1.274 | 1.313 |
| Volume de import. de bens (variação percentual anual) | -4,6 | 14,1 | -3,1 | -4,3 | 0,2 | 7,4 | 5,7 | 5,0 | 5,4 |
| Preços do petróleo (internacional, USD por barril) | 68,3 | 61,4 | 41,3 | 64,7 | 63,0 | 59,8 | 57,7 | 56,4 | 55,7 |
| Serviço da dívida programado | | | | | | | | | |
| Porcentagem de exportações e créditos de serviço | 1,7 | 2,1 | 4,2 | 4,5 | 4,3 | 5,4 | 5,2 | 5,5 | 5,1 |
| Porcentagem do total da receita pública | 3,8 | 3,5 | 5,3 | 5,7 | 5,1 | 6,3 | 6,0 | 6,1 | 5,5 |
| Saldo da conta corrente (porcentagem do PIB) | -3,6 | -8,8 | -8,3 | -8,5 | -5,5 | -4,8 | -4,8 | -4,5 | -4,4 |
| Transferências oficiais (porcentagem do PIB) | 3,9 | 2,9 | 4,0 | 5,3 | 4,9 | 4,9 | 4,4 | 4,4 | 4,4 |
| Reservas oficiais brutas da UEMOA (mil milhões de USD) | 14,9 | 17,6 | 21,8 | ... | ... | ... | ... | ... | ... |
| (porcentagem de massa monetária) | 31,1 | 34,2 | 32,9 | ... | ... | ... | ... | ... | ... |

Fontes: BCEAO e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 3a. Guiné-Bissau: Operações Consolidadas do Governo Central, 2019–26
(Mil milhões de FCFA)

| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
|--|-------|--------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | | Prel. | | | | | | |
| Receitas e donativos | 130,1 | 134,7 | 162,0 | 173,6 | 190,9 | 202,6 | 219,8 | 236,6 |
| Receitas fiscais | 79,1 | 67,8 | 87,9 | 98,3 | 109,3 | 119,6 | 130,6 | 140,9 |
| Receitas não fiscais | 26,5 | 32,0 | 27,0 | 29,9 | 32,1 | 34,5 | 37,5 | 39,9 |
| Donativos | 24,5 | 35,0 | 47,0 | 45,4 | 49,5 | 48,4 | 51,8 | 55,9 |
| Apoio orçamental | 1,9 | 0,0 | 3,7 | 4,6 | 4,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Donativos para projetos | 22,6 | 33,0 | 42,5 | 40,8 | 45,3 | 48,4 | 51,8 | 55,9 |
| Donativos de capital do CCRT | 0,0 | 2,0 | 0,9 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Despesas | 163,2 | 212,9 | 206,1 | 217,1 | 233,1 | 241,8 | 255,2 | 274,9 |
| Despesa | 124,7 | 137,2 | 134,4 | 141,6 | 149,2 | 157,6 | 169,7 | 180,8 |
| Salários e vencimentos | 46,9 | 54,3 | 56,6 | 56,2 | 58,5 | 61,3 | 65,4 | 69,1 |
| Bens e serviços | 18,7 | 21,2 | 24,4 | 26,1 | 27,2 | 28,5 | 31,1 | 33,2 |
| Transferências | 27,1 | 27,3 | 23,6 | 24,5 | 25,8 | 28,2 | 30,5 | 31,8 |
| Despesas não tituladas | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Juros | 9,2 | 13,9 | 14,1 | 18,4 | 20,6 | 22,1 | 23,7 | 26,3 |
| Outros | 22,7 | 20,5 | 15,8 | 16,4 | 17,0 | 17,6 | 19,0 | 20,4 |
| Aquisição líquida de ativos não financeiros | 38,5 | 75,7 | 71,7 | 75,5 | 83,9 | 84,3 | 85,6 | 94,1 |
| Com financiamento interno | 1,8 | 9,9 | 10,0 | 16,2 | 20,1 | 17,3 | 15,3 | 19,8 |
| Com financiamento externo (incluindo BOAD) | 36,7 | 65,7 | 61,7 | 59,3 | 63,8 | 66,9 | 70,3 | 74,3 |
| Saldo global, incluindo donativos (compromissos) | -33,1 | -78,2 | -44,1 | -43,5 | -42,2 | -39,3 | -35,4 | -38,3 |
| Saldo global, excluindo donativos (compromissos) | -57,6 | -113,1 | -91,2 | -88,8 | -91,8 | -87,7 | -87,2 | -94,1 |
| Variação dos atrasados | -0,5 | 0,6 | -13,7 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Atrasados internos ¹ | -2,3 | -0,8 | -12,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Acumulação no ano corrente | 9,8 | 3,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Pagamento de anos anteriores (-) | -12,1 | -4,1 | -12,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Atrasados externos líquidos | 1,8 | 0,5 | -0,5 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Atrasados de juros ao BOAD líquidos | 0,0 | 0,9 | -0,9 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Float e discrepâncias estatísticas | -7,4 | -0,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Saldo global, incluindo donativos (caixa) | -41,0 | -77,8 | -57,8 | -43,5 | -42,2 | -39,3 | -35,4 | -38,3 |
| Financiamento ² | 41,0 | 77,8 | 47,0 | 43,5 | 42,2 | 39,3 | 35,4 | 38,3 |
| Aquisição líq. de ativos financeiros (-= acumulação) | -2,4 | -28,7 | 11,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Depósitos bancários | 3,0 | -12,8 | 11,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| BCEAO | 0,2 | -1,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Bancos comerciais locais | 2,8 | -11,1 | 11,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outros ³ | -5,4 | -15,9 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| D/q: Recapitalização bancária | -3,5 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Financiamento interno | 39,6 | 84,6 | 30,1 | 38,0 | 36,2 | 31,3 | 27,9 | 28,6 |
| Crédito do BCEAO | -1,2 | -2,0 | 10,1 | -1,6 | -2,8 | -3,1 | -4,8 | -4,4 |
| (D/q) FMI | -1,2 | -2,0 | 10,1 | -1,6 | -2,8 | -3,1 | -2,6 | -2,2 |
| Outro financiamento interno (líquido) | 40,7 | 86,6 | 20,1 | 39,6 | 39,1 | 34,4 | 32,7 | 33,0 |
| Bancos comerciais locais | 14,5 | 17,5 | -33,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Bancos comerciais regionais | 18,3 | 48,7 | 54,6 | 41,7 | 44,8 | 42,6 | 40,1 | 39,7 |
| Financiamento regional (BOAD) | 7,9 | 20,3 | -1,3 | -2,1 | -5,7 | -8,2 | -7,3 | -6,7 |
| Financiamento externo (líquido) | 3,8 | 21,9 | 5,8 | 5,5 | 6,0 | 7,9 | 7,5 | 9,6 |
| Desembolsos | 5,5 | 24,3 | 9,2 | 9,3 | 11,0 | 12,9 | 14,0 | 16,0 |
| Projetos | 5,5 | 24,3 | 9,2 | 9,3 | 11,0 | 12,9 | 14,0 | 16,0 |
| Programas | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Amortização | -1,6 | -2,3 | -3,4 | -3,9 | -5,0 | -5,0 | -6,6 | -6,4 |
| Alívio da dívida | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Défice residual de financiamento | 0,0 | 0,0 | 10,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| <i>Por memória:</i> | | | | | | | | |
| Saldo primário interno (compromissos) ⁴ | -11,7 | -33,5 | -15,4 | -11,2 | -7,3 | 1,3 | 6,9 | 6,4 |

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Registados como atrasados quando os pagamentos não são efetuados há mais de 30 dias para os salários e 90 dias para outras despesas.

² O financiamento é numa base monetária.

³ Projeto WARCIP a partir de 2018; em 2019, investimento em títulos e recapitalização bancária; em 2020, reempréstimo de apoio a bancos.

⁴ Exclui donativos, despesas de investimento com financiamento externo e do BOAD, bem como juros.

Tabela 3b. Guiné-Bissau: Operações Consolidadas do Governo Central, 2019–26
(Em percentagem do PIB)

| | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 |
|---|------|-------|-------|------|------|-------|------|------|
| | | Prel. | | | | Proj. | | |
| Receitas e donativos | 15,4 | 16,4 | 18,5 | 18,6 | 18,9 | 18,6 | 18,7 | 18,7 |
| Receitas fiscais | 9,4 | 8,2 | 10,1 | 10,5 | 10,8 | 11,0 | 11,1 | 11,1 |
| Receitas não fiscais | 3,1 | 3,9 | 3,1 | 3,2 | 3,2 | 3,2 | 3,2 | 3,1 |
| Donativos | 2,9 | 4,2 | 5,4 | 4,9 | 4,9 | 4,4 | 4,4 | 4,4 |
| Apoio orçamental | 0,2 | 0,0 | 0,4 | 0,5 | 0,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Donativos para projetos | 2,7 | 4,0 | 4,9 | 4,4 | 4,5 | 4,4 | 4,4 | 4,4 |
| Donativos de capital do CCRT | 0,0 | 0,2 | 0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Despesas | 19,3 | 25,8 | 23,6 | 23,2 | 23,1 | 22,2 | 21,7 | 21,7 |
| Despesa | 14,8 | 16,7 | 15,4 | 15,1 | 14,8 | 14,5 | 14,4 | 14,2 |
| Salários e vencimentos | 5,6 | 6,6 | 6,5 | 6,0 | 5,8 | 5,6 | 5,6 | 5,4 |
| Bens e serviços | 2,2 | 2,6 | 2,8 | 2,8 | 2,7 | 2,6 | 2,6 | 2,6 |
| Transferências | 3,2 | 3,3 | 2,7 | 2,6 | 2,6 | 2,6 | 2,6 | 2,5 |
| Despesas não tituladas | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Juros | 1,1 | 1,7 | 1,6 | 2,0 | 2,0 | 2,0 | 2,0 | 2,1 |
| Outros | 2,7 | 2,5 | 1,8 | 1,8 | 1,7 | 1,6 | 1,6 | 1,6 |
| Aquisição líquida de ativos não financeiros | 4,6 | 9,2 | 8,2 | 8,1 | 8,3 | 7,7 | 7,3 | 7,4 |
| Com financiamento interno | 0,2 | 1,2 | 1,1 | 1,7 | 2,0 | 1,6 | 1,3 | 1,6 |
| Com financiamento externo (incluindo BOAD) | 4,3 | 8,0 | 7,1 | 6,3 | 6,3 | 6,1 | 6,0 | 5,9 |
| Saldo global, incluindo donativos (compromissos) | -3,9 | -9,5 | -5,0 | -4,6 | -4,2 | -3,6 | -3,0 | -3,0 |
| Saldo global, excluindo donativos (compromissos) | -6,8 | -13,7 | -10,4 | -9,5 | -9,1 | -8,1 | -7,4 | -7,4 |
| Variação dos atrasados | -0,1 | 0,1 | -1,6 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Atrasados internos ¹ | -0,3 | -0,1 | -1,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Acumulação no ano corrente | 1,2 | 0,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Pagamento de anos anteriores (-) | -1,4 | -0,5 | -1,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Atrasados externos líquidos | 0,2 | 0,1 | -0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Atrasados de juros ao BOAD líquidos | 0,0 | 0,1 | -0,1 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Float e discrepâncias estatísticas | -0,9 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Saldo global, incluindo donativos (caixa) | -4,9 | -9,4 | -6,6 | -4,6 | -4,2 | -3,6 | -3,0 | -3,0 |
| Financiamento ² | 4,9 | 9,4 | 5,4 | 4,6 | 4,2 | 3,6 | 3,0 | 3,0 |
| Aquisição líq. de ativos financeiros (= acumulação) | -0,3 | -3,5 | 1,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Depósitos bancários | 0,4 | -1,6 | 1,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| BCEAO | 0,0 | -0,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Bancos comerciais locais | 0,3 | -1,3 | 1,3 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Outros ³ | -0,6 | -1,9 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| D/q: Recapitalização bancária | -0,4 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Financiamento interno | 4,7 | 10,3 | 3,4 | 4,1 | 3,6 | 2,9 | 2,4 | 2,3 |
| Crédito do BCEAO | -0,1 | -0,2 | 1,2 | -0,2 | -0,3 | -0,3 | -0,4 | -0,3 |
| (D/q) FMI | -0,1 | -0,2 | 1,2 | -0,2 | -0,3 | -0,3 | -0,2 | -0,2 |
| Outro financiamento interno (líquido) | 4,8 | 10,5 | 2,3 | 4,2 | 3,9 | 3,2 | 2,8 | 2,6 |
| Bancos comerciais locais | 1,7 | 2,1 | -3,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Bancos comerciais regionais | 2,2 | 5,9 | 6,2 | 4,5 | 4,4 | 3,9 | 3,4 | 3,1 |
| Financiamento regional (BOAD) | 0,9 | 2,5 | -0,1 | -0,2 | -0,6 | -0,8 | -0,6 | -0,5 |
| Financiamento externo (líquido) | 0,5 | 2,7 | 0,7 | 0,6 | 0,6 | 0,7 | 0,6 | 0,8 |
| Desembolsos | 0,6 | 2,9 | 1,1 | 1,0 | 1,1 | 1,2 | 1,2 | 1,3 |
| Projetos | 0,6 | 2,9 | 1,1 | 1,0 | 1,1 | 1,2 | 1,2 | 1,3 |
| Programas | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Amortização | -0,2 | -0,3 | -0,4 | -0,4 | -0,5 | -0,5 | -0,6 | -0,5 |
| Alívio da dívida | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Défice residual de financiamento | 0,0 | 0,0 | 1,2 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| <i>Por memória:</i> | | | | | | | | |
| Saldo primário interno (compromissos) ⁴ | -1,4 | -4,1 | -1,8 | -1,2 | -0,7 | 0,1 | 0,6 | 0,5 |

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Registrados como atrasados quando os pagamentos não são efetuados há mais de 30 dias para os salários e 90 dias para outras despesas.

² O financiamento é numa base monetária.

³ Projeto WARCIP a partir de 2018; em 2019, investimento em títulos e recapitalização bancária; em 2020, reempréstimo de apoio a bancos.

⁴ Exclui donativos, despesas de investimento com financiamento externo e do BOAD, bem como juros.

Tabela 4. Guiné-Bissau: Síntese Monetária, 2018–22¹

| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 |
|--|-------|-------|-------|-----------|-------|
| | | | Prel. | Projeções | |
| (Mil milhões de FCFA) | | | | | |
| Ativos externos líquidos | 232,6 | 217,7 | 271,5 | 265,5 | 262,7 |
| Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) | 169,3 | 182,6 | 164,2 | 158,1 | 162,9 |
| Bancos comerciais | 63,3 | 35,1 | 107,3 | 107,3 | 99,8 |
| Ativos internos líquidos | 132,5 | 148,3 | 127,7 | 137,4 | 166,1 |
| Crédito ao governo (líquido) | 51,7 | 58,8 | 47,2 | 45,9 | 44,3 |
| BCEAO | 43,9 | 42,7 | 40,2 | 61,1 | 59,5 |
| Bancos comerciais | 7,9 | 16,2 | 7,0 | -15,2 | -15,2 |
| Outros | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Crédito à economia | 122,0 | 138,9 | 147,1 | 166,2 | 196,4 |
| Outras rubricas (líquido) | -41,3 | -49,5 | -66,6 | -74,6 | -74,6 |
| Massa monetária (M2) | 365,0 | 366,0 | 399,2 | 402,9 | 428,7 |
| Moeda em circulação | 234,9 | 235,3 | 246,5 | 248,8 | 264,7 |
| Depósitos bancários | 130,1 | 130,7 | 152,7 | 154,1 | 164,0 |
| Base monetária (M0) | 248,2 | 258,7 | 274,7 | 284,8 | 303,1 |
| (Variação percentual da massa monetária no início do período) | | | | | |
| Contribuição para o crescimento da massa monetária (M2) | | | | | |
| Ativos externos líquidos | 1,5 | -4,1 | 14,7 | -1,5 | -0,7 |
| BCEAO | -2,2 | 3,6 | -5,0 | -1,5 | 1,2 |
| Bancos comerciais | 3,8 | -7,7 | 19,7 | 0,0 | -1,9 |
| Ativos internos líquidos | 2,6 | 4,3 | -5,6 | 2,4 | 7,1 |
| Crédito ao governo central | -3,6 | 2,0 | -3,2 | -0,3 | -0,4 |
| Crédito à economia | 4,4 | 4,6 | 2,3 | 4,8 | 7,5 |
| Outras rubricas (líquido) | 1,8 | -2,2 | -4,7 | -2,0 | 0,0 |
| <i>Por memória:</i> | | | | | |
| Massa monetária (M2, variação percentual anual) | 4,2 | 0,3 | 9,1 | 0,9 | 6,4 |
| Base monetária (M0, variação percentual anual) | 1,8 | 4,2 | 6,2 | 3,7 | 6,4 |
| Crédito à economia (variação percentual anual) | 14,6 | 13,8 | 5,9 | 12,9 | 18,2 |
| Velocidade (PIB/M2) | 2,3 | 2,3 | 2,1 | 2,2 | 2,2 |
| Multiplicador monetário (M2/M0) | 1,5 | 1,4 | 1,5 | 1,4 | 1,4 |
| Fontes: BCEAO e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI. | | | | | |
| ¹ Fim do período. | | | | | |

Tabela 5. Guiné-Bissau: Indicadores de Solidez Financeira Selecionados, 2014–20¹
(Em percentagem)

| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | Junho 2020 |
|---|-------|-------|------|-------|--------|--------|---------------|
| Adequação de fundos próprios | | | | | | | |
| Fundos próprios/ativos ponderados pelo risco ² | 25,8 | 28,9 | 20,3 | 2,2 | -5,4 | -2,0 | -2,6 |
| Fundos próprios Tier 1/ativos ponderados pelo risco | 18,0 | 13,3 | 20,3 | 1,8 | -5,5 | -2,0 | -2,6 |
| Provisões/ativos ponderados pelo risco | 25,4 | 7,1 | 5,7 | 27,6 | 29,8 | 26,0 | 22,1 |
| Fundos próprios/total de ativos | 11,5 | 8,8 | 9,1 | 1,0 | -2,0 | -0,7 | -0,8 |
| Composição e qualidade dos ativos | | | | | | | |
| Total de empréstimos/total de ativos | 45,4 | 53,6 | 46,4 | 40,1 | 50,5 | 46,7 | 41,6 |
| Concentração: empr. aos 5 maiores mutuários/fundos próprios | 110,6 | 106,8 | 87,5 | 831,7 | -316,1 | -748,5 | -603,0 |
| Distribuição setorial dos empréstimos | | | | | | | |
| Agricultura e pescas | 0,0 | 0,3 | 0,3 | 0,9 | 0,5 | 0,5 | 0,5 |
| Indústrias extrativas | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,1 |
| Indústria transformadora | 44,0 | 4,3 | 1,1 | 0,4 | 0,7 | 0,7 | 11,4 |
| Eletricidade, água e gás | 0,2 | 10,2 | 0,0 | 1,1 | 0,7 | 0,7 | 2,3 |
| Construção | 0,7 | 3,3 | 2,1 | 1,7 | 1,7 | 1,7 | 8,5 |
| Comércio retalhista e grossista, restaurantes e hotéis | 14,2 | 53,0 | 46,4 | 29,7 | 29,4 | 29,4 | 24,0 |
| Transportes e comunicações | 0,0 | 0,1 | 0,1 | 1,1 | 1,1 | 1,1 | 5,7 |
| Seguros, imobiliário e serviços às empresas | 0,0 | 3,0 | 1,9 | 8,4 | 8,2 | 8,2 | 1,2 |
| Outros serviços | 40,8 | 25,8 | 48,0 | 56,7 | 57,8 | 57,8 | 46,4 |
| Crédito malparado bruto/total de empréstimos | 43,4 | 8,4 | 11,5 | 37,4 | 26,3 | 25,4 | 20,3 |
| Provisões gerais/crédito malparado bruto | 46,2 | 46,7 | 45,0 | 64,8 | 67,3 | 65,3 | 65,7 |
| Crédito malparado líquido/total de empréstimos | 29,2 | 4,7 | 6,7 | 17,4 | 10,5 | 10,6 | 8,0 |
| Crédito malparado líquido/fundos próprios | 115,1 | 28,2 | 34,1 | 694,6 | -268,1 | -680,0 | -437,2 |
| Lucros e rentabilidade | | | | | | | |
| Custo médio dos créditos contraídos | 1,2 | 1,2 | 1,6 | 1,6 | 1,7 | 0,8 | ... |
| Taxa de juro média dos empréstimos | 9,4 | 10,9 | 11,4 | 10,2 | 8,7 | 10,2 | ... |
| Margem de juro média ³ | 8,2 | 9,7 | 9,8 | 8,5 | 7,0 | 9,4 | ... |
| Rendibilidade média dos ativos após impostos (ROA) | -1,4 | 6,4 | -0,3 | -0,4 | 0,8 | 4,2 | ... |
| Rendibilidade média dos capitais próprios após impostos (ROE) | -13,6 | 46,3 | -2,9 | -10,8 | 17,2 | 79,6 | ... |
| Despesas excluindo juros/produto bancário líquido | 68,3 | 88,4 | 65,6 | 79,3 | 71,3 | 74,8 | ... |
| Despesas com pessoal/produto bancário líquido | 28,1 | 30,1 | 28,4 | 33,8 | 28,6 | 30,9 | ... |
| Liquidez | | | | | | | |
| Ativos líquidos/total de ativos | 18,6 | 16,6 | 13,8 | 15,0 | 19,6 | 18,9 | 21,6 |
| Ativos líquidos/total de depósitos | 27,2 | 27,8 | 26,0 | 25,3 | 32,7 | 35,9 | 42,8 |
| Total de empréstimos/total de depósitos | 82,8 | 93,6 | 92,0 | 89,1 | 102,5 | 106,5 | 94,8 |
| Total de depósitos/total de passivos | 68,6 | 59,6 | 53,2 | 59,4 | 59,9 | 52,6 | 50,6 |

Fonte: BCEAO.

¹ Os ISF para 2015 e 2016 não foram atualizados pelo BCEAO para refletir a declaração de nulidade do resgate.

² Fundos próprios/ativos ponderados pelo risco, excluindo capitais próprios negativos: 36,2% em dezembro de 2018, 33,4% em dezembro de 2019 e 31,5% em junho de 2020.

³ Excluindo imposto sobre operações bancárias.

Tabela 6. Metas quantitativas ao abrigo do programa monitorizado pelo corpo técnico
(Acumulado desde o início do ano civil até ao fim do mês indicado; em mil milhões de FCFA)

| | 2020 | 2021 | | | |
|---|-------|-------------------|-----------------|-------|-------|
| | | Mar. ¹ | Jun. | Set. | Dez. |
| | | Est. | Metas Propostas | | |
| Metas quantitativas¹ | | | | | |
| Total da receita tributária interna (piso) | 67,8 | 15,9 | 38,2 | 62,8 | 87,9 |
| Teto da dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo governo central (milhões de USD) ^{2,3} | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Novos atrasados de pagamentos externos (milhões de USD, teto) ² | 1,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Novos atrasados internos (teto) | 5,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Despesas sociais e prioritárias (piso) ⁴ | 64,2 | 15,8 | 27,2 | 38,7 | 50,1 |
| Saldo primário interno (base de compromissos, piso) ⁵ | -33,5 | -15,0 | -16,4 | -23,4 | -15,4 |
| Despesas não tituladas (DNT, teto) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| <i>Por memória:</i> | | | | | |
| Apoio orçamental externo (milhões de USD) ⁶ | 0,0 | 0,0 | 1,8 | 1,8 | 6,9 |
| Crédito bancário interno líquido ao governo central | 57,7 | 12,4 | 23,4 | 53,6 | 42,2 |
| Empréstimos concessionais para projetos (milhões de USD) ⁷ | 49,6 | 5,0 | 9,9 | 14,9 | 19,9 |
| Saldo remanescente de garantias públicas ⁸ | 10,6 | 10,1 | 10,1 | 23,1 | 23,1 |

¹ As metas quantitativas são definidas no Memorando Técnico de Entendimento.

² Aplicáveis numa base contínua.

³ Contraída ou garantida pelo governo central.

⁴ Definido como despesa pelos Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Mulher, Família e Coesão Social e pelo Alto Comissariado para a Covid-19.

⁵ Exclui donativos, despesas de investimento com financiamento externo e do BOAD, bem como juros.

⁶ Inclui donativos para apoio orçamental e empréstimos para programas (para apoio orçamental), excluindo desembolsos da RCF e o alívio da dívida do CCRT.

⁷ Inclui empréstimos para projetos com uma componente de donativo superior ou igual a 35%.

⁸ Todas as garantias estão denominadas em FCFA.

Tabela 7. Indicadores de Referência Estruturais

| Medidas | Justificação | Data |
|--|--|-------------------------|
| Gestão das Finanças Públicas | | |
| Para: i) prosseguir as reuniões semanais do Comité de Tesouraria sem interrupções; | Controlar a despesa | Contínuo |
| ii) emitir um despacho ministerial que define critérios claros para a priorização dos pagamentos em dinheiro por categoria de despesas para evitar atrasados, após a respetiva data de vencimento. | Controlar a despesa | Fim de julho de 2021 |
| Nomear uma equipa encarregue do projeto de implementação da CUT na Direção-Geral do Tesouro e Contabilidade Pública (DGTCP) por meio de uma carta de missão da DGTCP. Instituir a obrigatoriedade de autorização prévia do Ministro das Finanças para a abertura de qualquer conta bancária do Estado por meio de uma decisão do Ministério das Finanças. Identificar todas as contas bancárias do Estado solicitando separadamente informações aos bancos, ministérios setoriais e outras entidades públicas. | Controlar a despesa | Fim de setembro de 2021 |
| Alterar o regime jurídico de contratação pública para permitir a recolha e a publicação de informações sobre os beneficiários efetivos de contratos acima de um determinado limiar a ser definido. | Controlar a despesa/combater a corrupção | Fim de dezembro de 2021 |
| Emitir um despacho executivo para terminar a contratação irregular de funcionários e assegurar que o controlador financeiro controla todos os salários da função pública, incluindo os incentivos e os salários da Assembleia Nacional, que devem ser incorporados nos registos da folha de pagamentos. | Controlar a massa salarial | Fim de dezembro de 2021 |
| Mobilização de Receitas | | |
| Aprovar em Conselho de Ministros e enviar à Assembleia Nacional: | | |
| i) o Código Geral Tributário revisto e o Regime de Sanções Fiscais revisto; e | Reforçar o regime fiscal | Fim de julho de 2021 |
| ii) a nova Lei do IVA. | Reforçar o regime fiscal | Fim de dezembro de 2021 |
| Implementar o sistema Kontaktu para o preenchimento de declarações eletrónicas e a realização de pagamentos através de <i>e-banking</i> e moeda eletrónica: | | |
| i) fase piloto para um reduzido número de grandes contribuintes seguida de | Aumentar as receitas | Fim de julho de 2021 |
| ii) implementação completa. | Aumentar as receitas | Fim de setembro de 2021 |
| Aprovar pelo Conselho de Ministros e enviar à Assembleia Nacional a revisão do Código Aduaneiro. | Reforçar o regime aduaneiro | Fim de setembro de 2021 |
| Setor Financeiro | | |
| Preparar um relatório com a estratégia de saída de um banco sistémico subcapitalizado, incluindo uma avaliação financeira integral. | Estabilidade financeira | Fim de dezembro de 2021 |
| Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e corpo técnico do FMI. | | |

Anexo I. Matriz de Avaliação de Riscos¹

| Natureza/fontes de risco | Probabilidade relativa | Impacto esperado caso se concretize/horizonte temporal | Políticas para mitigar riscos |
|---|------------------------|--|---|
| Riscos externos | | | |
| <p>Surtos locais de Covid-19 descontrolados e crescimento reduzido/volátil nos países afetados. Surtos nos países com atrasos na vacinação obrigam a novos confinamentos. Para muitos mercados emergentes e países de baixo rendimento, a resposta de políticas para atenuar o impacto económico encontra-se limitada pela falta de espaço para a aplicação de políticas, com alguns países com acesso aos mercados a depararem-se com restrições financeiras adicionais à medida que a reavaliação das perspetivas de crescimento despoleta saídas de capitais, desvalorizações e incumprimentos de dívida.</p> | Alta | Alto/curto prazo | <ul style="list-style-type: none"> • Dar prioridade às despesas no setor da saúde e da proteção social. • Mobilizar donativos e empréstimos concessionais adicionais dos parceiros de desenvolvimento para cobrir as necessidades externas mais persistentes. |
| <p>Ressurgimento da pandemia da Covid-19 a nível mundial. Os surtos locais conduzem ao ressurgimento da pandemia a nível mundial (porventura devido a variantes resistentes às vacinas) o que exige esforços de contenção dispendiosos e conduz a mudanças comportamentais persistentes que tornam muitas atividades inviáveis.</p> | Média | <ul style="list-style-type: none"> • Os surtos teriam um impacto adverso particularmente significativo na Guiné-Bissau dado que o débil sistema de saúde não seria capaz de evitar elevadas perdas de vidas humanas decorrentes da pandemia. • A economia seria duramente afetada pelo aumento das perturbações no comércio de caju e na atividade empresarial em geral. | |
| <p>Outros movimentos adversos dos preços da castanha de caju. Uma recuperação dos preços do produto de exportação dominante inferior à projetada prejudicaria a recuperação económica.</p> | Média | | Alto/ curto prazo |

¹ A Matriz de Avaliação de Riscos (MAR) mostra eventos que podem alterar de forma material a trajetória de base (o cenário mais provável de se concretizar na perspetiva do corpo técnico do FMI). A probabilidade relativa refere-se à avaliação subjetiva do corpo técnico do FMI acerca dos riscos ao cenário de base ("baixa" = probabilidade abaixo dos 10%; "média" = probabilidade entre os 10% e 30% e "alta" = probabilidade entre os 30% e 50%). A MAR reflete a opinião do corpo técnico sobre a fonte de risco e o nível geral das preocupações no momento das discussões com as autoridades. Riscos não mutuamente exclusivos podem interagir e materializar-se conjuntamente. Os choques e o cenário conjunturais salientam os riscos que podem materializar-se num horizonte mais curto (entre 12 e 18 meses), tendo em conta o cenário de base atual. Os riscos estruturais são os que provavelmente continuarão a ser significativos num horizonte mais alargado.

| Natureza/fontes de risco | Probabilidade relativa | Impacto esperado caso se concretize/horizonte temporal | Políticas para mitigar riscos |
|---|------------------------|---|---|
| Riscos internos | | | |
| <p>Deficiências persistentes nas empresas públicas. A EAGB, em particular, tem constituído um problema de longa data.</p> | Média | <p>Moderado/curto prazo</p> <ul style="list-style-type: none"> Fornecimento limitado e oneroso de eletricidade e água. Passivos contingentes que crescem às pressões orçamentais. | <ul style="list-style-type: none"> Implementar uma estratégia credível para melhorar a gestão das empresas públicas. Melhorar a governação, a transparência e a prestação de contas. |
| <p>Instabilidade bancária, resultante de um elevado nível de crédito malparado e da subcapitalização dos bancos.</p> | Média | <p>Alto/médio prazo</p> <ul style="list-style-type: none"> A concessão limitada de crédito prejudica o investimento e o crescimento. Potenciais passivos contingentes que crescem às pressões orçamentais. | <ul style="list-style-type: none"> Intensificar a supervisão bancária e a aplicação da regulamentação prudencial. Melhorar os processos e procedimentos de cobrança de dívidas e de garantias. |
| <p>Descontentamento social generalizado e instabilidade política. As tensões sociais eclodem à medida que o fim das políticas de apoio relacionadas com a pandemia dão origem a desemprego e, num contexto de aumento dos preços dos bens de primeira necessidade, afetam os grupos vulneráveis (muitas vezes exacerbando as desigualdades socioeconómicas preexistentes).</p> | Média | <p>Alto/curto-médio prazo</p> <ul style="list-style-type: none"> Atraso no ajustamento orçamental. A entrada limitada de financiamento atrasa os projetos de investimento. Perturbações no abastecimento e menor confiança. | <ul style="list-style-type: none"> Melhorar as políticas sociais direcionadas e reforçar as redes de segurança social. Evitar a supressão precoce dos incentivos fiscais e financeiros que apoiam as famílias e as empresas afetadas pela pandemia. Melhorar a governação, a transparência e a prestação de contas e combater a corrupção. |
| <p>A maior frequência e gravidade das catástrofes naturais relacionadas com as alterações climáticas provocam prejuízos económicos graves às economias mais pequenas suscetíveis a perturbações e aceleram a emigração destas economias. Uma sequência de eventos graves nas grandes economias reduz o PIB mundial e leva a um novo cálculo das perspetivas de risco e crescimento. As catástrofes que afetam as principais infraestruturas ou perturbam o comércio fazem aumentar os preços das matérias-primas e a volatilidade.</p> | Média | <p>Alto/curto-médio prazo</p> <ul style="list-style-type: none"> A produção de caju é prejudicada, deteriorando os meios de subsistência das populações nas zonas rurais e exacerbando a pobreza extrema e as desigualdades. Despesas de recuperação mais elevadas, custos de financiamento superiores e menos receitas. Perturbações no abastecimento e menos confiança. | <ul style="list-style-type: none"> Colmatar os défices em matéria de infraestruturas e as disparidades regionais de rendimento/desenvolvimento, instituindo, simultaneamente, redes de segurança social apropriadas. Promover o investimento em infraestruturas resilientes às alterações climáticas. |

Anexo II. Desafios relativos à Transparência, Governação e Corrupção¹

1. Gestão das Finanças Públicas (GFP). Os sistemas de GFP não asseguram a definição de prioridades, o controlo, a prestação de contas e a eficiência adequadas para efeitos de gestão da despesa. Muitas vezes, o orçamento anual não é aprovado pela Assembleia Nacional anualmente e é usado de forma limitada para determinar as despesas. As decisões de despesa são tomadas pelo recentemente reinstituído Comité de Tesouraria. Contudo, os controlos internos não são adequados para garantir que os pagamentos são realizados apenas após a certificação de que os bens foram entregues ou os serviços prestados, que os pagamentos são sempre realizados diretamente aos beneficiários e que as disposições contratuais são respeitadas. De igual modo, historicamente, o governo tem exercido pouca fiscalização sobre as informações financeiras das empresas públicas. Além disso, os recursos de caixa do governo estão dispersos por várias contas bancárias. É essencial reforçar o controlo da despesa e estabelecer, de forma progressiva, uma Conta Única do Tesouro no Banco Central.

2. Massa salarial e administração pública. Embora o quadro jurídico estipule que a contratação se baseia no mérito através de um processo de concurso público, tal não tem sido sistematicamente aplicado. O governo não realiza regularmente a reconciliação entre os registos de pessoal e a folha de pagamentos, o que resulta em trabalhadores fantasmas. A inexistência de controlos da massa salarial dá origem a pagamentos e absentismo excessivos na administração pública. Uma fonte de preocupação é a extensa utilização e a ausência de controlos sobre o pagamento de incentivos (cerca de 26% do total dos salários e vencimentos em 2019) bem como a falta de um controlo adequado sobre os salários pagos aos membros e funcionários da Assembleia Nacional. As medidas essenciais incluem assegurar que o controlador financeiro controla todas os salários da função pública, terminando com a contratação irregular de funcionários e reconciliando os registos do pessoal com a folha de pagamentos.

3. Política fiscal. O sistema fiscal da Guiné-Bissau caracteriza-se por uma legislação antiquada e incoerente, um enorme ónus para o cumprimento das obrigações fiscais e pela discrição administrativa. O sistema apresenta isenções fiscais generalizadas, juntamente com inúmeras taxas e encargos cobrados por diferentes entidades. Tal dá origem a uma abordagem dispendiosa e pouco transparente à mobilização de receitas, promove a evasão fiscal, assim como prejudica o crescimento em virtude do peso que coloca sobre a atividade empresarial. As principais reformas incluem um novo Código Geral Tributário e um novo Regime de Sanções Fiscais que irão constituir a base comum para a administração de todos os impostos – independentemente dos tipos de impostos – e promover a justiça e o entendimento.

4. Administração tributária e alfandegária. Devido à complexidade do sistema tributário, a administração discricionária tornou-se a norma na Direção-Geral das Contribuições e Impostos

¹ Este anexo baseia-se no [Relatório Técnico do FMI para a Guiné-Bissau "Reforço da Governação e do Quadro de Combate à Corrupção: Próximos Passos"](#).

(DGCI) e na Direção-Geral das Alfândegas (DGA). As interferências políticas nas decisões de contratação, juntamente com a instabilidade política, provocaram elevadas taxas de rotatividade do pessoal e a contratação de pessoas sem qualificações. A inadequada troca de informações entre as entidades públicas prejudica a transparência e a mobilização de receitas. Os obsoletos sistemas de tecnologias da informação constituem um entrave ao cumprimento fiscal, geram elevados custos operacionais e dificultam a verificação eficaz dos contribuintes e a supervisão dos funcionários. A crescente digitalização da cobrança de receitas irá aumentar o cumprimento por parte dos contribuintes e diminuir o risco de discricção administrativa.

5. Combate à corrupção e ao branqueamento de capitais. A Guiné-Bissau depara-se com riscos de corrupção, não apenas relacionados com a utilização indevida de recursos públicos, mas também com os narcotraficantes. Falta um seguimento credível por parte dos magistrados e dos tribunais aquando da investigação dos atos de corrupção. É necessário aumentar os recursos e reforçar a independência do sistema de justiça penal. O regime de declaração de ativos não está operacional e tanto os quadros legislativo como institucional devem ser objeto de reforma e reforço por via da publicação de declarações. O país precisa de formular medidas de combate à corrupção, nomeadamente em matéria de conflito de interesses. A implementação de medidas de combate ao branqueamento de capitais para pessoas politicamente expostas contribuiria para os esforços de combate à corrupção.

6. Estado de Direito e regulamentação do mercado. Em geral, os participantes no mercado não confiam no sistema judicial. As leis não são divulgadas publicamente com qualquer regularidade, nem são explicadas às pessoas afetadas. Não é fácil aceder às decisões dos tribunais. O sistema jurídico caracteriza-se por custas judiciais proibitivas e atrasos nos processos. Além de dispendioso, o registo de propriedade em papel dá origem a muitos conflitos em matéria de direitos de propriedade. A complexidade do ambiente regulamentar cria incentivos à corrupção de funcionários públicos, assim prejudicando as empresas privadas. As principais limitações incluem uma grande variedade de encargos e taxas aplicados às transações comerciais que muitas vezes são pouco transparentes ou não são aplicados de forma coerente.

Anexo III. Principais Medidas Adotadas Recentemente em Matéria de Governação e Corrupção

| Medidas adotadas | Data |
|---|-------------------------------|
| Adotar uma política aduaneira firme contra casos de subavaliação caracterizada e aplicar sanções progressivas. | Contínua desde 2020 |
| Publicar o relatório de diagnóstico sobre o reforço da governação e do quadro de combate à corrupção. | Jun-20 |
| Criar uma comissão para eliminar os incentivos salariais injustificados aos funcionários públicos. | Jul-20 |
| Publicar informação selecionada de alguns contratos de compras relacionados com a Covid-19. ¹ | Contínua desde agosto de 2020 |
| Revogar as alterações da Lei do Orçamento de 2015 ao IGV e Código de Investimento. | Set-20 |
| Aprovar pela Assembleia Nacional e promulgar pelo Presidente o orçamento de 2020. | Set-20 |
| Reformular e retomar os controlos aduaneiros dos fluxos de importações por via terrestre. | Out-20 |
| Emitir um despacho ministerial que autorize a apresentação de declarações do IGV por via eletrónica | Out-20 |
| Aprovar pela Assembleia Nacional e promulgar pelo Presidente o orçamento de 2021. | Dez-20/Jan-21 |
| Reforçar o procedimento geral de liberação alfandegária. | Contínua desde Jan -21 |
| Reinstituir o Comité de Tesouraria por meio de despacho ministerial. | Fev-21 |
| Fonte: Autoridades da Guiné-Bissau. | |
| ¹ Estas informações encontram-se disponíveis no sítio Web da Alto Comissariado: https://accovid.com/index.php/category/noticias-nacionais-da-covid-19/outros-relatorios-de-atividades/ . | |

Anexo IV. Estratégia de Desenvolvimento de Capacidades

1. A pandemia da Covid-19 realçou a necessidade de continuar a prestar assistência em matéria de desenvolvimento das capacidades (DC) no tocante aos fluxos de trabalho em curso para melhorar a governação orçamental e a sustentabilidade da dívida. Os objetivos específicos abordam as deficiências nas principais funções e dão resposta aos pedidos de assistência das autoridades.

2. No exercício fiscal de 2021, o aumento da estabilidade política abriu uma janela de oportunidade para uma adesão sustentada. Embora as missões à distância tenham de ser mantidas durante a pandemia, o DC no médio prazo será fornecido por consultores residentes em missão de longo prazo, fluentes em português e através de formação prática para dar uma melhor resposta às limitações de capacidade. Para garantir a eficácia das iniciativas de DC, a coordenação com o FMI e com parceiros externos continuará a ser uma prioridade.

Principais prioridades prospetivas gerais em matéria de desenvolvimento das capacidades

| Prioridades | Objetivos | Desafios |
|--|--|---|
| Administração Tributária e Política Fiscal | Reforçar os mecanismos de gestão e governação da administração tributária. Implementar o plano de reforma fiscal de 2018. | As atuais limitações de capacidade (instituições frágeis, elevada rotatividade do pessoal, falta de equipamento básico, fraca coordenação institucional e política), a instabilidade política e a procura generalizada de rendimentos improdutivos. |
| Gestão das Finanças Públicas | Reforçar a governação, a execução e o controlo da despesa. Implementar a Conta Única do Tesouro. Reforçar a supervisão das empresas públicas. Melhorar a gestão do investimento público. | |
| Gestão da Dívida | Melhorar o acompanhamento e o relato da dívida interna e externa. Apoiar a preparação de planos anuais de endividamento com projeções orçamentais e objetivos de sustentabilidade da dívida. | |
| Gestão de Crises Financeiras | Garantir a conformidade com as normas prudenciais. Apoiar a implementação de quadros de resolução. | |

Principais riscos e mitigação

A instabilidade política, a fragilidade das instituições e a capacidade de absorção reduzida têm sido os principais desafios à implementação efetiva das recomendações da assistência técnica (AT). Para mitigar estes riscos são necessários esforços para isolar as instituições económicas de interferências políticas. A coordenação da AT do FMI com a assistência prestada por outros parceiros de desenvolvimento é importante para minimizar a duplicação e os custos.

Opinião das autoridades

As autoridades reconhecem a necessidade de reforçar a capacidade institucional e avançar com reformas estruturais no país. Neste sentido, concordaram com as prioridades de DC acima enumeradas, que estão em consonância com a sua agenda de reformas, e manifestaram a sua satisfação com a assistência técnica prestada pelo FMI. Estão conscientes dos desafios representados pela baixa capacidade de absorção e pela elevada rotatividade do pessoal e defendem que uma melhor coordenação entre os parceiros de desenvolvimento contribuiria para atenuar estes desafios, mediante a nomeação de consultores de longo prazo.

Apêndice I. Carta de Intenções

Bissau, 12 de julho de 2021

Exma. Sra. Kristalina Georgieva
Diretora-Geral
Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431
EUA

Exma. Sra. Diretora-Geral,

Após uma transição pacífica de poder no seguimento da realização de eleições justas e transparentes – com o apoio da comunidade internacional – este Governo entrou em funções no final de fevereiro de 2020. A pandemia mundial da Covid-19 afetou gravemente o país, agudizando o impacto do choque ao nível dos termos de troca em 2019. O choque resultante paira sobre uma economia estruturalmente frágil, que depende bastante das exportações de castanha de caju não transformada e apresenta necessidades significativas de desenvolvimento social. Apesar destes desafios sérios, o nosso compromisso e determinação é debelar esta crise, ao mesmo tempo que pretendemos romper com o passado de instabilidade política sistemática e colocar o país numa trajetória de crescimento sustentável e inclusivo.

Após mais de um ano em funções, sentimo-nos encorajados pelo apoio da comunidade internacional, incluindo do FMI ao abrigo da Linha de Crédito Rápido (RCF, na sigla em inglês) aprovada em 25 de janeiro de 2021, para auxiliar os nossos esforços de recuperação da pandemia, enquanto implementamos reformas orçamentais e de governação. As medidas de emergência adotadas em 2020 para salvar vidas e meios de subsistência, assim como para reforçar a estabilidade macroeconómica, contribuíram para proteger os mais vulneráveis e renovaram as esperanças nas reformas, catalisando o apoio dos doadores internacionais para o nosso plano nacional de desenvolvimento.

Estamos num ponto fulcral da nossa história para romper com um passado de fragilidade e colocar o país num ciclo virtuoso de desenvolvimento a médio prazo. Estamos firmemente empenhados em manter a estabilidade macroeconómica e sustentabilidade da dívida e em implementar as reformas necessárias para promover uma melhor governação a fim de aumentar a eficiência do setor público, o que irá contribuir para gerar mais oportunidades para o desenvolvimento do setor privado e a criação de emprego para acelerar o crescimento e reduzir a pobreza, em linha com nosso Plano Nacional de Desenvolvimento 2020–2023.

O Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) em anexo descreve as políticas de consolidação orçamental e as reformas que o Governo pretende adotar em 2021, em linha com os nossos compromissos ao abrigo da RCF e apoiadas por reformas em matéria de governação e transparência com base na assistência técnica prestada recentemente pelo FMI. Estamos

empenhados em concluir a implementação das salvaguardas de governança da RCF sobre os gastos da Covid até o final do terceiro trimestre de 2021. O Governo da Guiné-Bissau está convencido de que as políticas e medidas incluídas neste MPEF constituirão o trampolim de que o país precisa para dar resposta às vulnerabilidades ao nível da balança de pagamentos, orçamento e dívida, assim como para fazer face ao desafio de reavivar o crescimento na fase de recuperação da pandemia. Para apoiar o nosso programa económico, o Governo da Guiné-Bissau solicita um acordo de nove meses ao abrigo de um Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico do FMI (SMP, na sigla em inglês). Estamos determinados em ter sucesso na implementação deste programa e em lançar as bases para solicitar, ao começo de 2022, um acordo de três anos ao abrigo da Linha de Crédito Ampliada (ECF, na sigla em inglês). Tal serviria para continuar a sustentar o nosso ambicioso programa de consolidação orçamental ao prestar apoio financeiro a médio prazo, sinalizar a nossa firme determinação em executar políticas robustas, catalisar mais apoio financeiro e assistência técnica dos nossos parceiros de desenvolvimento, bem como reforçar a confiança dos investidores e das empresas. O progresso na implementação do nosso programa será avaliado através de revisões trimestrais das metas indicativas e dos indicadores de referência estruturais acordados, conforme descrito no Memorando em anexo.

Consideramos que as políticas elencadas no MPEF em anexo são adequadas para cumprir os objetivos do programa, mas estamos preparados para adotar medidas adicionais caso se revelem necessárias no atual contexto de incerteza. O Governo irá consultar o corpo técnico do FMI, por iniciativa própria ou a pedido do FMI, previamente à adoção de tais medidas e antes de proceder a eventuais revisões das políticas incluídas no MPEF. O Governo aceita cooperar plenamente com o FMI para concretizar os objetivos de política, compromete-se a cumprir as disposições do Convénio Constitutivo do FMI e não tenciona introduzir ou intensificar restrições cambiais e comerciais nem outras medidas ou políticas que agravariam os problemas da balança de pagamentos da Guiné-Bissau. Também iremos prestar, de forma atempada, as informações necessárias para fins de monitorização da evolução económica e da implementação das políticas definidas no programa, conforme acordado ao abrigo do Memorando Técnico de Entendimento (MTE) em anexo ou mediante pedido.

Autorizamos o FMI a publicar a presente Carta de Intenções, juntamente com o MPEF e o MTE em anexo, assim como o Relatório do Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico do FMI.

Atenciosamente,

/ s /

João Alage Mamadú FADIA

Ministro das Finanças

Guiné-Bissau

Anexos: - Memorando de Políticas Económicas e Financeiras.
- Memorando Técnico de Entendimento.

Attachment I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras

Contexto

- 1. Após uma transição pacífica de poder no início de 2020, o nosso país foi gravemente afetado pela pandemia mundial da Covid-19, agudizando o impacto do choque ao nível dos termos de troca em 2019.** O Governo tomou imediatamente medidas para responder a este choque muito forte, aumentando as despesas de saúde e aplicando medidas de contenção e mitigação, ao mesmo tempo que assumiu o compromisso de reforçar a transparência das despesas relacionadas com a Covid-19. O Governo beneficiou de um desembolso ao abrigo da Linha de Crédito Rápido (RCF) providenciado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), que serviu para catalisar os recursos urgentemente necessários junto dos parceiros internacionais para apoiar a resposta de emergência e a recuperação da pandemia.
- 2. Procuramos apoio dos doadores internacionais para a vacinação.** Em coordenação com os doadores, a Guiné-Bissau continuou a reforçar o setor da saúde, a proteger os mais vulneráveis e encontra-se a preparar um plano para a campanha de vacinação. Está previsto que cerca de 144.000 doses (AstraZeneca/SII) sejam administradas até ao final de junho, mas ainda estão em curso os preparativos para garantir as condições adequadas de receção, armazenamento e distribuição das vacinas. Embora o primeiro lote (que abrange 20% da população) esteja a ser financiado pela COVAX, serão necessárias outras fontes de financiamento para alargar a cobertura das vacinas. Planeamos vacinar 1,4 milhões de pessoas até o final do primeiro trimestre de 2022.
- 3. O Governo está empenhado em prosseguir reformas com vista a assegurar a estabilidade macroeconómica, reforçar a proteção social e melhorar a governação.** O Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico do FMI (SMP) constitui um passo importante, apoiando a ambiciosa, mas viável, consolidação orçamental prevista no orçamento de 2021. Além disso, o nosso desempenho durante o programa irá permitir-nos lançar as bases para solicitar um acordo ao abrigo da Linha de Crédito Ampliada (ECF), a fim de sustentar os nossos ambiciosos planos a médio prazo para assegurar uma maior consolidação orçamental que nos aproxime mais dos critérios da UEMOA e para dar resposta às vulnerabilidades da dívida.

A. Evolução económica recente

- 4. A pandemia interrompeu a esperada recuperação económica do severo choque ao nível dos termos de troca.** Após o choque ao nível dos termos de troca em 2019, esta crise paira sobre a nossa economia estruturalmente frágil e bastante dependente das exportações de castanha de caju não transformada. A Covid-19 continua a afetar seriamente o país. Apesar dos nossos esforços consideráveis, o número de pessoas infetadas aumentou (à data de 5 de julho havia 3881 casos confirmados e 69 mortes). Além das consequências das medidas de contenção e de confinamento na atividade interna, o encerramento das fronteiras e as restrições de circulação atrasaram o arranque da campanha de 2020 do caju, o que afetou seriamente o setor agrícola. De igual modo, as graves inundações em setembro também afetaram a atividade económica.

Calculamos que a atividade económica tenha contraído 1,4% em 2020, face a um crescimento de 4,5% em 2019. A inflação média dos preços acelerou de 0,3% em 2019 para 1,5%, refletindo as pressões sobre os preços dos bens afetados pelas perturbações no comércio internacional, compensadas, de forma parcial, pela menor demanda.

5. A pandemia deu azo a urgentes necessidades em termos orçamentais e da balança de pagamentos em 2020. O défice comercial deverá ter aumentado para 16,3% do PIB devido a uma queda de 15,5% nas exportações de castanha de caju, como consequência do atraso no arranque da campanha do caju e da menor procura dos principais parceiros comerciais, o que contribuiu para alargar o défice de conta corrente para 8,3% do PIB. Além disso, os atrasos nos projetos de investimento provocaram uma redução do investimento direto estrangeiro (IDE) e de outras entradas de capitais. Do lado orçamental, o défice orçamental global em base de compromisso avançou para 9,5% do PIB. As receitas tributárias recuaram para 8,2% do PIB, em relação a 9,4% do PIB em 2019, devido a menores receitas tributárias das exportações de castanha de caju (que representaram 15% das receitas tributárias em 2019), dos direitos de importação e do imposto sobre as vendas de produtos importados (32%) e a um menor nível de cumprimento das obrigações tributárias. Este último aspeto foi afetado pelas medidas de confinamento, uma vez que os pagamentos dos impostos ainda dependem da interação humana, e por uma grande rotatividade nos cargos de gestão da administração tributária. Além disso, calcula-se que as despesas correntes relacionadas com a Covid-19 na saúde, no apoio às famílias vulneráveis e outras despesas correntes ascendem a 0,8% do PIB. As despesas de investimento relacionadas com a Covid-19 deverão situar-se em 2,6% do PIB. Um programa para apoiar o financiamento da campanha da castanha de caju mediante empréstimos de retrocessão através do setor bancário gerou um aumento adicional de 1,8% do PIB nas necessidades de financiamento.

6. A recessão económica e a elevada incerteza deverão continuar a pesar sobre um sistema bancário já por si frágil. A orientação acomodatória do BCEAO tem apoiado a liquidez do sistema bancário, porém, a baixa capitalização de um banco e o seu elevado nível de crédito malparado constituem uma vulnerabilidade importante, não obstante o elevado nível de provisões. Em dezembro de 2020, o BCEAO incentivou os bancos da UEMOA a absterem-se de distribuírem dividendos a fim de reforçarem as reservas de capital, antecipando desde logo o impacto da crise na qualidade dos ativos. Um banco de importância sistémica continua subcapitalizado apesar de uma recapitalização efetuada pelo Estado em dezembro de 2019. Em 2020, este banco recuperou parte do crédito considerado malparado e reconduziu o respetivo plano de reestruturação procurando investidores potenciais, com o apoio de um consultor externo especialista em fusões e aquisições. Em dezembro de 2020, o Governo conseguiu colocar um ponto final num litígio com outro banco local, liquidando passivos cruzados com devedores do banco e, assim, reduzindo o crédito malparado do banco. Após o forte crescimento observado em anos recentes, o crédito à economia recuou em 2020. A crise política e a pandemia da Covid-19 conduziram também a um declínio acentuado no pré-financiamento concedido habitualmente a produtores e exportadores antes do início da campanha da castanha de caju.

7. Esperamos uma melhoria do crescimento em 2021. Com a expectativa de que as medidas da Covid-19 continuem a vigorar durante a primeira metade do ano e uma retoma no comércio mundial, a economia começa a recuperar este ano com o PIB a registar um crescimento de cerca de 3,3% assente no aumento dos preços e dos volumes de exportação da castanha de caju. Por conseguinte, o valor das exportações deverá subir 9,4% em relação ao ano anterior, resultando numa conta corrente amplamente estável. Além disso, o crescimento será impulsionado por um maior investimento público com financiamento externo em infraestruturas essenciais, pela supressão gradual das medidas de contenção e por uma situação política mais estável.

8. Os efeitos adversos da pandemia e das inundações de setembro de 2020 sobre os setores orçamental e externo deverão persistir em 2021. Os esforços de consolidação orçamental (redução de 2,3 % do PIB no saldo primário interno) e a melhoria gradual das condições externas deverão conduzir a uma diminuição dos défices externo e orçamental em base de compromisso, que ainda assim continuam em níveis elevados: 8,5% e 5,0% do PIB, respetivamente. A dívida pública total subiu para 79,3% do PIB em 2020 e deverá descer para 78,4% do PIB em 2021. A lacuna de financiamento externo resultante que será coberta por apoio dos doadores internacionais reflete a necessidade de sustentar as importações de bens de consumo essenciais, como bens alimentares e medicamentos, e de bens de investimento e intermédios para reforçar o setor da saúde e as infraestruturas, sobretudo estradas, seriamente afetadas pelas inundações do ano passado num momento em que o nosso país está cada vez mais suscetível a sofrer fenómenos meteorológicos extremos associados às alterações climáticas. O efeito combinado de uma recuperação parcial nos preços e nos volume de exportação de castanha de caju e a dependência extremamente elevada das importações para satisfazer as necessidades básicas e de investimento limitam a margem para um rápido ajustamento da balança de pagamentos. Calculamos que o desembolso da RCF no início de 2021 contribua com 1,3% do PIB para cobrir as necessidades de financiamento. Além disso, a terceira tranche de alívio do serviço da dívida no contexto do CCRT oferece uma contribuição adicional de 0,1% do PIB. Espera-se que outras organizações multilaterais e doadores bilaterais complementem o apoio do FMI, para diminuir a necessidade de financiamento regional não-concessional.

B. Políticas para 2021

Estratégia geral

9. O programa económico do Governo para 2021 visa reforçar a disciplina orçamental e preservar a sustentabilidade da dívida. O Governo tem como objetivo assegurar que o ajustamento orçamental baseado no orçamento de 2021 seja executado sem acumulação de atrasados e evitando o dispendioso financiamento não-concessional. Tal será realizado através de: i) uma maior mobilização de receitas e contenção de despesas, incluindo da massa salarial, gerando espaço orçamental para proteger as despesas sociais e realizar investimentos em infraestruturas essenciais para sustentar a recuperação; e ii) buscando mais donativos e financiamento altamente concessional dos parceiros de desenvolvimento no contexto da pandemia da Covid-19. O Governo também tenciona apresentar à Assembleia Nacional em 2021 o orçamento de 2022 com um envelope de despesa que reflete os fundos disponíveis sem recurso a financiamento não-

concessional. No médio prazo, o Governo está empenhado em trazer o défice orçamental e o rácio da dívida para 3%, até 2025, e 70% do PIB, respetivamente, até 2026, em linha com os critérios de convergência da UEMOA.

10. Além disso, o Governo pretende aumentar o controlo da despesa, a mobilização de receitas e o combate à corrupção, focando-se em reformas em matéria de governação e transparência. Publicámos o Relatório sobre Governação e Combate à Corrupção elaborado pelo FMI em 2019¹ e implementámos várias das suas recomendações. O nosso programa procurará melhorar a governação complementando o acordo apoiado pelo Fundo com assistência técnica multilateral e bilateral. Esperamos melhorar gradualmente as capacidades do Estado para controlar a despesa, moderar os riscos das empresas públicas, aplicar o quadro tributário e aduaneiro e mitigar os riscos de corrupção. Iremos elaborar uma estratégia para prevenir a acumulação de atrasados e liquidar o stock de atrasados de despesas internas auditadas e aprovadas.

Medidas de consolidação orçamental

11. O Governo está empenhado em implementar as seguintes medidas para contribuir para a mobilização de receitas internas, a racionalização da despesa e evitar financiamento não-concessional dispendioso:

- **Medidas tributárias e não tributárias.** As principais medidas já adotadas incluem um novo imposto sobre as telecomunicações e um novo imposto sobre a renda do trabalho, acompanhado de medidas para reforçar o cumprimento das obrigações tributárias, incluindo a adoção de novos decretos e despachos ministeriais a fim de consolidar os procedimentos de controlo interno das diretorias de algândega e tributos². As medidas para aumentar as receitas não tributárias incluem o aumento do custo das licenças da pesca. O Governo irá dar passos importantes para mobilizar receitas e reduzir os pontos de contacto entre os contribuintes e a administração tributária através do lançamento com apoio da assistência técnica do FMI de um sítio Web para a entrega e o pagamento de declarações tributárias por via eletrónica em 2021.
- **Massa salarial e controlo da despesa.** O Governo procedeu ao congelamento dos salários da função pública e de novas contratações a fim de começar a convergir a médio prazo com os critérios de convergência da UEMOA que estabelecem que a massa salarial total não pode exceder 35% das receitas tributárias. Além disso, racionalizámos os incentivos em 2020 (de 26% das remunerações e salários em 2019 para 13% em 2020). A racionalização da massa salarial é essencial para criar espaço orçamental para a realização de despesas prioritárias. Estamos igualmente a trabalhar com o apoio do FMI com vista à utilização de tecnologia de *blockchain* para auxiliar na reconciliação dos registos do pessoal e da folha de pagamentos. Nesse sentido, também iniciamos discussões sobre uma reforma da administração pública e este projeto

¹ O [relatório](#) encontra-se disponível no sítio Web do Ministério das Finanças.

² O imposto sobre as telecomunicações cobre os seguintes serviços: tráfego de chamadas; serviços de mensagens instantâneas; serviços de mensagens de voz ou texto; serviços de publicidade e informação; serviços de dados móveis; e serviços de acesso e conexão à Internet. O recém-introduzido “imposto da democracia” tem como base tributária a renda do trabalho.

ajudará a avaliar o tamanho exato do nosso serviço público. O Governo restabeleceu recentemente o Comité de Tesouraria para melhorar o controlo da despesa. Além disso, o Governo tomou providências com vista ao reforço da gestão da maior empresa pública, a Empresa de Electricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB). Em paralelo com a racionalização da despesa global, o Governo está igualmente empenhado em salvaguardar a despesa prioritária nos setores da saúde, educação e social. O Governo está empenhado em não utilizar despesa documentada de forma irregular ou indevida (despesas não tituladas, ou DNT) para casos de emergência.

- **Planos de investimento.** O orçamento incluiu investimentos relacionados com a Covid-19 no setor da saúde e outros investimentos para apoiar a segurança alimentar (1,6% do PIB) a fim de promover a recuperação. O Governo está a realizar planos de investimento para reforçar as infraestruturas no domínio da saúde, educação e transportes, que foram gravemente afetadas pelas inundações de 2020. O Governo procurará mobilizar donativos externos para financiar projetos de investimento específicos.

Medidas para aumentar o controlo da despesa

12. O Governo está empenhado em consolidar a gestão das finanças públicas a fim de melhorar, com caráter de urgência, o controlo da despesa (Tabela 2, Indicadores de Referência Estruturais, IRE). Para reforçar a gestão de tesouraria e melhorar o controlo da despesa, o Governo está empenhado em assegurar que:

- O recentemente restabelecido Comité de Tesouraria prossiga com as suas reuniões semanais (IRE, contínuo) e sejam definidos critérios claros sobre prioridades dos pagamentos por categoria de despesa (IRE, fim de julho de 2021).
- Passos sejam dados com vista à criação da Conta Única do Tesouro (CUT). Ao abrigo do SMP, o Governo irá nomear uma equipa responsável pela implementação da CUT, sendo que será necessária a autorização prévia do Ministro das Finanças para a abertura de uma conta bancária de entidades públicas e todas as contas bancárias de entidades públicas serão identificadas (IRE, fim de setembro de 2021).
- O Governo irá alterar o regime de contratação pública com vista a permitir a recolha e a publicação de informações dos beneficiários efetivos para os contratos acima de um determinado valor, a ser definido com base na assistência técnica do FMI, (IRE, fim de dezembro de 2021). Será emitido um despacho executivo para terminar a contratação de funcionários sem contrato (IRE, fim de setembro de 2021), garantir que o controlador financeiro fiscalize todos os salários da função pública incluindo os incentivos e os salários da Assembleia Nacional e reconciliando os registos do pessoal e da folha de pagamentos (IRE, fim de dezembro de 2021).

Adicionalmente, a gestão da dívida foi reforçada em junho com a aprovação pelo Conselho de Ministros dos decretos relativos i) a criação de um Comité Nacional de Política de Endividamento; ii) a organização e funcionamento da Direção Geral da Dívida Pública; e iii) ao endividamento e a gestão da dívida.

13. Além disso, adicionalmente a esses compromissos, o governo adotará duas medidas adicionais de controlo de despesas. Será aplicado o procedimento de execução de despesa normal exigindo que os bens e serviços sejam certificados antes do pagamento aos fornecedores e prestadores, mediante um despacho ministerial que obriga as unidades responsáveis pela realização de despesa a adotar e implementar o procedimento melhorado de execução de despesa tal como estipulado no “Manual de procedimentos sobre a despesa pública” e o Governo irá experimentar esta abordagem em, pelo menos, cinco ministérios setoriais específicos. O Governo irá também publicar um relatório de acompanhamento sobre as recomendações dos anteriores relatórios de auditoria do Tribunal de Contas à empresa Eletricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB) a fim de reforçar a gestão e a transparência desta empresa pública.

Medidas para reforçar a mobilização de receitas

14. O Governo está igualmente empenhado em reforçar o quadro e o sistema da administração tributária e alfandegária a fim de promover uma mobilização de receitas mais efetiva (Tabela 2, IRE). Estamos empenhados em adotar as seguintes medidas:

- Enviar para a Assembleia Nacional Popular i) um novo Código Geral Tributário e um novo Regime de Sanções Fiscais que irão constituir a base comum para a administração de todos os impostos – independentemente dos tipos de impostos – e promover a justiça e o entendimento (IRE, fim de julho de 2021); e ii) um estatuto modernizado do IGV para melhorar o quadro fiscal através do alargamento da base de incidência do imposto sobre as vendas (IRE, fim de dezembro de 2021).
- Finalizar e enviar para a Assembleia Nacional Popular a revisão do código aduaneiro, que inclui a aplicação de sanções dissuasivas para alterar o comportamento dos operadores e aumentar o cumprimento das obrigações (IRE, fim de agosto de 2021).
- Implementar o sistema Kontaktu para a realização de declarações e pagamentos através de *e-banking* e moeda eletrônica. Uma fase piloto inicial para um pequeno número de grandes contribuintes (IRE, fim de julho de 2021) será seguida da implementação completa (IRE, fim de setembro de 2021). Como passo inicial, foi lançado o sítio Web do Kontaktu.

15. Adicionalmente, o Governo vai também implementar duas medidas adicionais para apoiar a mobilização de receitas. Irá garantir o intercâmbio de informações entre a DGCI, DGA, Tesouro e o Instituto Nacional da Segurança Social, o que irá aumentar a transparência e a prestação de contas relativas às operações entre as entidades públicas e incrementar a mobilização das receitas tributárias até ao final de agosto de 2021. O Governo vai criar também uma pequena unidade dentro do Ministério das Finanças (Gabinete de Política Fiscal) com foco inicial em conduzir o desenvolvimento de propostas legislativas para a reforma tributária até ao final de julho de 2021.

Medidas para reforçar a governação das despesas de emergência e mitigar os riscos de corrupção

16. O Governo está empenhado em implementar sólidas salvaguardas de governação relativas à despesa da Covid-19. Fazemos a gestão dos fundos relacionados com a Covid-19

usando uma conta específica no BCEAO. A alocação de fundos será sujeita a uma auditoria independente *ex post* a realizar por um auditor externo conceituado, que irá trabalhar em conjunto com o Tribunal de Contas. Esta auditoria deverá ter início em julho de 2021. Os Termos de Referência foram elaborados em consulta com o FMI. Toda a despesa relacionada com a crise faz parte integrante do Orçamento de Estado, sendo que os relatos sobre essa despesa foram publicados no relatório de execução orçamental apresentado à Assembleia Nacional. Além disso, o Governo publicou, através do Alto Comissariado para a Covid-19, as principais informações sobre todos os contratos relacionados com a crise em 2020. De igual forma, o Governo irá publicar o texto integral dos contratos e a validação *ex post* da execução dos contratos, assim como irá divulgar os beneficiários efetivos das empresas às quais foram adjudicados contratos relacionados com a Covid-19 assim que o quadro jurídico dos contratos públicos for alterado para permitir a recolha e publicação de informações sobre os beneficiários efetivos até ao final do terceiro trimestre de 2021.

17. Além disso, o Governo está empenhado em reforçar o quadro jurídico para mitigar o risco de corrupção, por via do aumento da transparência e da prestação de contas. Para este efeito, iremos propor a reforma do regime de declaração de bens com o apoio da assistência técnica do FMI e considerando a avaliação do Grupo Intergovernamental de Acção contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA). A reforma terá como objetivos 1) abranger todas as pessoas politicamente expostas (PPE), conforme definido nas normas do Grupo de Acção Financeira Internacional, e os respetivos familiares e associados próximos; 2) abranger os bens e interesses dos quais sejam beneficiários efetivos, no país e no exterior; 3) garantir que as declarações estejam disponíveis online ao público; e 4) permitir a imposição de sanções direcionadas, proporcionais e dissuasivas que são consistentemente aplicadas em caso de não apresentação da declaração ou apresentação de uma declaração falsa.

Medidas para mitigar as vulnerabilidades da dívida

18. O Governo compromete-se a pagar parte dos atrasados internos e a evitar a acumulação de novos atrasados internos. Irá pagar um terço (4,7 mil milhões de francos CFA) do volume restante de atrasados internos acumulados entre 1974 e 1999 que ascende a 14,1 mil milhões de francos CFA³. Além disso, até ao final de 2021, com apoio técnico externo, o Governo tenciona apurar o real valor dos atrasados pendentes através de novos trabalhos de auditoria e verificação⁴; verificar o cumprimento fiscal de todos os credores; bem como determinar os atrasados líquidos do Governo após a correção das eventuais obrigações fiscais. Desta forma, o Governo poderá decidir a estratégia a seguir para regularizar todos os atrasados internos no médio prazo.

³ Existem três tipos de atrasados internos: i) aqueles acumulados entre 1974 e 1999 que foram auditados, reconhecidos e regularizados parcialmente; ii) aqueles acumulados entre 2000 e 2007 que foram auditados, mas que em alguns casos a validade é duvidosa; e iii) aqueles acumulados entre 2008 e 2012, incluindo garantias do Estado, que ainda não foram auditados.

⁴ Neste processo, o Governo também pretende avaliar o nível de quotas em atraso junto de instituições internacionais e definir uma estratégia relativamente ao cancelamento, reescalonamento e/ou liquidação das obrigações.

19. O Governo continua empenhado em resolver todos os atrasados externos históricos e em evitar a acumulação de mais atrasados externos. Foram celebrados acordos com a Líbia, Taiwan (Província da China), a Rússia e o Brasil, e estão a ser dados passos para resolver os atrasados externos remanescentes⁵. Além disso, o Governo aderiu à Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI, na sigla em inglês) e pretende explorar opções para a reformulação do perfil/reestruturação da dívida junto dos parceiros de desenvolvimento no contexto dos riscos descendentes decorrentes da pandemia da Covid-19.

20. O Governo irá reforçar a gestão da dívida. Irá procurar assistência técnica a longo prazo junto dos parceiros internacionais para melhorar as suas capacidades em termos de registo, monitorização e gestão geral da dívida. Além disso, começará a publicar relatórios anuais sobre a dívida (externa e interna) cobrindo o serviço da dívida, desembolsos e acordos, bem como continuará a apresentar relatórios às bases de dados internacionais de estatísticas da dívida. Para fortalecer a gestão da dívida e a priorização de projetos, o governo realizará reuniões quinzenais do Comité Nacional da Dívida Pública após a aprovação dos decretos pelo Conselho de Ministros (parágrafo 12, ponto 4).

21. O Governo irá planejar cuidadosamente os novos investimentos e contrair nova dívida apenas em condições altamente concessionais. Para assegurar que o risco de sobre-endividamento continua sob controlo, o Governo irá classificar criteriosamente os investimentos com base numa análise da relação custo/benefício, tendo em conta as considerações sociais e o impacto na estabilidade macroeconómica. Adicionalmente, o governo trabalhará em conjunto com o FMI na avaliação dos termos de financiamento dos novos empréstimos propostos. Para evitar pagamentos de juros elevados num contexto de poucos recursos públicos e pouca capacidade em termos de gestão da dívida, o Governo também está empenhado em não depender de empréstimos não concessionais. O Governo irá dar início a reuniões trimestrais com todas as Unidades de Implementação de Projetos (UIP) para fazer o ponto da situação da taxa de execução de projetos e debater os desafios futuros. Com o objetivo de reforçar mais a coordenação, o Governo irá elaborar relatórios trimestrais sobre a execução do Programa de Investimento Público (PIP). No médio prazo, o Governo irá formular um PIP a três anos, perfeitamente alinhado com o quadro de despesa a médio prazo.

Medidas para reforçar o setor financeiro

22. O Governo irá continuar a envidar esforços a fim de preservar a estabilidade do setor financeiro. Irá abster-se de canalizar mais recursos públicos para um grande banco no qual tem uma participação. As autoridades irão preparar uma estratégia de saída viável até 2024, conforme acordado com a Comissão Bancária regional (IRE, fim de dezembro de 2021).

⁵ Com relação a Rússia e Brasil, as dívidas já foram negociadas, mas os acordos ainda estão pendentes de assinatura. Isto está sendo tratado a nível do Secretariado do Clube de Paris.

Monitorização do Programa

23. O Governo tenciona adotar toda as medidas necessárias acordadas no âmbito do SMP.

O programa de nove meses será objeto de avaliações trimestrais e estará sujeito a critérios de desempenho e indicadores de referência estruturais trimestrais, conforme definido nas Tabelas 1 e 2 do presente Memorando e no Memorando Técnico de Entendimento (MTE) em anexo. No SMP estão previstas três avaliações, a primeira será baseada nas metas quantitativas (MQ) para o final de junho de 2021 e a avaliação deverá estar concluída até ao final de setembro de 2021; a segunda avaliação será baseada nas metas quantitativas para o final de setembro de 2021 e deverá estar concluída até ao final de dezembro de 2021; e a terceira avaliação será baseada nas metas quantitativas para o final de dezembro de 2021 e deverá estar concluída até ao final de março de 2022. Para facilitar a monitorização do programa, estamos empenhados em facultar informações estatísticas pormenorizadas, conforme especificado no MTE, que também define o âmbito e a frequência dos dados a reportar para fins de monitorização do programa.

Tabela 1. Metas Quantitativas (MQ) do Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico do FMI
(Cumulativo desde o início do ano civil até ao mês indicado, mil milhões de francos CFA)

| | 2020 | 2021 | | | |
|---|-------|-------------------|-----------------|-------|-------|
| | | Mar. ¹ | Jun. | Set. | Dez. |
| | | Est. | Metas Propostas | | |
| Metas quantitativas¹ | | | | | |
| Total da receita tributária interna (piso) | 67,8 | 15,9 | 38,2 | 62,8 | 87,9 |
| Teto da dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo governo central (milhões de USD) ^{2,3} | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Novos atrasados de pagamentos externos (milhões de USD, teto) ² | 1,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Novos atrasados internos (teto) | 5,8 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| Despesas sociais e prioritárias (piso) ⁴ | 64,2 | 15,8 | 27,2 | 38,7 | 50,1 |
| Saldo primário interno (base de compromissos, piso) ⁵ | -33,5 | -15,0 | -16,4 | -23,4 | -15,4 |
| Despesas não tituladas (DNT, teto) | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 | 0,0 |
| <i>Por memória:</i> | | | | | |
| Apoio orçamental externo (milhões de USD) ⁶ | 0,0 | 0,0 | 1,8 | 1,8 | 6,9 |
| Crédito bancário interno líquido ao governo central | 57,7 | 12,4 | 23,4 | 53,6 | 42,2 |
| Empréstimos concessionais para projetos (milhões de USD) ⁷ | 49,6 | 5,0 | 9,9 | 14,9 | 19,9 |
| Saldo remanescente de garantias públicas ⁸ | 10,6 | 10,1 | 10,1 | 23,1 | 23,1 |

¹ As metas quantitativas são definidas no Memorando Técnico de Entendimento.

² Aplicáveis numa base contínua.

³ Contraída ou garantida pelo governo central.

⁴ Definido como despesa pelos Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Mulher, Família e Coesão Social e pelo Alto Comissariado para a Covid-19.

⁵ Exclui donativos, despesas de investimento com financiamento externo e do BOAD, bem como juros.

⁶ Inclui donativos para apoio orçamental e empréstimos para programas (para apoio orçamental), excluindo desembolsos da RCF e o alívio da dívida do CCRT.

⁷ Inclui empréstimos para projetos com uma componente de donativo superior ou igual a 35%.

⁸ Todas as garantias estão denominadas em FCFA.

Tabela 2. Indicadores de Referência Estruturais

| Medidas | Justificação | Data |
|--|--|-------------------------|
| Gestão das Finanças Públicas | | |
| Para: i) prosseguir as reuniões semanais do Comité de Tesouraria sem interrupções; | Controlar a despesa | Contínuo |
| ii) emitir um despacho ministerial que define critérios claros para a priorização dos pagamentos em dinheiro por categoria de despesas para evitar atrasados, após a respetiva data de vencimento. | Controlar a despesa | Fim de julho de 2021 |
| Nomear uma equipa encarregue do projeto de implementação da CUT na Direção-Geral do Tesouro e Contabilidade Pública (DGTCP) por meio de uma carta de missão da DGTCP. Instituir a obrigatoriedade de autorização prévia do Ministro das Finanças para a abertura de qualquer conta bancária do Estado por meio de uma decisão do Ministério das Finanças. Identificar todas as contas bancárias do Estado solicitando separadamente informações aos bancos, ministérios setoriais e outras entidades públicas. | Controlar a despesa | Fim de setembro de 2021 |
| Alterar o regime jurídico de contratação pública para permitir a recolha e a publicação de informações sobre os beneficiários efetivos de contratos acima de um determinado limiar a ser definido. | Controlar a despesa/combater a corrupção | Fim de dezembro de 2021 |
| Emitir um despacho executivo para terminar a contratação irregular de funcionários e assegurar que o controlador financeiro controla todos os salários da função pública, incluindo os incentivos e os salários da Assembleia Nacional, que devem ser incorporados nos registos da folha de pagamentos. | Controlar a massa salarial | Fim de dezembro de 2021 |
| Mobilização de Receitas | | |
| Aprovar em Conselho de Ministros e enviar à Assembleia Nacional: | | |
| i) o Código Geral Tributário revisto e o Regime de Sanções Fiscais revisto; e | Reforçar o regime fiscal | Fim de julho de 2021 |
| ii) a nova Lei do IVA. | Reforçar o regime fiscal | Fim de dezembro de 2021 |
| Implementar o sistema Kontaktu para o preenchimento de declarações eletrónicas e a realização de pagamentos através de <i>e-banking</i> e moeda eletrónica: | | |
| i) fase piloto para um reduzido número de grandes contribuintes seguida de | Aumentar as receitas | Fim de julho de 2021 |
| ii) implementação completa. | Aumentar as receitas | Fim de setembro de 2021 |
| Aprovar pelo Conselho de Ministros e enviar à Assembleia Nacional a revisão do Código Aduaneiro. | Reforçar o regime aduaneiro | Fim de setembro de 2021 |
| Setor Financeiro | | |
| Preparar um relatório com a estratégia de saída de um banco sistémico subcapitalizado, incluindo uma avaliação financeira integral. | Estabilidade financeira | Fim de dezembro de 2021 |
| Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e corpo técnico do FMI. | | |

Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento

Introdução

- 1. O presente memorando descreve os entendimentos entre as autoridades da Guiné-Bissau e o Fundo Monetário Internacional (FMI)** com respeito à definição das metas quantitativas (MQ) e indicadores de referência estruturais (IRE) para o programa apoiado ao abrigo do Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico do FMI (SMP), bem como os respetivos requisitos de reporte. Salvo indicação em contrário, todas as MQ serão avaliadas em termos de fluxos cumulativos a partir do início do período, conforme especificado na Tabela 1 do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF).
- 2. Taxas de câmbio do programa²⁶.** Para efeitos do programa, os valores expressos em moeda estrangeira referentes a 2021 serão convertidos em moeda nacional (francos CFA) com base na taxa de câmbio do programa de 538,36 FCFA/USD e nas taxas cruzadas no fim de dezembro de 2020.

Metas Quantitativas

Limite mínimo (piso) do total da receita tributária interna

- 3. Definição.** A receita tributária inclui os impostos diretos e indiretos apresentados na tabela de operações financeiras do Governo Central.

Nova dívida externa não-concessional contraída ou garantida pelo Governo Central

- 4. Definição.** Todas as formas de nova dívida não denominada em francos CFA contraídas ou garantidas pelo governo central. Para este efeito, a nova dívida externa não-concessional excluirá os créditos comerciais normais para as importações e a dívida expressa em francos CFA, mas incluirá as dívidas em moeda estrangeira (outras que não o franco CFA) detidas no país. Esta MQ não se aplica apenas à dívida conforme definida no Ponto 8 das Diretrizes sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos com o FMI, anexas à Decisão n.º 15688-(14/107), de 05/12/2014, mas também aos compromissos contraídos ou garantidos cujo valor ainda não foi recebido. Excluem-se desta MQ os desembolsos do FMI e as dívidas sujeitas a reescalonamento ou para as quais já se tenha chegado a um acordo verbal. Esta MQ será aplicada continuamente.
- 5. Requisitos de reporte.** O Governo reportará ao corpo técnico do FMI qualquer novo empréstimo externo contraído ou garantido pelo Governo, bem como os respetivos termos, o mais tardar duas semanas após a contratação ou garantia do referido empréstimo.

²⁶ A fonte das taxas de câmbio cruzadas é a publicação *International Financial Statistics*.

6. Definição de Governo Central. Para efeitos do presente memorando, o Governo Central inclui a administração central da República da Guiné-Bissau, mas não inclui nenhuma administração local, o banco central nem nenhuma outra entidade pública ou de propriedade do Estado com personalidade jurídica autónoma que não esteja incluída na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE).

Novos atrasados de pagamentos externos do Governo Central

7. Definição. Para efeitos deste critério de desempenho, os atrasados de pagamentos externos, com base no teste de moeda, são pagamentos do serviço da dívida que deixaram de ser pagos nas datas de vencimento (tendo em conta os prazos de carência contratuais, se aplicáveis) e que não tenham sido pagos no prazo de 30 dias após essas datas. Os atrasados que não devem ser considerados como tal para efeitos dos critérios de desempenho, ou atrasados “fora do programa”, são: i) atrasados acumulados no serviço de uma dívida externa antiga HIPC para a qual exista um pedido de reescalonamento ou reestruturação; e/ou ii) os montantes objeto de litígio. Para os fins desta MQ, governo central é conforme definido no parágrafo 6 acima. Esta MQ será aplicada em uma base contínua efetiva na data de aprovação do SMP.

Novos atrasados internos do Governo Central

8. Definição. Atrasados internos são definidos como contas a pagar (resto-a-pagar) denominadas em francos CFA acumuladas durante o ano e ainda não pagas até um mês após o trimestre para ordenados e salários (incluindo pensões) e três meses para bens, serviços e transferências. Os atrasados internos também incluem os pagamentos do serviço da dívida denominados em CFAF que não foram pagos nas datas de vencimento (tendo em conta os períodos de carência contratuais, se houver) e que permaneceram por pagar 30 dias após as datas de vencimento. Para os fins deste MQ, governo central é conforme definido no parágrafo 6 acima.

Despesa social e prioritária

9. Definição. As despesas sociais e prioritárias incluem despesas no Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ministério da Mulher, Família e Coesão Social, e do Alto Comissariado para a COVID-19.

Saldo primário interno (base de compromisso)

10. O défice orçamental primário interno em base de compromisso é calculado como a diferença entre a receita pública e a despesa primária interna em base de compromisso. A receita pública inclui todas as receitas tributárias e não tributárias e exclui os donativos externos. A despesa primária interna é a soma da despesa corrente e das despesas de investimento com financiamento interno, excluindo todos os pagamentos de juros e despesas de investimento financiadas por empréstimos ou donativos para projetos. Os compromissos do Governo incluem: todas as despesas cuja cabimentação tenha sido aprovada pelo Ministério das Finanças; as despesas automáticas (tais como salários e ordenados, pensões, serviços de utilidade pública e outras despesas cujo pagamento seja centralizado); e despesas efetuadas por via de operações de compensação.

11. Cláusula de ajustamento. O piso do saldo primário interno será ajustado para baixo pelo excesso no valor em francos CFA de quaisquer despesas correntes programadas financiadas internamente relacionadas com a campanha de vacinação da Covid-19 (programadas em zero para 2021).

Despesas não tituladas (DNT)

12. Definição. Qualquer gasto do Tesouro que não tenha sido devidamente contabilizado pela Direção Nacional do Orçamento e/ou não tenha sido incluído no orçamento.

13. Requisitos de reporte. O Governo irá reportar as despesas não tituladas continuamente no prazo de uma semana após a realização das mesmas.

Por Memória

Crédito bancário interno líquido ao Governo Central (CLG)

14. Definição. O CLG refere-se ao crédito líquido do sistema bancário ao Governo Central calculado pela Direção do Tesouro. É a soma dos seguintes itens:

- a. a posição líquida do governo com o BCEAO nacional, incluindo bilhetes e obrigações do Tesouro (excluindo a retrocessão de créditos do FMI), menos depósitos do Governo Central (excluindo depósitos relacionados com projetos) no BCEAO;
- b. a posição líquida do Governo nos bancos comerciais, incluindo: a) bilhetes do Tesouro; b) obrigações do Tesouro ao portador; e c) empréstimos e adiantamentos dos bancos comerciais ao Governo Central; menos depósitos do Governo Central (excluindo os depósitos relacionados com projetos) nos bancos comerciais; e
- c. qualquer outro crédito comercial denominado em francos CFA, incluindo o desembolso líquido de empréstimos para projetos pelo banco regional de desenvolvimento, BOAD (excluindo empréstimos concessionais com um elemento de donativo de pelo menos 35%).

Quaisquer garantias de empréstimos internos emitidas pelo Governo serão incluídas na posição líquida do Governo tal como definida acima. Para os fins deste MQ, governo central é conforme definido no parágrafo 6 acima.

15. Fontes de dados. As fontes dos dados para o referido acima serão as contas monetárias e a tabela contendo a posição líquida do Governo Central (*Position Nette du Trésor, PNT*) conforme alterada de modo a incluir os empréstimos líquidos do BOAD para projetos, a ser enviada mensalmente ao corpo técnico do FMI pelo Ministério das Finanças.

Monitorização do Programa

16. O desempenho do programa ao abrigo do SMP será monitorizado através de avaliações trimestrais das metas quantitativas e dos indicadores de referência estruturais.

A primeira data de teste será 30 de junho de 2021 e a primeira avaliação deverá estar concluída até ao final de setembro de 2021. A segunda data de teste será 30 de setembro de 2021 e a segunda avaliação deverá estar concluída até ao final de 2021. A terceira data de teste será 31 de dezembro de 2021 e a terceira avaliação deverá estar concluída até ao final de março de 2022.

Tabela1. Guiné-Bissau: Resumo dos Requisitos de Reporte

| Informação | Frequência | Prazo de reporte | Responsável |
|---|-------------------------|-----------------------------------|--------------------------------------|
| <i>Setor orçamental</i> | | | |
| Orçamento do Governo Central e respetiva execução | Mensalmente | 30 dias após o final do mês | DGPEE ¹ /MdF ² |
| Donativos | Mensalmente | 30 dias após o final do mês | DGPEE/MdF |
| Donativos orçamentais | Mensalmente | 30 dias após o final do mês | DGPEE/MdF |
| Donativos para projetos | Mensalmente | 30 dias após o final do mês | DGPEE/MdF |
| Variação no stock de atrasados internos | Mensalmente | 30 dias após o final do mês | DGPEE/MdF |
| Créditos por pagar | Mensalmente | 30 dias após o final do mês | DGPEE/MdF |
| Atrasados de juros | Mensalmente | 30 dias após o final do mês | DGPEE/MdF |
| Receitas das obrigações emitidas no mercado regional da UEMOA | Mensalmente | 30 dias após o final do mês | DGPEE/MdF |
| Despesas sociais e prioritárias | Trimestralmente | 30 dias após o final do trimestre | DGPEE/MdF |
| Despesas não tituladas | Quando vierem a ocorrer | | DGPEE/MdF |
| <i>Setor real e externo</i> | | | |
| Atualizações das contas nacionais anuais por setor | Anualmente | 30 dias após a aprovação | INEC ³ /MdF |
| Dados da balança de pagamentos | Anualmente | 30 dias após a aprovação | BCEAO ⁴ /MdF |
| Dados da balança de pagamentos | Trimestralmente | 45 dias após o final do trimestre | BCEAO/MdF |
| Informação desagregada sobre as exportações | Trimestralmente | 45 dias após o final do trimestre | BCEAO/MdF |
| Informação desagregada sobre as importações | Trimestralmente | 45 dias após o final do trimestre | INEC/MdF |
| IPC mensal | Mensalmente | 45 dias após o final do mês | INEC/MdF |
| <i>Setor da dívida</i> | | | |
| Dívida externa e interna e dívida garantida pelo credor | Mensalmente | 30 dias após o final do mês | Direção Geral da Dívida Pública |
| Desembolsos | Mensalmente | 30 dias após o final do mês | Direção Geral da Dívida Pública |
| Amortizações mensais | Mensalmente | 30 dias após o final do mês | Direção Geral da Dívida Pública |
| Pagamentos de juros | Mensalmente | 30 dias após o final do mês | Direção Geral da Dívida Pública |
| Stock da dívida externa | Mensalmente | 30 dias após o final do mês | Direção Geral da Dívida Pública |
| Stock da dívida interna | Mensalmente | 30 dias após o final do mês | Direção Geral da Dívida Pública |
| Atrasados de juros e principal | Mensalmente | 30 dias após o final do mês | Direção Geral da Dívida Pública |
| Financiamento interno excecional | Mensalmente | 30 dias após o final do mês | Direção Geral da Dívida Pública |
| Cópias de novos acordos de empréstimo | Quando vierem a ocorrer | | Direção Geral da Dívida Pública |
| <i>Setor monetário/financeiro</i> | | | |
| Balanço detalhado do Banco Central (BCEAO nacional) | Mensalmente | 45 dias após o final do mês | BCEAO/MdF |
| Balancos detalhados de cada banco | Mensalmente | 45 dias após o final do mês | BCEAO/MdF |
| Balanço consolidado detalhado dos bancos comerciais | Mensalmente | 45 dias após o final do mês | BCEAO/MdF |
| Contas monetárias | Mensalmente | 45 dias após o final do mês | BCEAO/MdF |
| Posição líquida detalhada do Governo Central (PNG/PNT) | Mensalmente | 45 dias após o final do mês | BCEAO/MdF |
| Indicadores de solidez financeira | Mensalmente | 45 dias após o final do mês | BCEAO/MdF |
| Taxas de juro | Mensalmente | 45 dias após o final do mês | BCEAO/MdF |
| Taxas de depósito de todos os tipos de depósito nos bancos comerciais | Mensalmente | 45 dias após o final do mês | BCEAO/MdF |
| As taxas de juro de curto e longo prazo dos bancos comerciais | Mensalmente | 45 dias após o final do mês | BCEAO/MdF |
| ¹ Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos | | | |
| ² Ministério das Finanças | | | |
| ³ Instituto Nacional de Estatística e Censos | | | |
| ⁴ Banco Central dos Estados da África Ocidental | | | |



GUINÉ-BISSAU

DISCUSSÕES SOBRE UM PROGRAMA MONITORIZADO PELO CORPO TÉCNICO – ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

19 de julho de 2021

Aprovado por
**Annalisa Fedelino e Craig
Beaumont (FMI) e Abebe
Aduugna e Marcello Estevão
(AID)**

Elaborada em conjunto pelos corpos técnicos do
Fundo Monetário Internacional e da Associação
Internacional de Desenvolvimento^{1, 2}

| Guiné-Bissau: Análise conjunta da sustentabilidade da dívida, Banco Mundial-FMI | |
|---|--|
| Risco de sobre-endividamento externo | Alto |
| Risco global de sobre-endividamento | Alto |
| Granularidade na notação do risco | Sustentável |
| Aplicação de julgamento | <i>Sim. A notação externa desceu de “moderada” para “alta” para refletir as vulnerabilidades do elevado nível da dívida pública total e os consideráveis riscos descendentes para o cenário de base.</i> |

Os riscos de sobre-endividamento externo e global da Guiné-Bissau permanecem elevados, em linha com a ASD de fevereiro de 2021. As estimativas apontam para uma contração de 1,4% do PIB real em 2020, com o abrandamento da economia mundial a pesar sobre as exportações da castanha de caju e o investimento direto estrangeiro, ao mesmo tempo que as medidas de contenção da Covid-19 travaram a atividade interna não relacionada com a castanha de caju e o comércio a retalho. Juntamente com um crescimento das despesas de saúde e sociais, tal originou défices excecionalmente grandes em matéria de balança de pagamentos e orçamental que foram supridos, sobretudo, pelo aumento do recurso a empréstimos internos em condições não concessionais. Como resultado, o rácio da dívida pública/PIB aumentou 13,4 pontos percentuais em 2020.

As perspetivas macroeconómicas subjacentes à ASD pressupõem uma recuperação económica gradual em 2021-22 e um crescimento sustentado a médio prazo, apoiado

¹ A ASD anterior data de 1 de fevereiro de 2021 (Relatório do FMI n.º 21/29) e acompanhou o pedido da Linha de Crédito Rápido (RCF, na sigla em inglês) da Guiné-Bissau.

² A ASD compara a evolução dos indicadores do peso da dívida face aos limiares e às referências determinadas previamente pela capacidade de endividamento do país. Esta capacidade é classificada como fraca no caso da Guiné-Bissau (§ 14).

pela esperada retoma dos mercados internacionais da castanha de caju, por termos de troca favoráveis, por um ambiente sociopolítico mais estável, por consideráveis reformas de governação e estruturais, assim como por esforços de consolidação orçamental que criem espaço orçamental para a realização de mais despesas sociais e investimentos públicos geradores de crescimento.

O valor presente (VP) da dívida pública e com garantia pública (PGP) em relação ao PIB apresenta uma ultrapassagem prolongada e considerável do seu limiar indicativo. Contudo, considerando que: i) o país beneficia das salvaguardas da união monetária da UEMOA que preveem o apoio financeiro e técnico por parte das instituições regionais do mercado da dívida e de membros regionais maiores com uma alta capacidade de endividamento, ii) o VP da dívida pública apresenta uma consistente tendência decrescente a partir de 2021 no cenário de base e iii) os indicadores externos da ASD para a dívida extrarregional são coerentes com a sustentabilidade (na medida em que permanecem abaixo dos limiares a médio prazo), a dívida pública é considerada sustentável num quadro prospetivo.

Esta conclusão depende do forte compromisso das autoridades para com um ajustamento orçamental ambicioso, mas viável, que visa trazer o défice para 3% do PIB até 2025 – um critério de convergência da UEMOA – apoiado por um Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico do FMI (SMP, na sigla em inglês), possivelmente seguido de uma Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês) no primeiro semestre de 2022, juntamente com donativos e financiamento em condições concessionais de parceiros multilaterais. A tendência descendente dos indicadores da dívida no cenário de base acentuar-se-ia ainda mais com a plena mobilização dos doadores multilaterais e a reformulação do perfil das obrigações de dívida em condições altamente concessionais.

As perspetivas da dívida continuam altamente vulneráveis a uma recuperação económica mais fraca, a choques adversos nos termos de troca e nas exportações, assim como à materialização de passivos contingentes (dado que a cobertura da dívida pública é limitada). Um regresso da agitação sociopolítica neste frágil país poderia prejudicar o compromisso de longo prazo das autoridades com a manutenção da estabilidade macroeconómica e com políticas orçamentais prudentes. Caso se concretizem, todos estes riscos descendentes poderiam resultar em indicadores da dívida externa e pública mais elevados e colocar em questão a sustentabilidade da dívida.

CONTEXTO

A. Cobertura da dívida pública

1. O perímetro da dívida pública está limitado ao governo central, ao banco central e à dívida com garantia pública, sendo que exclui as empresas públicas devido a limitações de dados (Tabela 1 do texto). Em geral, é pouco provável que as empresas públicas representem um importante passivo contingente para o Estado. Uma exceção assinalável é a empresa pública de

eletricidade e águas (EAGB) que se calcula que tenha dívidas não garantidas pelo Estado na ordem de 2,5% do PIB. Poderá ser possível realizar uma avaliação mais exata à medida que o plano de reformas da EAGB avança com apoio do Banco Mundial.³

2. A ASD é conduzida numa base de moeda. Em consonância com as anteriores ASD da Guiné-Bissau e a prática para a maioria dos países da UEMOA⁴, a dívida em moeda nacional é tratada como dívida interna para efeitos da presente ASD. Tal inclui dívida emitida em FCFA no mercado regional. O stock desses títulos do Tesouro (detidos por bancos locais e regionais) no final de 2020 situava-se em 140,1 mil milhões de FCFA, equivalente a 31,5% da dívida interna ou 17% do PIB. A dívida em FCFA ao Banco de Desenvolvimento da África Ocidental (BOAD) também é tratada como dívida interna (18,6% do PIB no final de 2020).

Tabela 1 do texto. Guiné-Bissau: Cobertura da dívida pública no cenário de base

| Subsetores do setor público | Subsetores abrangidos |
|---|-----------------------|
| Governo central | X |
| Governos estaduais/provinciais e locais | |
| Outros elementos na administração pública | |
| D/q: Fundo da Segurança Social | |
| D/q: Fundos extraorçamentais | |
| Garantias (a outras entidades nos setores público e privado, incluindo empresas públicas) | X |
| Banco central (empréstimos contraídos em nome do Governo) | X |
| Dívida não garantida das empresas públicas | |

B. Evolução da dívida

3. O peso da dívida pública da Guiné-Bissau subiu em 2020 para 79,3% do PIB. Estima-se que o rácio da dívida pública/PIB tenha aumentado 13,4 pontos percentuais face a 2019 com a necessidade de contrair empréstimos, sobretudo junto de fontes internas, para atender à deterioração acentuada do défice público (numa base de compromissos, de 3,9% do PIB em 2019 para 9,5% em 2020), acompanhado de um crescimento negativo do PIB real (estimado em -1,4% em 2020).

³ A regularização por parte do Governo da dívida da EAGB ascendeu a 6,6 mil milhões de FCFA em 2017, 2,5 mil milhões de FCFA em 2018 e 5,9 mil milhões de FCFA em 2019. Em 2020, calcula-se que esse montante se cifrou em 3,6 mil milhões de FCFA. Ainda em 2020 o Governo prestou garantias sobre um empréstimo de 5,8 mil milhões de FCFA à EAGB no âmbito de um acordo de reestruturação do serviço da dívida a 8 anos celebrado com um banco comercial local. A EAGB tem vindo a cumprir estritamente com o calendário de amortização da dívida. Esta garantia está incluída na ASD. Com o apoio do Banco Mundial, a EAGB encontra-se a implementar um Plano de Melhoria de Gestão e um plano de reestruturação financeira. Prevê-se que até ao final de 2021 ambos permitam ter uma avaliação mais exata do volume da dívida da empresa energética, após o qual se considerará a extensão da cobertura da dívida na ASD.

⁴ A dívida em FCFA ao BOAD foi tratada como dívida interna para o Benim, Côte d'Ivoire, Senegal e Togo, enquanto foi tratada como dívida externa para o Burquina Faso, Mali e Níger nas ASD publicadas até o final de junho de 2021. As limitações de dados sobre as transações no mercado secundário da UEMOA tornam difícil uma cobertura plena baseada na residência.

Tabela 2 do texto. Guiné-Bissau: Dívida pública total

| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|-----------------------|--------------|--------------|--------------|-------------------------|-------------|-------------|-------------|
| | Efet. | Efet. | Prel. | Proj. | Efet. | Efet. | Prel. | Proj. |
| | (Mil milhões de FCFA) | | | | (Em percentagem do PIB) | | | |
| Dívida do Governo Central | 494,6 | 555,6 | 653,4 | 685,2 | 59,2 | 65,9 | 79,3 | 78,4 |
| Externa | 182,5 | 204,2 | 209,2 | 233,2 | 21,8 | 24,2 | 25,4 | 26,7 |
| Multilateral | 115,7 | 135,8 | 147,0 | 172,9 | 13,8 | 16,1 | 17,8 | 19,8 |
| FMI | 19,3 | 18,5 | 15,8 | 36,2 | 2,3 | 2,2 | 1,9 | 4,1 |
| AID | 48,5 | 69,1 | 79,6 | 83,6 | 5,8 | 8,2 | 9,7 | 9,6 |
| BAFD | 19,7 | 23,8 | 23,8 | 25,1 | 2,4 | 2,8 | 2,9 | 2,9 |
| Outros (BID, BADEA, FIDA, etc.) | 28,2 | 24,3 | 27,8 | 27,9 | 3,4 | 2,9 | 3,4 | 3,2 |
| Bilateral | 66,8 | 68,4 | 62,2 | 60,4 | 8,0 | 8,1 | 7,5 | 6,9 |
| Clube de Paris | 2,0 | 2,0 | 1,9 | 1,6 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 |
| Fora do Clube de Paris ¹ | 64,8 | 66,3 | 60,3 | 58,8 | 7,8 | 7,9 | 7,3 | 6,7 |
| D/q: atrasados antigos ² | 22,4 | 22,8 | 20,8 | 20,3 | 2,7 | 2,7 | 2,5 | 2,3 |
| Interna | 312,1 | 351,4 | 444,3 | 452,0 | 37,3 | 41,7 | 53,9 | 51,7 |
| BOAD | 122,5 | 132,7 | 153,4 | 152,1 | 14,6 | 15,7 | 18,6 | 17,4 |
| Sistema bancário local | 114,6 | 128,1 | 145,6 | 112,3 | 13,7 | 15,2 | 17,7 | 12,8 |
| BCEAO | 94,6 | 94,6 | 94,6 | 94,6 | 11,3 | 11,2 | 11,5 | 10,8 |
| Empréstimos dos bancos comerciais locais | 15,5 | 20,9 | 33,3 | - | 1,9 | 2,5 | 4,0 | - |
| Títulos do Tesouro detidos por bancos locais | 4,5 | 12,5 | 17,7 | 17,7 | 0,5 | 1,5 | 2,1 | 2,0 |
| Títulos do Tesouro detidos por bancos regionais | 55,4 | 73,7 | 122,4 | 177,0 | 6,6 | 8,7 | 14,9 | 20,3 |
| Atrasados de pagamentos | 15,4 | 13,1 | 12,3 | - | 1,8 | 1,5 | 1,5 | - |
| Garantias | 4,2 | 3,9 | 10,6 | 10,6 | 0,5 | 0,5 | 1,3 | 1,2 |

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

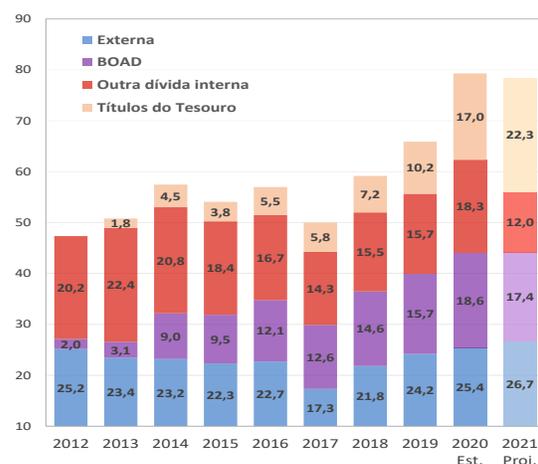
¹ Fora do Clube de Paris: Angola, Exim Bank da Índia, Kuwait, Líbia, Paquistão, Fundo Saudita, Exim Bank de Taiwan (Provincia da China).

² Existem atrasados antigos ao Brasil, Rússia, Angola e Paquistão.

4. Os empréstimos não concessionais no mercado interno registaram uma subida significativa devido às necessidades de financiamento sem precedentes resultantes do impacto da crise da Covid-19 (Tabela 2 do texto).

A dívida em moeda nacional do Governo Central ascendeu a 53,9% do PIB no final de 2020, acima de 41,7% no final de 2019. A maior fonte de endividamento líquido foram os títulos do Tesouro, cujo volume aumentou 6,8 pontos percentuais do PIB, sendo que a maior parte dos títulos do Tesouro foram comprados por bancos comerciais de outros países da UEMOA. A dívida ao BOAD assinalou um crescimento de 2,9 pontos percentuais do PIB em 2020, devido a dois empréstimos para programas relacionados com a Covid-19.

Dívida pública
(percentagem do PIB)

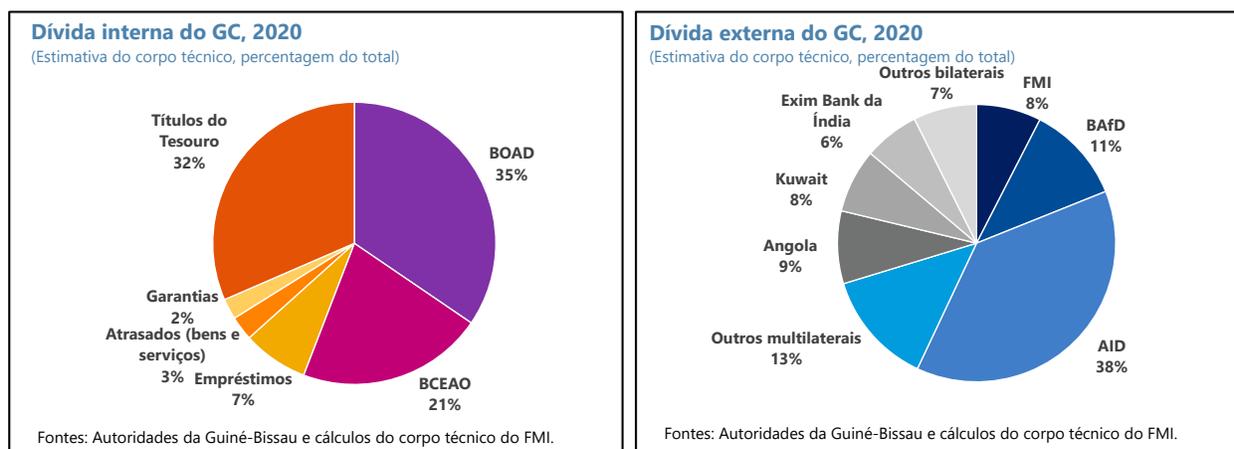


Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e cálculos do corpo técnico do FMI.

5. Os empréstimos externos em condições concessionais aumentaram ligeiramente para preservar os investimentos apesar do choque. O volume da dívida externa subiu 1,2 pontos percentuais para 25,4% do PIB no final de 2020, com todos os novos empréstimos em condições concessionais. A principal fonte de empréstimos externos em condições concessionais desde 2017 é o Banco Mundial através de grandes projetos regionais de telecomunicações e energia, assim como

projetos nacionais para apoiar os transportes rurais.⁵ Em conjunto, as instituições multilaterais detinham 70% da dívida externa da Guiné-Bissau no final de 2020. A restante dívida externa era bilateral, sobretudo a credores fora do Clube de Paris e inclui atrasados antigos (2,5% do PIB) que as autoridades procuram resolver.⁶

6. Uma extensa carteira de empréstimos contraídos para projetos continua por desembolsar. O stock da dívida contraída, mas não desembolsada, ascendia a 175 mil milhões de FCFA (21% do PIB) no final de 2020, metade do qual decorre de empréstimos concessionais contraídos junto do Banco Mundial⁷ e um quarto de empréstimos não concessionais junto ao BOAD. A existência de uma carteira tão grande reflete as fragilidades do ciclo de gestão do investimento público, desde a identificação inicial até à integração em quadros orçamentais anuais e de médio prazo. Ainda que a documentação dos empréstimos presumisse uma implementação rápida, as limitações em termos de capacidade, a falta de dotação orçamental para o cofinanciamento do Governo e os desembolsos retidos devido aos atrasados referentes ao serviço da dívida originaram atrasos na implementação.



7. O serviço da dívida aumentou apesar da intensificação dos esforços para reformular o perfil da dívida. O rácio serviço da dívida/receitas excluindo donativos passou de 67,4% em 2019

⁵ As operações nacionais do Banco Mundial também incluem projetos para apoiar a segurança alimentar, melhorar a prestação dos serviços de saúde, aumentar a qualidade da educação e reforçar as redes de proteção social. Estas operações assumem todas a natureza de donativos.

⁶ No final de 2020, a Guiné-Bissau tinha atrasados externos ascendendo a 38,55 milhões de USD para com Angola, Brasil, Rússia e Paquistão por dívidas de longa data que não foram abrangidas pelo processo HIPC e são elegíveis para alívio da dívida. O Governo tem procurado ativamente celebrar acordos de reescalonamento da dívida com todos os credores. Em 2017, a Guiné-Bissau obteve um extenso alívio da dívida referente a atrasados no valor de 43,2 milhões de USD a Taiwan (Província da China). Em 2018, foi celebrado um acordo de reescalonamento da dívida com a Líbia referente a atrasados no valor de 6,9 milhões de USD, com um limitado alívio líquido da dívida. A reestruturação da dívida ao Brasil (1,9 milhões de USD) aguarda a aprovação do Senado brasileiro. Foi negociado um acordo com a Rússia (1,5 milhões de USD), mas que ainda não foi assinado. Prosseguem as negociações com Angola (32,9 milhões de USD de atrasados) e Paquistão (2,2 milhões de USD). Esta ASD inclui pressupostos de reembolso conservadores que serão revistos quando tiverem sido alcançados os acordos de reescalonamento da dívida.

⁷ Os fluxos financeiros líquidos anuais do Banco Mundial deverão ser consideráveis entre 2021 e 2041, com uma média de 16 milhões de USD (ou 0,5% do PIB).

para 75,9% em 2020. Para ajudar a aliviar o peso do serviço da dívida, o BOAD concedeu em 2020 um empréstimo a programa equivalente a 7% das receitas e o FMI providenciou alívio do serviço da dívida através do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT, na sigla em inglês) num montante equivalente a 2% das receitas. Dada a difícil situação orçamental provocada pela pandemia, as autoridades intensificaram os esforços para a reformulação do perfil da dívida.⁸ As autoridades também solicitaram no final de 2020 e novamente em 2021 a participação na Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI, na sigla em inglês), que deverá melhorar as perspetivas em matéria de sustentabilidade da dívida mediante o compromisso em limitar o endividamento não concessional aos níveis acordados ao abrigo dos programas do FMI e às políticas de endividamento não concessional do Banco Mundial e em divulgar todos os compromissos financeiros do setor público que impliquem dívida.⁹ Não obstante estes esforços, a Guiné-Bissau acumulou atrasados relativos ao serviço da dívida em 2020, que foram resolvidos, em grande parte, no primeiro trimestre de 2021.¹⁰

C. Previsões macroeconómicas

8. O cenário de base subjacente a esta ASD assume uma recuperação económica gradual da pandemia em 2021–22 (Tabela 3 do texto). As estimativas apontam para uma contração de 1,4% do PIB real em 2020, com a desaceleração da economia mundial a pesar sobre as exportações da castanha de caju e o investimento direto estrangeiro, ao mesmo tempo que as medidas de contenção da Covid-19 travaram a atividade interna não relacionada com a castanha de caju e o comércio a retalho. Prevê-se uma recuperação económica gradual em 2021–22, na qual o crescimento do PIB deverá chegar a 3,3% em 2021, assumindo a supressão das medidas de contenção e a recuperação do mercado internacional da castanha de caju. O crescimento converge para o potencial de 5% em 2023 impulsionado por termos de troca favoráveis, uma maior

Tabela 3 do texto. Guiné-Bissau: Principais projeções macroeconómicas

(em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

| | 2019 | 2020 | 2021 | Médio prazo (primeiros 5 anos) | Longo prazo ¹ |
|--|------|-------|-------|--------------------------------------|--------------------------|
| | | Prel. | Proj. | | |
| Crescimento do PIB real (percentagem) | | | | | |
| ASD anterior | 4,5 | -2,4 | 3,0 | 4,8 | 5,0 |
| ASD atual | 4,5 | -1,4 | 3,3 | 4,8 | 5,0 |
| Saldo orçamental primário | | | | | |
| ASD anterior | -2,8 | -7,5 | -2,6 | -1,1 | -0,9 |
| ASD atual | -2,8 | -7,8 | -3,4 | -1,7 | -0,8 |
| Saldo da conta corrente excl. juros | | | | | |
| ASD anterior ² | -8,4 | -9,5 | -5,6 | -3,7 | -3,0 |
| ASD atual | -8,4 | -7,2 | -7,4 | -3,6 | -3,1 |
| Dívida externa | | | | | |
| ASD anterior | 25,3 | 27,1 | 27,9 | 23,0 | 16,2 |
| ASD atual | 24,2 | 25,4 | 26,7 | 21,9 | 14,1 |
| Dívida interna | | | | | |
| ASD anterior | 41,7 | 51,2 | 50,5 | 49,1 | 42,4 |
| ASD atual | 41,7 | 53,9 | 51,7 | 51,4 | 42,6 |

Fonte: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas do corpo técnico.

¹ Cobre o período 2027–41 para a ASD atual e 2026–40 para a ASD anterior (Relatório n.º 21/29 de 1 de fevereiro de 2021).

² Corrigido para excluir os pagamentos de juros ao BOAD e as obrigações regionais.

⁸ As autoridades finalmente chegaram a acordo para a reformulação do perfil da dívida com o Exim Bank da Índia em novembro de 2020 num valor de 25 milhões de USD e com o BOAD em março de 2021 num valor de 7,3 milhões de USD.

⁹ O impacto da DSSI nas projeções do serviço da dívida em 2021 não foi incluído no cenário de base desta ASD porque as autoridades rejeitaram a suspensão do pequeno serviço da dívida pertinente (0,7% das receitas) e alguns credores não responderam.

¹⁰ Em 2018, os atrasados externos ascenderam a 0,33 milhões de USD. Em 2019, a Guiné-Bissau acumulou 2,3 milhões de USD de atrasados externos e 5 milhões de USD de atrasados do serviço da dívida ao BOAD, no seguimento do agravamento do défice e da instabilidade política. Em 2020, foram reportados 1,8 milhões de USD de atrasados externos e 3 milhões de USD de atrasados de serviço da dívida ao BOAD.

estabilidade sociopolítica, reformas de governação e estruturais, assim como pelas melhorias no ambiente de negócios, que deverão em conjunto promover a atividade privada. A taxa média de inflação deverá acelerar para 1,9% em 2021 – o que compara com 1,5% em 2020 – refletindo um aumento da demanda. O défice de conta corrente (excluindo juros) deverá aumentar ligeiramente para 7,4% do PIB em 2021, refletindo uma balança comercial estável e menos transferências privadas.

9. Um ajustamento orçamental significativo durante 2021–25 irá apoiar a estabilidade macroeconómica, ao mesmo tempo que protege as despesas sociais durante a recuperação da crise. Em consonância com o compromisso das autoridades para consolidar e melhorar a sustentabilidade da dívida a médio prazo, prevê-se um ajustamento médio anual de 1,1 pontos percentuais do PIB no saldo primário interno (base de compromissos)¹¹ ao longo de três anos (em grande parte dissipando as implicações excecionais da pandemia). Cerca de um terço desta consolidação orçamental resultará de medidas para aumentar as receitas, incluindo novos impostos sobre as telecomunicações, complementadas por medidas de reforço da administração e do cumprimento fiscal. As medidas para travar o crescimento das despesas correntes, incluindo os esforços em curso para racionalizar a massa salarial do setor público, também contribuirão para a consolidação orçamental. As autoridades comprometem-se em respeitar um piso de despesa na ordem de 5,7% do PIB para salvaguardar as despesas prioritárias nos ministérios da Saúde (incluindo o Alto Comissariado para a Covid-19), Educação e outros setores sociais.

10. A dívida pública deverá diminuir em 2021, com menor financiamento interno líquido. As autoridades continuarão a procurar financiar-se através das emissões do Tesouro. Como resultado, o volume de títulos do Tesouro (detidos por bancos comerciais locais e regionais) deverá aumentar 5,3 pontos percentuais do PIB. Em sentido contrário, o stock de outras fontes de dívida interna deverá diminuir em 2021. A dívida ao BOAD deverá descer 1,2 pontos percentuais do PIB, devido a menos desembolsos para projetos. A dívida ao banco central regional (BCEAO), os empréstimos junto de bancos comerciais locais e os atrasados de pagamentos internos deverão, em conjunto, cair 6,2 pontos percentuais do PIB. Já o volume da dívida externa deverá avançar 1,3 pontos percentuais do PIB como resultado da assistência de emergência adicional, incluindo o desembolso da Linha de Crédito Rápido do FMI em janeiro.

11. A médio prazo, o endividamento do Governo relacionado com investimentos deverá dar prioridade ao financiamento em condições concessionais. Tendo em conta a extensa carteira de empréstimos contraídos para projetos mas ainda não desembolsados, para diminuir a dívida pública será necessário distribuir os desembolsos ao longo dos próximos nove anos e reduzir a dimensão de alguns projetos. A contratação de novos empréstimos deverá ser limitada durante este período. Calcula-se que os desembolsos anuais brutos para projetos (incluindo empréstimos e donativos) financiem 80% das despesas de investimento, que deverão cifrar-se, em média, em 7,8% do PIB devido à baixa capacidade de absorção. No médio prazo, em linha com a política do Governo

¹¹ O saldo primário interno é calculado retirando do saldo primário os donativos e as despesas de investimento com financiamento externo e do BOAD.

que visa dar prioridade ao financiamento de baixo custo, o financiamento para projetos deverá ser concedido, sobretudo, por credores externos multilaterais sob a forma de donativos ou empréstimos em condições concessionais. Os empréstimos do BOAD, que são quase na totalidade em condições não concessionais, deverão diminuir de forma acentuada. O cenário de base assume uma melhoria do planeamento e da execução dos investimentos a fim de garantir uma boa utilização dos recursos e um melhor alinhamento com o processo orçamental. Presume-se que as necessidades de financiamento não relacionadas com investimentos sejam supridas, no médio prazo, principalmente por títulos do Tesouro com maturidades maiores, com taxas de juro projetadas em 5,8% para as obrigações a 3 anos e 6,3% para as obrigações a 5 anos, em linha com a tendência de melhoria das condições de financiamento patente nos resultados dos leilões desde 2017.

12. As perspetivas macroeconómicas apresentam um elevado grau de incerteza e os riscos tendem a ser descendentes. Dependem do abrandamento da pandemia a nível global e da moderação dos efeitos da pandemia a nível local após meados de 2021 na sequência das medidas de contenção e de um maior acesso às vacinas. O fracasso na contenção da pandemia iria perturbar o comércio do caju e a atividade empresarial em geral. Poderão surgir tensões sociais que darão origem a novas incertezas políticas. As pressões financeiras nas empresas públicas e as fragilidades bancárias, decorrentes do elevado nível de crédito malparado e da subcapitalização de um banco sistemicamente importante, poderão gerar passivos contingentes que acentuarão as pressões orçamentais. Do lado externo, uma recuperação aquém do esperado dos preços internacionais da castanha de caju prejudicaria o crescimento económico e as receitas públicas. Pela positiva, uma contenção mais rápida da pandemia iria acelerar a normalização do comércio e a cobrança de receitas, assim como contribuiria para menores despesas de saúde.

13. O cenário macroeconómico é, em geral, realista. O défice da conta corrente (excluindo juros) em 2021–26 deverá contribuir para a acumulação de dívida externa, em linha com a dinâmica dos cinco anos anteriores. Este vetor da dívida deverá ser compensado por um crescimento sustentado, um maior recurso aos donativos já comprometidos (capturado no resíduo) e uma evolução mais favorável dos preços (Figura 3). Pressupõe-se que os doadores multilaterais darão prioridade a desembolsos de donativos tendo em conta a fragilidade estrutural do país, as suas grandes necessidades de desenvolvimento e o acesso limitado a fontes alternativas de financiamento, assim como aos progressos em matéria de consolidação orçamental e governação. As dinâmicas da dívida pública total são dominadas pela evolução do saldo orçamental primário e do crescimento do PIB real. Ambos os fatores deverão ter um maior efeito de contenção da dívida do que no passado, devido ao maior compromisso das autoridades para com as reformas orçamentais e de governação, assim como devido a um ambiente político estável mais propício ao crescimento. O ajustamento a três anos projetado no défice primário é maior do que o observado nos dados históricos dos países de baixa renda com programas apoiados pelo FMI (Figura 4). Tal explica-se pela comparação com 2020, um ano excepcional com as excessivas necessidades orçamentais geradas pela pandemia, tanto que 77% do ajustamento já está projetado para 2021. Contudo, tal ajustamento tão significativo é viável dado que reflete a dissipação dos efeitos relacionados com a pandemia que se materializaram em 2020 (como a queda nas receitas devido à

descida dos preços do caju) e traria o saldo primário interno para perto do nível registado em 2019. Os resultados orçamentais efetivos são, porém, altamente voláteis na Guiné-Bissau.¹² O crescimento do PIB real deverá subir para 4% em 2022 em linha com um multiplicador orçamental baixo (Figura 4), como presumido por um elevado conteúdo de importações da despesa pública e evidenciado por uma correlação praticamente inexistente entre o crescimento do PIB real e as variações no saldo primário orçamental desde 2010.

D. Classificação do país e determinação dos cenários do teste de stress

14. Considera-se que a Guiné-Bissau tem uma fraca capacidade de endividamento, uma avaliação que permanece inalterada desde a ASD de fevereiro de 2021. A classificação do Indicador Composto (IC) para a Guiné-Bissau é 2,54, com base nos dados dos indicadores macroeconómicos do WEO de abril de 2021 e da Avaliação das Políticas e Instituições Nacionais (CPIA, na sigla em inglês) de 2019 do Banco Mundial, o que aponta para uma fraca capacidade de endividamento.

15. Foi aumentada a magnitude do choque combinado dos passivos contingentes (Tabela 4 do texto). Esta ASD executa um teste de stress com um choque dos passivos contingentes de 6,5% do PIB, em vez do valor padrão de 2%. O choque capta sobretudo os potenciais passivos relacionados com as eventuais necessidades de recapitalização de um banco sistémico que não cumpre os requisitos mínimos de capital da UEMOA. O choque também reflete os potenciais custos orçamentais das perdas operacionais da empresa de eletricidade (EAGB), os passivos contingentes associados ao aumento das garantias públicas e a possibilidade do volume dos atrasados internos ser superior àquele que já está incluído no stock da dívida (1,5% do PIB no final de 2020). A estimativa atual baseia-se numa auditoria que ainda carece de validação pelas autoridades.

Tabela 4 do texto. Guiné-Bissau: Choque combinado dos passivos contingentes

| 1 A cobertura de dívida pública do país | | | |
|---|----------------------|----------------------|---|
| Governo Central, Banco Central, dívida com garantia pública | | | |
| | Padrão | Usado para a análise | Razões para desvios das definições padrão |
| 2 Outros elementos da administração pública não captados em 1. | 0 % do PIB | 0,0 | |
| 3 Dívida das empresas públicas (garantida e não garantida pelo Estado) 1/ | 2 % do PIB | 6,5 | Aumentou de 2 para 6,5 para refletir os potenciais |
| 4 PPP | 35 % do stock de PPP | 0,0 | passivos lig. às garantias públicas, as nec. de recap. da |
| 5 Mercado financeiro (o valor padrão de 5% do PIB é o valor mínimo) | 5 % do PIB | 5,0 | banca, a dívida da EAGB e os atrasados internos. |
| Total (2+3+4+5) (em percentagem do PIB) | | 11,5 | |

1/ O choque padrão de 2% do PIB será ativado para países cuja dívida com garantia pública não está totalmente captada na definição de dívida pública do país (1.). Se já estiver incluída na dívida pública (1.) e os riscos associados com a dívida sem garantia pública das empresas públicas forem considerados negligenciáveis, a equipa responsável pode reduzir este valor para 0%.

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

A. Análise da sustentabilidade da dívida externa

16. O risco de sobre-endividamento externo da Guiné-Bissau permanece elevado, em linha com a ASD de fevereiro de 2021. A percentagem da dívida externa mantém-se relativamente

¹² Os erros anteriores de previsão da dívida explicam-se sobretudo por alterações inesperadas no défice primário decorrentes de campanhas de caju aleatórias, pelo impacto da instabilidade política na implementação das reformas e grandes investimentos. A fragilidade estrutural do país explica a grande diferença nas alterações inesperadas na dívida por comparação com outros países de baixa renda (PBR).

baixa em 25,4% do PIB no final de 2020, e todos os indicadores da dívida externa mantêm-se abaixo dos limiares indicativos relevantes ao longo do período da projeção (2021–41) no cenário de base. No cenário do choque mais extremo (um choque desfavorável e temporário nas exportações¹³), dois indicadores do peso da dívida, o rácio VP da dívida/exportações e o rácio serviço da dívida/exportações, infringem os limiares indicativos para três e dois anos respetivamente, o que implica uma notação mecânica “moderada”. No entanto, a Guiné-Bissau depara-se com outras vulnerabilidades consideráveis que não são captadas por esta notação mecânica e que justificam uma notação “elevada” de risco externo. Estas incluem riscos descendentes significativos ao cenário de base macro (§ 12); elevada dívida pública, sendo que uma grande parte da mesma é detida por não residentes mas denominada em FCFA e, logo, não é captada na ASD externa conduzida numa base de moeda; as vulnerabilidades estruturais no panorama político; e o facto de a ASD externa excluir a dívida privada.

17. Foi concebido um teste de stress personalizado aplicando um choque adverso nos preços das *commodities* a fim de refletir a vulnerabilidade da Guiné-Bissau às flutuações do preço do caju. O teste apresenta as perspetivas da sustentabilidade da dívida após uma hipotética queda de 15% nos preços de exportação do caju no primeiro ano da projeção (Figura 1). No contexto do abrandamento da economia mundial em 2020, os preços do caju caíram 33%.

B. Análise da sustentabilidade da dívida pública

18. O risco global de sobre-endividamento da Guiné-Bissau é considerado elevado. O rácio VP da dívida pública/PIB está acima do seu limiar indicativo (35%) até 2041, o que constitui uma quebra substancial e prolongada. Além disso, o aumento a médio prazo no serviço da dívida, chegando a 79% das receitas e donativos em 2026 face a 56,2% em 2020, apesar da subida prevista nas receitas, insta à realização de esforços, como é intenção das autoridades, para procurar obter a reformulação do perfil da dívida e tirar partido de taxas de juro mais baixas para a contração de novos empréstimos quando as condições do mercado assim o permitam.

19. A sustentabilidade da dívida pública está vulnerável a um choque dos preços de *commodities*. Neste choque, o rácio VP da dívida pública/PIB chega a 85% em 2027 e o rácio serviço da dívida/receitas avança para 104% em 2026.

¹³ Este teste de stress avalia o impacto do crescimento nominal das exportações fixado de acordo com a sua média histórica (7,5%) menos um desvio padrão (DP) de 0,5 em vez de um DP de 0,3 (em linha com a ASD anterior) e um DP de 1 (parâmetro padrão, que equivale a 32,7% na Guiné-Bissau). Esta personalização é coerente com a nota de orientação sobre o arcabouço de sustentabilidade da dívida para os países de baixa renda e justifica-se pelo histórico de grandes flutuações nas exportações do país, assim como pela singularidade do crescimento das exportações em 2019 (uma contração de 24,8% induzida por um choque nos termos de troca), em 2020 (uma contração de 25,3% induzida pela pandemia) e em 2021 (uma projeção de crescimento de 23,2%). Neste cenário, uma queda anual de 9% nas exportações tanto em 2022 como em 2023 (por oposição a um crescimento médio de 8,9% das exportações conforme previsto no cenário de base) é suficiente para prejudicar a evolução dos indicadores do peso da dívida.

CONCLUSÕES

20. Sem um ajustamento orçamental considerável e sustentado e sem apoio externo, a dívida da Guiné-Bissau deverá manter-se elevada, limitando as perspetivas de desenvolvimento. Em 2020, a pandemia conduziu a um declínio acentuado nas exportações e no investimento direto estrangeiro, bem como pesou fortemente sobre a atividade económica interna. A reação à crise exigiu uma forte resposta das autoridades para aumentar as despesas de saúde e sociais, bem como apoiar a retoma. Tudo isto resultou em necessidades de financiamento externo e orçamental sem precedentes em 2020 que foram supridas, principalmente, pelo aumento do recurso a financiamento interno em condições não concessionais. O crescente custo do serviço da dívida e a enorme massa salarial limitam o espaço orçamental e a realização das tão necessárias despesas em matéria social e de infraestruturas para avançar rumo à concretização dos Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2030. As reformas significativas em termos de governação orçamental, assim como os esforços de consolidação orçamental, deverão contribuir para o aumento das despesas sociais e dos investimentos públicos geradores de crescimento.

21. A dívida pública é considerada sustentável num quadro prospetivo com base no apoio prestado pelas instituições regionais com uma forte capacidade em matéria de gestão da dívida. Os indicadores do peso da dívida externa da Guiné-Bissau para a *dívida extrarregional* são coerentes com a sustentabilidade (na medida em que permanecem abaixo dos limiares a médio prazo para um país avaliado como tendo uma fraca capacidade de endividamento), mas o rácio VP da dívida pública total/PIB apresenta grandes e prolongadas quebras do seu limiar indicativo. Contudo, o país beneficia de apoio financeiro e técnico das instituições e dos mercados da dívida regionais e dos maiores membros da união monetária regional com uma maior capacidade de endividamento.¹⁴ O contexto favorável da UEMOA reforça a capacidade de endividamento interno/regional do país para além daquilo que é captado pelo indicador composto padrão. Estes factos sustentam a conclusão de que a dívida pública da Guiné-Bissau é sustentável num quadro prospetivo, mas depende dos compromissos das autoridades no contexto de um envolvimento com o FMI e outros parceiros de desenvolvimento, partindo-se igualmente do princípio (ver abaixo) que estão em vigor políticas que colocariam a dívida numa firme trajetória descendente.

22. Ao abrigo do cenário de base do corpo técnico, a dívida pública da Guiné-Bissau regressa a uma trajetória sustentável, com a dívida pública total a cair para 70% do PIB, o critério de convergência regional, até 2026. Se a agenda de políticas for executada com êxito, e salvo uma pandemia mais prolongada, a dívida pública total cairia de forma constante de 79,3% do PIB estimados para o final de 2020 para 68,8% do PIB até 2026.

¹⁴ As instituições regionais da união monetária da UEMOA gerem tanto a dívida emitida pela Guiné-Bissau no mercado regional de títulos do Tesouro (UMOA-titres) como a dívida detida pelo banco central (BCEAO). Estas duas componentes representavam 52% da dívida interna da Guiné-Bissau no final de 2020. Além disso, o endividamento da Guiné-Bissau através do mercado de títulos soberanos da UEMOA deverá representar uma proporção insignificante do financiamento regional disponível para os oito países nesta união monetária.

23. A concretização das projeções do cenário de base irá exigir consideráveis medidas de políticas sustentadas por um programa do FMI e uma forte mobilização dos doadores multilaterais. As principais medidas de políticas incluem: i) intensos esforços de consolidação orçamental, com medidas de aumento das receitas, contenção da despesa corrente a um nível abaixo do crescimento nominal do PIB e a prossecução das reformas geradoras de crescimento; ii) políticas prudentes de endividamento, inclusive evitando financiamentos para projetos em condições não concessionais, em linha com os compromissos ao abrigo da DSSI; iii) reforço da gestão da dívida, com uma compilação e monitorização mais rigorosas das dívidas, procedimentos melhorados e a publicação regular de relatórios sobre a dívida a fim de aumentar a transparência;¹⁵ e iv) melhor gestão da carteira de empréstimos existentes e aplicação de reconhecidos procedimentos de avaliação para assegurar a criticidade dos projetos de investimento. As dinâmicas da dívida no cenário de base podem melhorar mais com a plena mobilização dos doadores conduzindo i) a um aumento significativo dos donativos de instituições multilaterais e ii) a uma reformulação do perfil de determinadas obrigações da dívida a fim de prolongar as maturidades e reduzir as taxas de juro.

24. O cenário de base apresenta riscos descendentes consideráveis, uma vez que é necessário um compromisso político forte e sustentado para levar a cabo o ajustamento orçamental a médio prazo incorporado na ASD. As perspetivas da dívida continuam altamente vulneráveis a uma recuperação económica mais fraca, a choques adversos nos termos de troca e nas exportações, assim como à materialização de passivos contingentes (dado que a cobertura da dívida pública é limitada) e ao regresso da agitação sociopolítica. Caso se concretizem, todos estes riscos descendentes poderiam resultar em indicadores do peso da dívida externa e pública mais elevados e aumentar o risco de acumulação de atrasados.

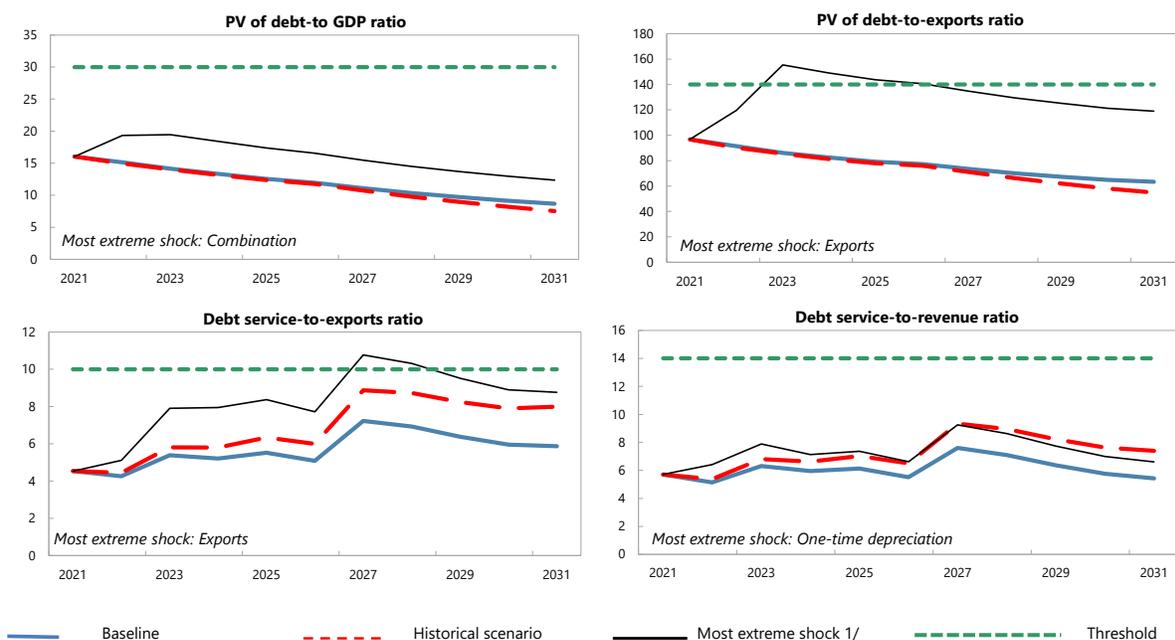
OPINIÃO DAS AUTORIDADES

25. As autoridades subscrevem, em larga medida, as opiniões do corpo técnico sobre a sustentabilidade da dívida e as suas recomendações. Concordam que políticas macroeconómicas sólidas – incluindo uma forte e sustentada consolidação orçamental – são fundamentais para a sustentabilidade da dívida. Enfatizaram i) o seu compromisso para com uma trajetória sustentada de consolidação orçamental e a limitação dos empréstimos em condições não concessionais e ii) que o ritmo do investimento público seria determinado por uma análise metódica da contribuição dos projetos para o crescimento e do alinhamento com o processo orçamental, com uma maior coordenação entre as diferentes agências envolvidas através de um Comité da Dívida. As

¹⁵ As autoridades esperam implementar na íntegra o novo sistema de gestão da dívida e análise financeira (DEMFAS) em 2021 para melhorar a sua capacidade de monitorização e relato da dívida, que é atualmente limitada, bem como para publicar um abrangente relatório sobre a dívida todos os anos. Espera-se que a gestão da dívida seja reforçada por meio da aprovação por parte do Conselho de Ministros dos decretos relativos à criação de um Comité Nacional de Política de Endividamento; à organização e funcionamento da Direção da Dívida; e à emissão e gestão da dívida. As autoridades irão ainda levar a cabo uma avaliação do desempenho da gestão da dívida (DEMPA), com assistência do Banco Mundial em 2021. A Guiné-Bissau recebeu recentemente e irá continuar a receber assistência técnica significativa do FMI e do Banco Mundial para melhorar a transmissão de dados para inclusão nas bases de dados *International Debt Statistics* (IDS) e *Quarterly External Debt Statistics* (QEDS).

autoridades reconhecem os riscos para as perspectivas da dívida e solicitaram um Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico (SMP) a fim de construir um sólido historial de implementação de políticas para abrir caminho a um acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) assim que as condições o permitam.

Figura 1. Guiné-Bissau: Indicadores da dívida externa pública e com garantia pública em cenários alternativos, 2021–31



| Customization of Default Settings | | |
|-----------------------------------|------|--------------|
| | Size | Interactions |
| Standardized Tests | Yes | |
| Tailored Stress | | |
| Combined CL | Yes | |
| Natural disaster | n.a. | n.a. |
| Commodity price | Yes | No |
| Market financing | n.a. | n.a. |

Note: "Yes" indicates any change to the size or interactions of the default settings for the stress tests. "n.a." indicates that the stress test does not apply.

| Borrowing assumptions on additional financing needs resulting from the stress tests* | | |
|--|---------|--------------|
| | Default | User defined |
| Shares of marginal debt | | |
| External PPG MLT debt | 100% | |
| Terms of marginal debt | | |
| Avg. nominal interest rate on new borrowing in USD | 0.8% | 0.8% |
| USD Discount rate | 5.0% | 5.0% |
| Avg. maturity (incl. grace period) | 34 | 30 |
| Avg. grace period | 6 | 10 |

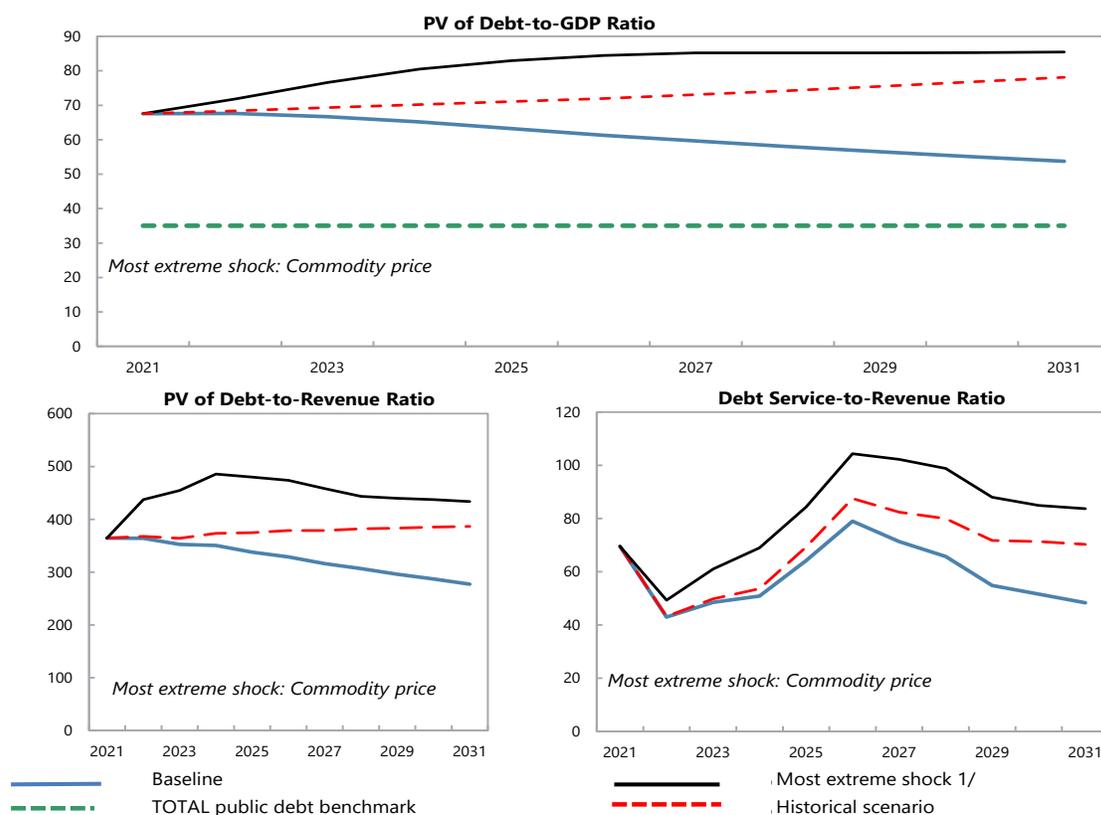
* Note: All the additional financing needs generated by the shocks under the stress tests are assumed to be covered by PPG external MLT debt in the external DSA. Default terms of marginal debt are based on baseline 10-year projections.

Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ The most extreme stress test is the test that yields the highest ratio in or before 2031. The stress test with a one-off breach is also presented (if any), while the one-off breach is deemed away for mechanical signals. When a stress test with a one-off breach happens to be the most extreme shock even after disregarding the one-off breach, only that stress test (with a one-off breach) would be presented.

2/ The magnitude of shocks used for the commodity price shock stress test are based on the commodity prices outlook prepared by the IMF research department.

Figura 2. Guiné-Bissau: Indicadores de dívida pública em cenários alternativos, 2021–31



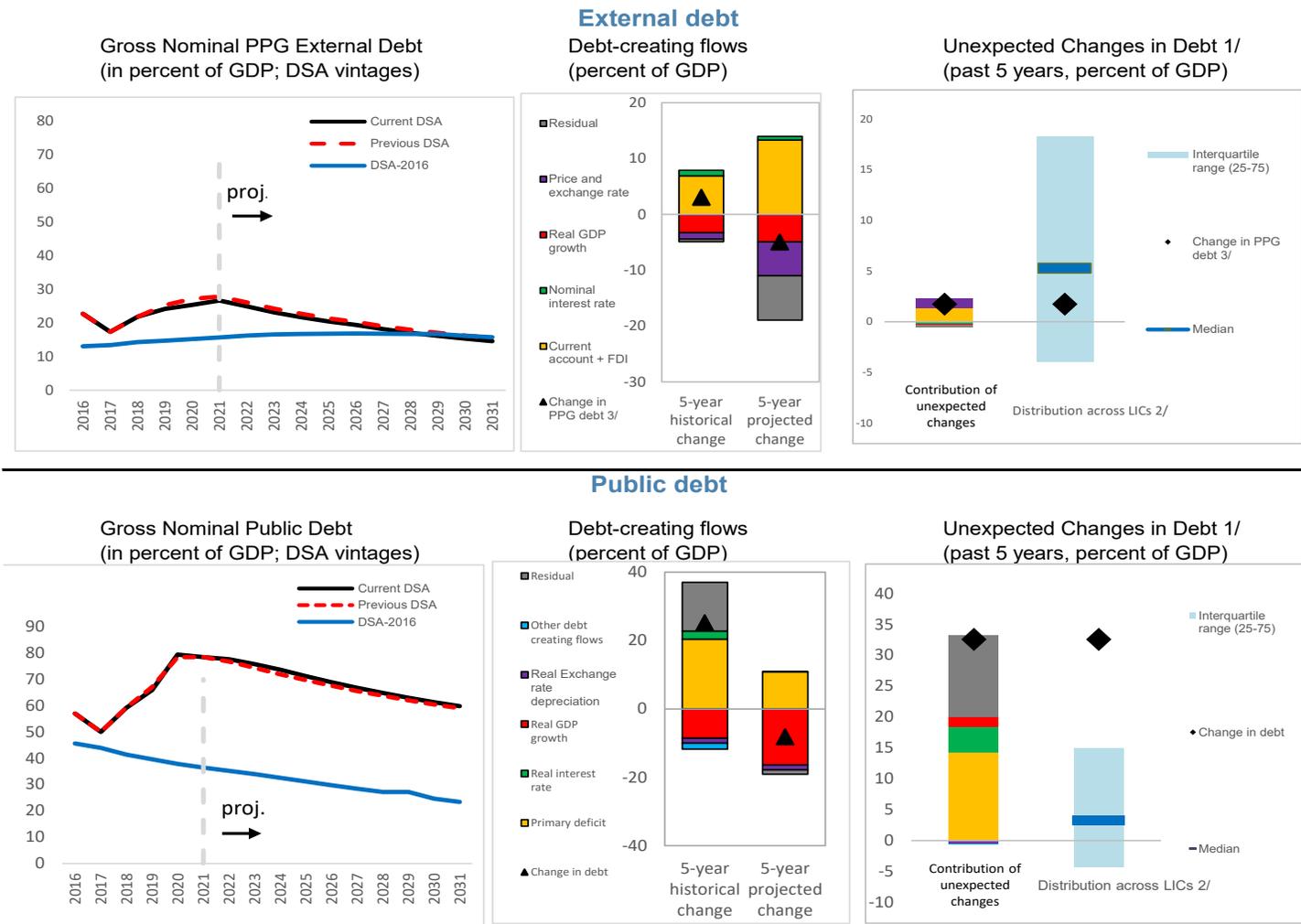
| Borrowing assumptions on additional financing needs resulting from the stress tests* | Default | User defined |
|--|---------|--------------|
| Shares of marginal debt | | |
| External PPG medium and long-term | 11% | 11% |
| Domestic medium and long-term | 69% | 69% |
| Domestic short-term | 21% | 21% |
| Terms of marginal debt | | |
| External MLT debt | | |
| Avg. nominal interest rate on new borrowing in USD | 0.8% | 0.8% |
| Avg. maturity (incl. grace period) | 34 | 30 |
| Avg. grace period | 6 | 10 |
| Domestic MLT debt | | |
| Avg. real interest rate on new borrowing | 3.2% | 3.2% |
| Avg. maturity (incl. grace period) | 5 | 5 |
| Avg. grace period | 3 | 3 |
| Domestic short-term debt | | |
| Avg. real interest rate | 2.7% | 2.7% |

* Note: The public DSA allows for domestic financing to cover the additional financing needs generated by the shocks under the stress tests in the public DSA. Default terms of marginal debt are based on baseline 10-year projections.

Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ The most extreme stress test is the test that yields the highest ratio in or before 2031. The stress test with a one-off breach is also presented (if any), while the one-off breach is deemed away for mechanical signals. When a stress test with a one-off breach happens to be the most extreme shock even after disregarding the one-off breach, only that stress test (with a one-off breach) would be presented.

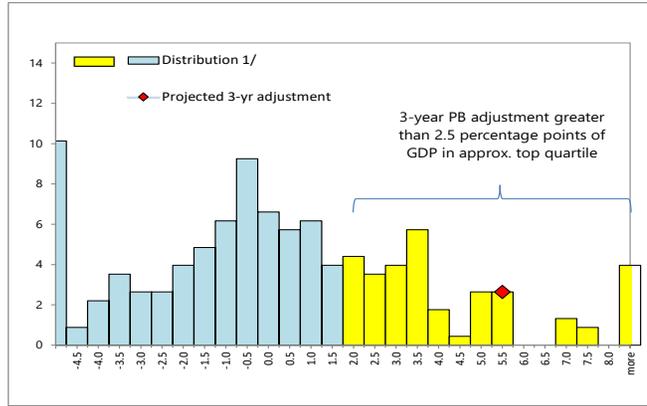
Figura 3. Guiné-Bissau: Determinantes da dinâmica da dívida – cenário de base



1/ Difference between anticipated and actual contributions on debt ratios.
 2/ Distribution across LICs for which LIC DSAs were produced.
 3/ Given the relatively low private external debt for average low-income countries, a ppt change in PPG external debt should be largely explained by the drivers of the external debt dynamics equation.

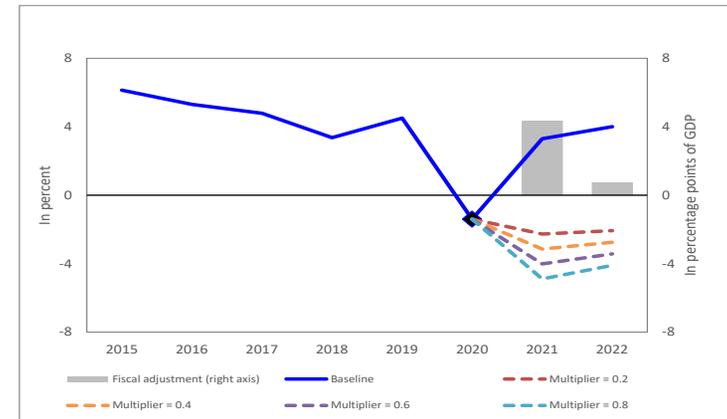
Figura 4. Guiné-Bissau: Ferramentas de realismo

**3-Year Adjustment in Primary Balance
(Percentage points of GDP)**



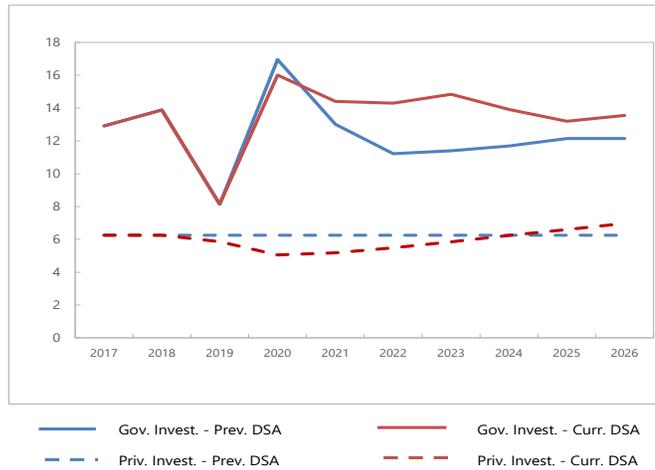
1/ Data cover Fund-supported programs for LICs (excluding emergency financing) approved since 1990. The size of 3-year adjustment from program inception is found on the horizontal axis; the percent of sample is found on the vertical axis.

Fiscal Adjustment and Possible Growth Paths 1/



1/ Bars refer to annual projected fiscal adjustment (right-hand side scale) and lines show possible real GDP growth paths under different fiscal multipliers (left-hand side scale).

**Public and Private Investment Rates
(percent of GDP)**



**Contribution to Real GDP growth
(percent, 5-year average)**

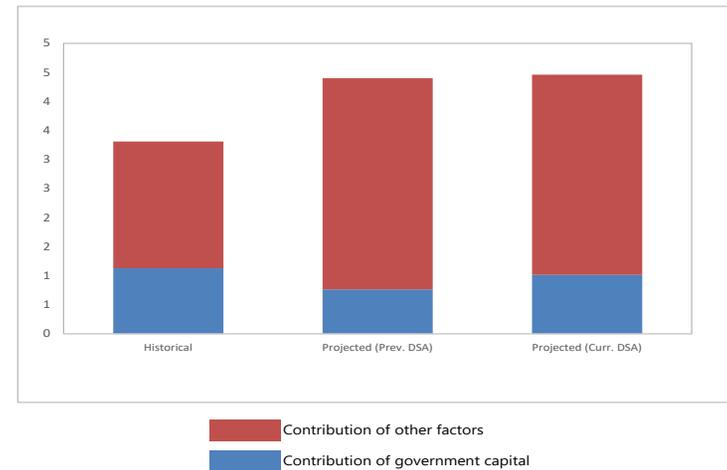


Tabela 1. Guiné-Bissau: Quadro de sustentabilidade da dívida externa, cenário de base, 2018–41
(Em porcentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

| | Actual | | | Projections | | | | | | | | Average 8/ Historical Projections | |
|--|--------|-------|-------|-------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|--------------------------------------|-------------|
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2031 | 2041 | Historical | Projections |
| External debt (nominal) 1/ | 21.8 | 24.2 | 25.4 | 26.7 | 24.9 | 23.1 | 21.7 | 20.4 | 19.4 | 14.6 | 11.9 | 23.0 | 19.8 |
| <i>of which: public and publicly guaranteed (PPG)</i> | 21.8 | 24.2 | 25.4 | 26.7 | 24.9 | 23.1 | 21.7 | 20.4 | 19.4 | 14.6 | 11.9 | 23.0 | 19.8 |
| Change in external debt | 4.5 | 2.4 | 1.2 | 1.3 | -1.8 | -1.8 | -1.4 | -1.3 | -1.0 | -0.7 | -0.2 | | |
| Identified net debt-creating flows | 1.8 | 4.6 | 6.6 | 4.6 | 1.8 | 0.9 | 1.0 | 0.8 | 0.7 | 0.9 | 0.5 | -0.1 | 1.3 |
| Non-interest current account deficit | 3.3 | 8.4 | 7.2 | 7.4 | 4.3 | 3.6 | 3.6 | 3.4 | 3.2 | 3.2 | 2.6 | 2.7 | 3.8 |
| Deficit in balance of goods and services | 5.2 | 14.6 | 16.3 | 16.0 | 13.6 | 12.8 | 12.2 | 11.8 | 11.5 | 11.1 | 8.9 | 8.2 | 12.2 |
| Exports | 25.8 | 20.3 | 15.2 | 16.6 | 16.6 | 16.4 | 16.2 | 15.9 | 15.5 | 13.7 | 10.0 | | |
| Imports | 31.0 | 34.9 | 31.5 | 32.6 | 30.2 | 29.2 | 28.4 | 27.6 | 27.0 | 24.8 | 18.9 | | |
| Net current transfers (negative = inflow) | -5.0 | -3.9 | -7.0 | -6.6 | -7.0 | -6.8 | -6.2 | -6.0 | -5.8 | -5.3 | -4.1 | -4.9 | -6.0 |
| <i>of which: official</i> | -1.2 | -1.2 | -1.4 | -2.9 | -3.1 | -3.1 | -2.7 | -2.6 | -2.6 | -2.7 | -2.4 | | |
| Other current account flows (negative = net inflow) | 3.1 | -2.3 | -2.1 | -2.0 | -2.4 | -2.4 | -2.4 | -2.4 | -2.5 | -2.5 | -2.3 | -0.7 | -2.4 |
| Net FDI (negative = inflow) | -1.4 | -5.0 | -0.8 | -2.3 | -1.7 | -1.7 | -1.7 | -1.7 | -1.7 | -1.7 | -1.7 | -1.9 | -1.7 |
| Endogenous debt dynamics 2/ | -0.2 | 1.2 | 0.3 | -0.5 | -0.9 | -1.0 | -1.0 | -0.9 | -0.8 | -0.6 | -0.5 | | |
| Contribution from nominal interest rate | 0.3 | 0.2 | 0.2 | 0.2 | 0.1 | 0.1 | 0.1 | 0.1 | 0.1 | 0.1 | 0.1 | | |
| Contribution from real GDP growth | -0.6 | -1.0 | 0.3 | -0.7 | -1.0 | -1.1 | -1.1 | -1.0 | -0.9 | -0.7 | -0.6 | | |
| Contribution from price and exchange rate changes | 0.1 | 2.0 | -0.2 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | | |
| Residual 3/ | 2.7 | -2.2 | -5.5 | -3.3 | -3.5 | -2.7 | -2.4 | -2.1 | -1.7 | -1.6 | -0.7 | -0.9 | -2.3 |
| <i>of which: exceptional financing</i> | 0.0 | 0.0 | -0.2 | -0.1 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | | |
| Sustainability indicators | | | | | | | | | | | | | |
| PV of PPG external debt-to-GDP ratio | ... | ... | 15.7 | 16.0 | 15.1 | 14.1 | 13.3 | 12.6 | 12.0 | 8.7 | 7.2 | | |
| PV of PPG external debt-to-exports ratio | ... | ... | 103.3 | 96.8 | 91.4 | 86.2 | 82.4 | 79.2 | 77.3 | 63.3 | 72.0 | | |
| PPG debt service-to-exports ratio | 2.1 | 2.4 | 4.6 | 4.5 | 4.3 | 5.4 | 5.2 | 5.5 | 5.1 | 5.9 | 4.6 | | |
| PPG debt service-to-revenue ratio | 4.7 | 3.9 | 5.7 | 5.7 | 5.1 | 6.3 | 6.0 | 6.1 | 5.5 | 5.4 | 2.9 | | |
| Gross external financing need (Million of U.S. dollars) | 37.7 | 56.4 | 101.2 | 94.8 | 58.9 | 54.5 | 59.6 | 59.1 | 58.2 | 85.2 | 109.6 | | |
| Key macroeconomic assumptions | | | | | | | | | | | | | |
| Real GDP growth (in percent) | 3.4 | 4.5 | -1.4 | 3.3 | 4.0 | 5.0 | 5.0 | 5.0 | 5.0 | 5.0 | 5.0 | 3.3 | 4.8 |
| GDP deflator in US dollar terms (change in percent) | -0.9 | -8.5 | 1.0 | 9.4 | 5.2 | 4.2 | 3.7 | 3.4 | 3.3 | 2.9 | 2.9 | 1.2 | 4.0 |
| Effective interest rate (percent) 4/ | 1.5 | 0.7 | 0.7 | 1.0 | 0.5 | 0.5 | 0.5 | 0.5 | 0.6 | 0.8 | 1.0 | 0.8 | 0.7 |
| Growth of exports of G&S (US dollar terms, in percent) | 3.5 | -24.8 | -25.3 | 23.2 | 9.4 | 8.4 | 7.4 | 6.5 | 5.6 | 4.8 | 3.6 | 7.3 | 8.0 |
| Growth of imports of G&S (US dollar terms, in percent) | 4.5 | 7.6 | -10.0 | 16.9 | 1.3 | 6.0 | 5.9 | 5.6 | 5.9 | 5.8 | 3.5 | 5.2 | 6.6 |
| Grant element of new public sector borrowing (in percent) | ... | ... | ... | 38.6 | 54.3 | 54.4 | 54.0 | 54.2 | 54.2 | 48.7 | 45.8 | ... | 50.6 |
| Government revenues (excluding grants, in percent of GDP) | 11.6 | 12.5 | 12.1 | 13.1 | 13.7 | 14.0 | 14.2 | 14.3 | 14.2 | 14.8 | 15.9 | 10.9 | 14.2 |
| Aid flows (in Million of US dollars) 5/ | 104.5 | 51.1 | 103.0 | 102.5 | 102.6 | 115.5 | 117.2 | 128.4 | 141.0 | 197.4 | 402.2 | | |
| Grant-equivalent financing (in percent of GDP) 6/ | ... | ... | ... | 6.8 | 5.4 | 5.5 | 5.1 | 5.1 | 5.1 | 5.1 | 5.0 | | 5.3 |
| Grant-equivalent financing (in percent of external financing) 6/ | ... | ... | ... | 75.5 | 92.2 | 91.7 | 90.3 | 90.2 | 89.8 | 89.8 | 89.9 | | 89.0 |
| Nominal GDP (Million of US dollars) | 1,506 | 1,440 | 1,434 | 1,621 | 1,773 | 1,940 | 2,113 | 2,295 | 2,489 | 3,657 | 7,897 | | |
| Nominal dollar GDP growth | 2.5 | -4.4 | -0.4 | 13.0 | 9.4 | 9.4 | 8.9 | 8.6 | 8.4 | 8.0 | 8.0 | 4.7 | 8.9 |
| Memorandum items: | | | | | | | | | | | | | |
| PV of external debt 7/ | ... | ... | 15.7 | 16.0 | 15.1 | 14.1 | 13.3 | 12.6 | 12.0 | 8.7 | 7.2 | | |
| In percent of exports | ... | ... | 103.3 | 96.8 | 91.4 | 86.2 | 82.4 | 79.2 | 77.3 | 63.3 | 72.0 | | |
| Total external debt service-to-exports ratio | 2.1 | 2.4 | 4.6 | 4.5 | 4.3 | 5.4 | 5.2 | 5.5 | 5.1 | 5.9 | 4.6 | | |
| PV of PPG external debt (in Million of US dollars) | ... | ... | 225.1 | 259.8 | 268.4 | 274.3 | 281.8 | 288.3 | 297.5 | 317.5 | 568.7 | | |
| (PVt-PVt-1)/GDPt-1 (in percent) | ... | ... | ... | 2.4 | 0.5 | 0.3 | 0.4 | 0.3 | 0.4 | 0.2 | 0.5 | | |
| Non-interest current account deficit that stabilizes debt ratio | -1.1 | 6.0 | 6.0 | 6.1 | 6.0 | 5.4 | 5.1 | 4.7 | 4.2 | 3.9 | 2.8 | | |

Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ Public sector external debt only. With respect to DSA 2018, coverage expanded to include legacy arrears.

2/ Derived as $[r - g - \rho(1+g)] / (1+g + \rho + g)$ times previous period debt ratio, with r = nominal interest rate; g = real GDP growth rate, and ρ = growth rate of GDP deflator in U.S. dollar terms.

3/ Includes exceptional financing (i.e., changes in arrears and debt relief, including IMF CCT 2020-2022); changes in gross foreign assets; and valuation adjustments. For projections also includes contribution from price and exchange rate changes.

4/ Current-year interest payments divided by previous period debt stock.

5/ Defined as grants, concessional loans, and debt relief.

6/ Grant-equivalent financing includes grants provided directly to the government and through new borrowing (difference between the face value and the PV of new debt).

7/ Assumes that PV of private sector debt is equivalent to its face value.

8/ Historical averages are generally derived over the past 10 years, subject to data availability, whereas projections averages are over the first year of projection and the next 10 years.

| Definition of external/domestic debt | Currency-based |
|--|----------------|
| Is there a material difference between the two criteria? | Yes |

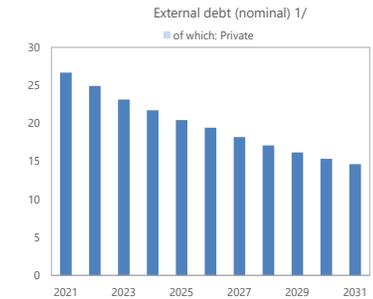
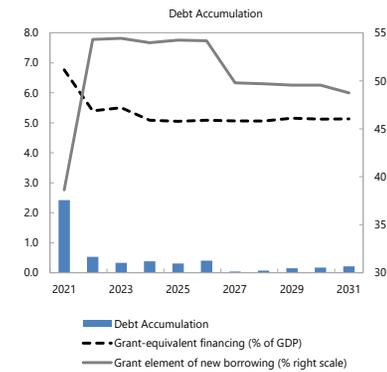


Tabela 2. Guiné-Bissau: Quadro de sustentabilidade da dívida do setor público, cenário de base, 2018–41
(Em percentagem do PIB, salvo indicação em contrário)

| | Actual | | | Projections | | | | | | | | Average 6/ | |
|--|--------|------|-------|-------------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------------|-------------|
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2031 | 2041 | Historical | Projections |
| Public sector debt 1/ | 59.2 | 65.9 | 79.3 | 78.4 | 77.5 | 75.7 | 73.6 | 71.1 | 68.8 | 59.7 | 49.5 | 56.7 | 69.1 |
| of which: external debt | 21.8 | 24.2 | 25.4 | 26.7 | 24.9 | 23.1 | 21.7 | 20.4 | 19.4 | 14.6 | 11.9 | 23.0 | 19.8 |
| Change in public sector debt | 9.1 | 6.7 | 13.4 | -0.9 | -0.9 | -1.8 | -2.1 | -2.5 | -2.3 | -1.6 | -0.7 | | |
| Identified debt-creating flows | 6.7 | 4.1 | 9.6 | 0.4 | -0.9 | -1.8 | -2.1 | -2.5 | -2.3 | -1.6 | -0.7 | 0.3 | -1.7 |
| Primary deficit | 4.3 | 2.8 | 7.8 | 3.4 | 2.7 | 2.1 | 1.6 | 1.0 | 0.9 | 0.7 | 0.9 | 3.0 | 1.4 |
| Revenue and grants | 15.2 | 15.4 | 16.4 | 18.5 | 18.6 | 18.9 | 18.6 | 18.7 | 18.7 | 19.4 | 20.4 | 15.5 | 18.9 |
| of which: grants | 3.6 | 2.9 | 4.2 | 5.4 | 4.9 | 4.9 | 4.4 | 4.4 | 4.4 | 4.6 | 4.5 | | |
| Primary (noninterest) expenditure | 19.5 | 18.2 | 24.2 | 22.0 | 21.3 | 21.1 | 20.2 | 19.7 | 19.6 | 20.1 | 21.3 | 18.5 | 20.3 |
| Automatic debt dynamics | 2.6 | 0.9 | 1.0 | -3.1 | -3.5 | -3.9 | -3.7 | -3.5 | -3.2 | -2.3 | -1.6 | | |
| Contribution from interest rate/growth differential | 0.6 | -0.7 | 2.6 | -2.9 | -3.1 | -3.6 | -3.4 | -3.3 | -3.0 | -1.9 | -1.3 | | |
| of which: contribution from average real interest rate | 2.2 | 1.8 | 1.7 | -0.4 | -0.1 | 0.1 | 0.2 | 0.2 | 0.4 | 1.0 | 1.1 | | |
| of which: contribution from real GDP growth | -1.6 | -2.5 | 0.9 | -2.5 | -3.0 | -3.7 | -3.6 | -3.5 | -3.4 | -2.9 | -2.4 | | |
| Contribution from real exchange rate depreciation | 2.1 | 1.7 | -1.6 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | | |
| Other identified debt-creating flows | -0.2 | 0.4 | 0.8 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | -0.4 | 0.0 |
| Privatization receipts (negative) | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | | |
| Recognition of contingent liabilities (e.g., bank recapitalization) | -0.2 | 0.0 | 0.8 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | | |
| Debt relief (HIPC and other) | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | | |
| Other debt creating or reducing flow (please specify) | 0.0 | 0.4 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | | |
| Residual | 2.5 | 2.6 | 3.8 | -1.3 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 1.3 | -0.3 |
| Sustainability indicators | | | | | | | | | | | | | |
| PV of public debt-to-GDP ratio 2/ | ... | ... | 68.6 | 67.5 | 67.6 | 66.7 | 65.2 | 63.2 | 61.3 | 53.8 | 44.8 | | |
| PV of public debt-to-revenue and grants ratio | ... | ... | 419.7 | 364.6 | 364.1 | 352.4 | 350.4 | 337.9 | 328.7 | 277.2 | 219.3 | | |
| Debt service-to-revenue and grants ratio 3/ | 35.1 | 54.7 | 56.2 | 69.5 | 43.0 | 48.5 | 50.9 | 64.2 | 79.0 | 48.4 | 37.1 | | |
| Gross financing need 4/ | 9.4 | 11.6 | 17.8 | 16.3 | 10.7 | 11.3 | 11.0 | 13.0 | 15.7 | 10.1 | 8.5 | | |
| Key macroeconomic and fiscal assumptions | | | | | | | | | | | | | |
| Real GDP growth (in percent) | 3.4 | 4.5 | -1.4 | 3.3 | 4.0 | 5.0 | 5.0 | 5.0 | 5.0 | 5.0 | 5.0 | 3.3 | 4.8 |
| Average nominal interest rate on external debt (in percent) | 1.4 | 0.7 | 0.7 | 0.9 | 0.5 | 0.5 | 0.5 | 0.5 | 0.6 | 0.8 | 1.0 | 0.8 | 0.7 |
| Average real interest rate on domestic debt (in percent) | 7.4 | 5.7 | 4.2 | 0.3 | 1.0 | 1.1 | 1.1 | 1.2 | 1.3 | 2.1 | 2.8 | -0.9 | 1.3 |
| Real exchange rate depreciation (in percent, + indicates depreciation) | 12.4 | 8.0 | -6.7 | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | ... | 0.4 | ... |
| Inflation rate (GDP deflator, in percent) | -5.2 | -3.5 | -0.9 | 2.7 | 2.8 | 2.8 | 2.8 | 2.8 | 2.8 | 2.9 | 2.9 | 2.7 | 2.8 |
| Growth of real primary spending (deflated by GDP deflator, in percent) | 14.1 | -2.0 | 30.5 | -6.1 | 0.6 | 4.1 | 0.6 | 2.5 | 4.5 | 5.8 | 5.4 | 9.2 | 3.1 |
| Primary deficit that stabilizes the debt-to-GDP ratio 5/ | -4.9 | -3.9 | -5.6 | 4.4 | 3.5 | 3.9 | 3.7 | 3.5 | 3.2 | 2.3 | 1.6 | -4.8 | 3.2 |
| PV of contingent liabilities (not included in public sector debt) | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | 0.0 | | |

Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ Coverage of debt: The central government, central bank, government-guaranteed debt. Definition of external debt is Currency-based. Includes external legacy arrears.

2/ The underlying PV of external debt-to-GDP ratio under the public DSA differs from the external DSA with the size of differences depending on exchange rates projections.

3/ Debt service is defined as the sum of interest and amortization of medium and long-term, and short-term debt.

4/ Gross financing need is defined as the primary deficit plus debt service plus the stock of short-term debt at the end of the last period and other debt creating/reducing flows.

5/ Defined as a primary deficit minus a change in the public debt-to-GDP ratio (-): a primary surplus, which would stabilize the debt ratio only in the year in question.

6/ Historical averages are generally derived over the past 10 years, subject to data availability, whereas projections averages are over the first year of projection and the next 10 years.

Tabela 3. Guiné-Bissau: Análise de sensibilidade dos principais indicadores da dívida externa pública e com garantia pública, 2021-31
(Em percentagem)

| | Projections 1/ | | | | | | | | | | |
|--|----------------|------|------------|------------|------------|------------|-----------|-----------|------|------|------|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 |
| PV of debt-to-GDP ratio | | | | | | | | | | | |
| Baseline | 16 | 15 | 14 | 13 | 13 | 12 | 11 | 10 | 10 | 9 | 9 |
| A. Alternative Scenarios | | | | | | | | | | | |
| A1. Key variables at their historical averages in 2021-2031 2/ | 16 | 15 | 14 | 13 | 12 | 12 | 11 | 10 | 9 | 8 | 8 |
| B. Bound Tests | | | | | | | | | | | |
| B1. Real GDP growth | 16 | 16 | 16 | 15 | 14 | 14 | 13 | 12 | 11 | 10 | 10 |
| B2. Primary balance | 16 | 15 | 14 | 14 | 13 | 12 | 12 | 11 | 10 | 10 | 9 |
| B3. Exports | 16 | 17 | 18 | 17 | 16 | 16 | 15 | 14 | 13 | 12 | 12 |
| B4. Other flows 3/ | 16 | 17 | 18 | 17 | 17 | 16 | 15 | 14 | 13 | 12 | 12 |
| B5. Depreciation | 16 | 19 | 15 | 14 | 13 | 12 | 11 | 11 | 10 | 9 | 9 |
| B6. Combination of B1-B5 | 16 | 19 | 19 | 18 | 17 | 17 | 15 | 15 | 14 | 13 | 12 |
| C. Tailored Tests | | | | | | | | | | | |
| C1. Combined contingent liabilities | 16 | 16 | 15 | 14 | 13 | 13 | 12 | 12 | 11 | 10 | 10 |
| C2. Natural disaster | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| C3. Commodity price | 16 | 15 | 15 | 14 | 13 | 12 | 11 | 10 | 9 | 8 | 7 |
| C4. Market Financing | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Threshold | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 | 30 |
| PV of debt-to-exports ratio | | | | | | | | | | | |
| Baseline | 97 | 91 | 86 | 82 | 79 | 77 | 73 | 70 | 67 | 65 | 63 |
| A. Alternative Scenarios | | | | | | | | | | | |
| A1. Key variables at their historical averages in 2021-2031 2/ | 97 | 90 | 86 | 81 | 78 | 76 | 71 | 66 | 62 | 58 | 55 |
| B. Bound Tests | | | | | | | | | | | |
| B1. Real GDP growth | 97 | 91 | 86 | 82 | 79 | 77 | 73 | 70 | 67 | 65 | 63 |
| B2. Primary balance | 97 | 92 | 88 | 84 | 81 | 80 | 77 | 74 | 71 | 69 | 68 |
| B3. Exports | 97 | 120 | 155 | 149 | 144 | 141 | 135 | 129 | 125 | 121 | 119 |
| B4. Other flows 3/ | 97 | 105 | 113 | 108 | 104 | 102 | 98 | 94 | 91 | 88 | 87 |
| B5. Depreciation | 97 | 91 | 72 | 68 | 66 | 64 | 60 | 57 | 54 | 52 | 51 |
| B6. Combination of B1-B5 | 97 | 118 | 103 | 120 | 115 | 113 | 108 | 103 | 100 | 97 | 95 |
| C. Tailored Tests | | | | | | | | | | | |
| C1. Combined contingent liabilities | 97 | 95 | 91 | 87 | 84 | 83 | 81 | 78 | 75 | 73 | 73 |
| C2. Natural disaster | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| C3. Commodity price | 97 | 92 | 89 | 85 | 80 | 77 | 71 | 65 | 60 | 55 | 51 |
| C4. Market Financing | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Threshold | 140 | 140 | 140 | 140 | 140 | 140 | 140 | 140 | 140 | 140 | 140 |
| Debt service-to-exports ratio | | | | | | | | | | | |
| Baseline | 5 | 4 | 5 | 5 | 6 | 5 | 7 | 7 | 6 | 6 | 6 |
| A. Alternative Scenarios | | | | | | | | | | | |
| A1. Key variables at their historical averages in 2021-2031 2/ | 5 | 4 | 6 | 6 | 6 | 6 | 9 | 9 | 8 | 8 | 8 |
| B. Bound Tests | | | | | | | | | | | |
| B1. Real GDP growth | 5 | 4 | 5 | 5 | 6 | 5 | 7 | 7 | 6 | 6 | 6 |
| B2. Primary balance | 5 | 4 | 5 | 5 | 6 | 5 | 7 | 7 | 6 | 6 | 6 |
| B3. Exports | 5 | 5 | 8 | 8 | 8 | 8 | 11 | 10 | 10 | 9 | 9 |
| B4. Other flows 3/ | 5 | 4 | 6 | 6 | 6 | 5 | 8 | 7 | 7 | 6 | 6 |
| B5. Depreciation | 5 | 4 | 5 | 5 | 5 | 5 | 7 | 7 | 6 | 6 | 6 |
| B6. Combination of B1-B5 | 5 | 5 | 7 | 7 | 7 | 6 | 9 | 9 | 8 | 7 | 7 |
| C. Tailored Tests | | | | | | | | | | | |
| C1. Combined contingent liabilities | 5 | 4 | 5 | 5 | 6 | 5 | 7 | 7 | 6 | 6 | 6 |
| C2. Natural disaster | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| C3. Commodity price | 5 | 4 | 5 | 5 | 6 | 5 | 8 | 7 | 7 | 6 | 6 |
| C4. Market Financing | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Threshold | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| Debt service-to-revenue ratio | | | | | | | | | | | |
| Baseline | 6 | 5 | 6 | 6 | 6 | 6 | 8 | 7 | 6 | 6 | 5 |
| A. Alternative Scenarios | | | | | | | | | | | |
| A1. Key variables at their historical averages in 2021-2031 2/ | 6 | 5 | 7 | 7 | 7 | 7 | 9 | 9 | 8 | 8 | 7 |
| B. Bound Tests | | | | | | | | | | | |
| B1. Real GDP growth | 6 | 5 | 7 | 7 | 7 | 6 | 9 | 8 | 7 | 7 | 6 |
| B2. Primary balance | 6 | 5 | 6 | 6 | 6 | 6 | 8 | 7 | 6 | 6 | 5 |
| B3. Exports | 6 | 5 | 7 | 6 | 7 | 6 | 8 | 8 | 7 | 6 | 6 |
| B4. Other flows 3/ | 6 | 5 | 7 | 6 | 7 | 6 | 8 | 7 | 7 | 6 | 6 |
| B5. Depreciation | 6 | 6 | 8 | 7 | 7 | 7 | 9 | 9 | 8 | 7 | 7 |
| B6. Combination of B1-B5 | 6 | 6 | 8 | 7 | 7 | 7 | 9 | 8 | 8 | 7 | 6 |
| C. Tailored Tests | | | | | | | | | | | |
| C1. Combined contingent liabilities | 6 | 5 | 6 | 6 | 6 | 6 | 8 | 7 | 6 | 6 | 6 |
| C2. Natural disaster | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| C3. Commodity price | 6 | 6 | 8 | 7 | 7 | 6 | 8 | 7 | 7 | 6 | 6 |
| C4. Market Financing | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Threshold | 14 | 14 | 14 | 14 | 14 | 14 | 14 | 14 | 14 | 14 | 14 |

Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ A bold value indicates a breach of the threshold.

2/ Variables include real GDP growth, GDP deflator (in U.S. dollar terms), non-interest current account in percent of GDP, and non-debt creating flows.

3/ Includes official and private transfers and FDI.

Tabela 4. Guiné-Bissau: Análise de Sensibilidade dos principais indicadores da dívida pública, 2021–31
(Em percentagem)

| | Projections 1/ | | | | | | | | | | |
|--|----------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| | 2021 | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 | 2030 | 2031 |
| PV of Debt-to-GDP Ratio | | | | | | | | | | | |
| Baseline | 68 | 68 | 67 | 65 | 63 | 61 | 60 | 58 | 56 | 55 | 54 |
| A. Alternative Scenarios | | | | | | | | | | | |
| A1. Key variables at their historical averages in 2021-2031 2/ | 68 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | 74 | 75 | 77 | 78 |
| B. Bound Tests | | | | | | | | | | | |
| B1. Real GDP growth | 68 | 73 | 79 | 79 | 79 | 79 | 78 | 78 | 78 | 78 | 78 |
| B2. Primary balance | 68 | 70 | 72 | 70 | 68 | 66 | 64 | 62 | 61 | 59 | 58 |
| B3. Exports | 68 | 69 | 70 | 69 | 67 | 65 | 63 | 61 | 59 | 58 | 56 |
| B4. Other flows 3/ | 68 | 70 | 71 | 69 | 67 | 65 | 63 | 62 | 60 | 58 | 57 |
| B5. Depreciation | 68 | 68 | 66 | 63 | 61 | 58 | 56 | 54 | 52 | 50 | 48 |
| B6. Combination of B1-B5 | 68 | 68 | 69 | 67 | 65 | 63 | 62 | 60 | 59 | 57 | 56 |
| C. Tailored Tests | | | | | | | | | | | |
| C1. Combined contingent liabilities | 68 | 78 | 77 | 75 | 73 | 71 | 69 | 67 | 65 | 63 | 62 |
| C2. Natural disaster | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| C3. Commodity price | 68 | 72 | 77 | 81 | 83 | 84 | 85 | 85 | 85 | 85 | 85 |
| C4. Market Financing | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| TOTAL public debt benchmark | 35 | 35 | 35 | 35 | 35 | 35 | 35 | 35 | 35 | 35 | 35 |
| PV of Debt-to-Revenue Ratio | | | | | | | | | | | |
| Baseline | 365 | 364 | 352 | 350 | 338 | 329 | 316 | 307 | 296 | 287 | 277 |
| A. Alternative Scenarios | | | | | | | | | | | |
| A1. Key variables at their historical averages in 2021-2031 2/ | 365 | 368 | 364 | 374 | 375 | 379 | 379 | 382 | 383 | 385 | 387 |
| B. Bound Tests | | | | | | | | | | | |
| B1. Real GDP growth | 365 | 385 | 403 | 412 | 408 | 407 | 402 | 400 | 395 | 393 | 389 |
| B2. Primary balance | 365 | 376 | 379 | 376 | 363 | 353 | 340 | 329 | 318 | 308 | 297 |
| B3. Exports | 365 | 371 | 372 | 369 | 356 | 346 | 333 | 323 | 311 | 302 | 291 |
| B4. Other flows 3/ | 365 | 376 | 375 | 373 | 359 | 349 | 336 | 326 | 314 | 304 | 294 |
| B5. Depreciation | 365 | 374 | 354 | 347 | 331 | 317 | 302 | 289 | 275 | 263 | 250 |
| B6. Combination of B1-B5 | 365 | 366 | 365 | 360 | 348 | 339 | 327 | 318 | 307 | 298 | 288 |
| C. Tailored Tests | | | | | | | | | | | |
| C1. Combined contingent liabilities | 365 | 423 | 408 | 405 | 391 | 380 | 365 | 354 | 341 | 330 | 318 |
| C2. Natural disaster | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| C3. Commodity price | 365 | 437 | 455 | 486 | 480 | 474 | 458 | 444 | 440 | 437 | 434 |
| C4. Market Financing | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| Debt Service-to-Revenue Ratio | | | | | | | | | | | |
| Baseline | 70 | 43 | 49 | 51 | 64 | 79 | 71 | 66 | 55 | 52 | 48 |
| A. Alternative Scenarios | | | | | | | | | | | |
| A1. Key variables at their historical averages in 2021-2031 2/ | 70 | 43 | 50 | 54 | 69 | 88 | 82 | 80 | 72 | 71 | 70 |
| B. Bound Tests | | | | | | | | | | | |
| B1. Real GDP growth | 70 | 45 | 55 | 59 | 75 | 93 | 88 | 86 | 75 | 73 | 71 |
| B2. Primary balance | 70 | 43 | 52 | 56 | 67 | 84 | 81 | 74 | 59 | 55 | 54 |
| B3. Exports | 70 | 43 | 49 | 51 | 64 | 79 | 72 | 66 | 55 | 52 | 49 |
| B4. Other flows 3/ | 70 | 43 | 49 | 51 | 65 | 79 | 72 | 66 | 55 | 52 | 49 |
| B5. Depreciation | 70 | 41 | 48 | 49 | 62 | 76 | 68 | 63 | 53 | 50 | 47 |
| B6. Combination of B1-B5 | 70 | 42 | 49 | 53 | 66 | 80 | 74 | 69 | 57 | 54 | 51 |
| C. Tailored Tests | | | | | | | | | | | |
| C1. Combined contingent liabilities | 70 | 43 | 63 | 57 | 68 | 98 | 96 | 78 | 62 | 61 | 62 |
| C2. Natural disaster | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |
| C3. Commodity price | 70 | 49 | 61 | 69 | 84 | 104 | 102 | 99 | 88 | 85 | 84 |
| C4. Market Financing | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. | n.a. |

Sources: Country authorities; and staff estimates and projections.

1/ A bold value indicates a breach of the benchmark.

2/ Variables include real GDP growth, GDP deflator and primary deficit in percent of GDP.

3/ Includes official and private transfers and FDI.